

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LOUIS-JACQUES FLEURIMOND

**O CONFIABILISMO DO AGENTE A PARTIR DE JOHN GRECO:
UMA NOVA VERSÃO DO CONFIABILISMO GOLDMANIANO**

Porto Alegre

2015

LOUIS-JACQUES FLEURIMOND

**O CONFIABILISMO DO AGENTE A PARTIR DE JOHN GRECO:
UMA NOVA VERSÃO DO CONFIABILISMO GOLDMANIANO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Matos Müller

Coorientadora: Prof^a. Dra Kátia Martins Etcheverry

Porto Alegre

2015

LOUIS-JACQUES FLEURIMOND

**O CONFIABILISMO DO AGENTE A PARTIR DE JOHN GRECO:
UMA NOVA VERSÃO DO CONFIABILISMO GOLDMANIANO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Matos Müller - PUCRS

Coorientadora: Prof^a. Dra Kátia Martins Etcheverry - PUCRS

Prof. Dr. Fabrício Pontin - PUCRS

Prof. Dr. Carlos Augusto Sartori - UFSM

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me iluminou com a luz do seu Espírito para realizar este trabalho e por acompanhar-me durante este percurso tanto nos momentos agradáveis quanto nos momentos desagradáveis.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Felipe de Matos Müller, por sua acolhida desde a minha chegada à universidade (PUCRS) e por sua disponibilidade e apoio para integrar-me no campo da epistemologia contemporânea.

À minha coorientadora, Prof^{ra}. Dra. Kátia Martins Etcheverry, por sua doação pessoal de maneira incansável, desempenho e disponibilidade para me atender e me aconselhar quando o medo queria me invadir. O acompanhamento dela há sido suficiente para que eu pudesse realizar este trabalho.

Ao Prof. Dr. Agemir Bavaresco, por estar sempre disposto na coordenadoria do PPG para atender os nossos pedidos e pela convivência e seu apoio fraterno.

Aos professores, Dr. Cláudio de Almeida e Dr. Rogel Esteves de Oliveira por seus conselhos. À secretária Andréa, pela sua simpatia e prontidão para atender os nossos pedidos.

Aos meus familiares, os confrades, colegas, amigos e amigas de longe e de perto que me animavam nos momentos de desespero.

RESUMO

Este trabalho se propõe a apresentar o confiabilismo do agente (*agent reliabilism*) proposto por John Greco. Vendo as dificuldades enfrentadas pela teoria do confiabilismo processual por fazer da confiabilidade do processo formador de crença o lugar da justificação, Greco tenta remediar esta teoria, avaliando a confiabilidade de agentes ao invés de avaliar a confiabilidade dos processos, faculdades ou disposições que eles empregam. Com este objetivo, Greco explora a noção de “virtude intelectual” introduzida na epistemologia contemporânea por Ernest Sosa, em seu artigo “The Raft and the Pyramid”. Este critério proposto por Greco, além de ser externalista, acolhe intuições que são caras ao internalismo e contempla, portanto, o ponto de vista do responsabilismo da virtude – tornando-se por esta razão um critério de caráter externalista fraco. No entanto, embora ele tente resgatar a teoria do confiabilismo processual de seus impasses, o critério do confiabilismo do agente não parece estar livre de críticas. Procuraremos entender a motivação inicial de Greco ao propor um critério deste tipo em vez de seguir na direção da teoria do confiabilismo processual, e também entender como o confiabilismo do agente tenta contemplar intuições que são importantes ao internalismo.

Palavras-chave: Confiabilismo. Virtude. Justificação epistêmica. Caráter. Disposição.

ABSTRACT

This study aims to present John Greco's agent reliabilism. Acknowledging the difficulties faced by Goldman's process reliabilism when it makes reliability the locus of justification, Greco attempts to fix this theory by focusing on agent's reliability rather than on reliability of the belief-forming processes, faculties, or dispositions they employ. In order to do so, Greco explores an "intellectual virtue" notion introduced in contemporary epistemology by Ernest Sosa in his article "The Raft and the Pyramid". This criterion proposed by Greco, besides being externalist, admits intuitions that are cherished by internalists and includes, therefore, a responsibilist view of virtue – therefore making it a weak externalist theory. However, while Greco tries to rescue the process reliabilism theory from its problems, the agent reliabilism criterion doesn't seem not to be free from criticism. Our purpose is twofold: first, to understand Greco's initial motivation to propose such a criterion instead of following process reliabilism's directions; and secondly, to understand how agent reliabilism tries to satisfy intuitions that are important to internalism.

Key-Words: Confiabilism. Virtues. Epistemic justification. Character. Disposition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I - CONFIABILISMO DO AGENTE: UM NOVO ENFOQUE DA EPISTEMOLOGIA DA VIRTUDE CONFIABILISTA	12
1 - A PROPOSTA DO CONFIABILISMO PROCESSUAL: ALVIN GOLDMAN	12
1.1 A noção causal do conhecimento	13
1.2 A proposta do confiabilismo processual	17
2 - ALGUMAS VANTAGENS DO CONFIABILISMO PROCESSUAL	20
3 - AS DESVANTAGENS DO CONFIABILISMO PROCESSUAL	24
3.1 O problema da metaincoerência	25
3.2 O problema do novo gênio maligno	28
3.3 O problema da generalidade	29
4 - A REAÇÃO DE GOLDMAN FRENTE ÀS CRÍTICAS	30
5 - O CONFIABILISMO DO AGENTE E O PROBLEMA DOS PROCESSOS ESTRANHOS E FUGAZES	33
II – O CONFIABILISMO DO AGENTE E O PROBLEMA DA JUSTIFICAÇÃO SUBJETIVA	43
1 - A POSIÇÃO DE GRECO COM RELAÇÃO À EXIGÊNCIA DE BONJOUR SOBRE O TIPO DE JUSTIFICAÇÃO SUBJETIVA PARA O CONHECIMENTO	44
2 - O PERSPECTIVISMO DA VIRTUDE DE ERNEST SOSA	47
3 - A PROPOSTA DE JUSTIFICAÇÃO NA PERSPECTIVA DE GRECO	55
III – CRÍTICA AO CONFIABILISMO DO AGENTE E RESPOSTA	62
1 - A POSIÇÃO DE REZA LAHROODI E FREDERICK SCHMITT	62

2 - A CRÍTICA DE JONATHAN KVANVIG	66
3 - A CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA DE COHEN	70
4 - A RESPOSTA DE GRECO AOS SEUS CRÍTICOS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

Quando se fala de epistemologia, surgem duas perguntas: “O que é conhecimento?” e “O que pode ser conhecido?” Se algo pode ser conhecido, faz-se necessária uma terceira pergunta: “Como se conhece o que é conhecido?” A definição de conhecimento proposicional é a definição tripartite, isto é, “crença verdadeira justificada”, que seria uma resposta à primeira questão. No entanto, nas últimas décadas, esta definição tem sido alvo de discussão, quando no ano 1963, o americano Edmund Gettier publicou um artigo no qual figuram contraexemplos que revelam que as três condições não são suficientes para resultar em conhecimento. Daí o conceito de justificação – o terceiro elemento dessa definição – passa a ser o foco da preocupação de muitos epistemólogos. Essas discussões se tornam cada vez mais amplas com o intuito de alcançar uma solução. Os contraexemplos tipo-Gettier levaram muitos epistemólogos a trabalhar para o aperfeiçoamento da definição tradicional, o qual gerou posições diferentes acerca da natureza da justificação epistêmica, por exemplo, a abordagem internalista e a externalista. Enquanto a internalista estabelece restrições de que o componente justificacional que converte a crença do sujeito em conhecimento deve ser acessível a ele ou deve ser interno à vida mental dele, a externalista não exige estas restrições, sustentando que a justificação epistêmica pode ser externa ao sujeito.

Na década de 1980, Ernest Sosa publicou um artigo – “The Raft and the Pyramid” – no qual introduziu a noção de “virtude intelectual” na discussão epistemológica contemporânea. Desde a publicação deste artigo, alguns epistemólogos têm se voltado para os conceitos de virtude intelectual para lidar com uma ampla gama de questões, tais como o problema de Gettier e o debate entre internalismo e externalismo. A epistemologia da virtude é um conjunto de abordagens recentes que dão ao conceito de virtude epistêmica ou virtude intelectual um papel importante e fundamental. Estas abordagens podem ser classificadas em duas concepções concorrentes sobre a natureza de uma virtude intelectual, ou seja, de como caracterizar uma virtude intelectual. Estas são: confiabilismo da virtude e responsabilismo da virtude. Os que defendem a primeira concepção entendem as virtudes intelectuais como faculdades ou disposições cognitivas estáveis e confiáveis que permitem ao sujeito alcançar a verdade, e consideram percepção, introspecção, memória como casos paradigmáticos de virtude intelectual. O confiabilismo da virtude emergiu como um desenvolvimento dentro das abordagens externalistas do conhecimento, e é entendido como

um mecanismo de produção de crenças que envolve a habilidade do sujeito ao crer em proposições verdadeiras em um conjunto de circunstâncias e evitar as proposições falsas. Enquanto os proponentes do responsabilismo da virtude definem virtudes intelectuais como traços de caráter intelectual, como imparcialidade, mente aberta, tenacidade e coragem intelectual. Nesta concepção, a ênfase não está colocada nos mecanismos primários como percepção e memória, em vez disso, determinados traços são valorizados como mais virtuosos que outros. Estes podem ser criatividade, honestidade, rigor racional, entre outros. Vale mencionar que a definição do responsabilismo da virtude varia dependendo do autor.

Por conseguinte, entre os autores que tentaram oferecer uma resposta ao problema de Gettier, destaca-se Alvin Goldman¹. O núcleo do seu programa epistemológico é sua teoria do confiabilismo processual, que define justificação epistêmica como sendo função da confiabilidade dos processos de formação de crenças relevantes. Mais precisamente, o confiabilismo processual sustenta que a crença de que p de um sujeito S está justificada se e somente se ela é o resultado de um processo de aquisição ou retenção de crença que é confiável, ou seja, que leva a uma preponderância suficientemente elevada de crenças verdadeiras sobre crenças falsas. Portanto, conforme esta visão, o conhecimento pode ser alcançado a partir de processos cognitivos confiáveis. A avaliação do sucesso que Goldman possa ter alcançado, no sentido de oferecer uma definição de conhecimento em termos de crença verdadeira formada por processo confiável, depende de como a sua teoria resiste aos contraexemplos colocados contra ela. A teoria confiabilista deve poder resistir a certos contrexemplos que mostram a insuficiência e a desnecessidade da confiabilidade para a justificação, quais sejam, o problema da metaincoerência; o problema do Novo Gênio Maligno; e o problema da generalidade. Apresentaremos estes problemas para ver até que ponto eles atingem a proposta de Goldman.

Diante destes impasses que atormentam a teoria de Goldman, mesmo alguns dos autores que, em parte, seguem a linha do confiabilismo processual, alegam que o critério deve ser fortalecido. Desde esta perspectiva, John Greco², defensor de uma versão do confiabilismo da virtude, propõe um novo critério chamado de ‘confiabilismo do agente’, que além de exigir a confiabilidade da habilidade cognitiva do agente, exige também uma

¹ GOLDMAN, Alvin. A Causal Theory of Knowledge. *The Journal Philosophy*, vol. 12, n. 64, 1967; GOLDMAN, Alvin. What Is Justified Belief? In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979.

² GRECO, John. “Agent reliabilism”. *Noûs*, n. 33, *Supplement: Philosophical Perspectives*, 13, Epistemology, 1999; *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York: Cambridge University Press, 2000; Virtue Epistemology. In: MOSER, Paul K, Ed. *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

condição subjetiva para a justificação epistêmica. Dessa forma, o critério não só integra elementos externos, senão também inclui fatores internos. Este trabalho pretende apresentar o confiabilismo do agente proposto por John Greco, entender sua motivação inicial ao propor um critério deste tipo em vez de seguir na direção da teoria do confiabilismo processual, e também entender como o confiabilismo do agente tenta contemplar intuições que são importantes ao internalismo, e avaliar se esse critério satisfaria as intuições internalistas.

O trabalho será desenvolvido em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentaremos o confiabilismo de Alvin Goldman e os problemas que afetam esta proposta. Sendo sensível a estes problemas, ele vai tentar modificar sua teoria em vista de oferecer uma solução a eles. No entanto, veremos que as modificações de Goldman não parecem responder adequadamente às preocupações dos críticos. Todavia, além destes problemas, Greco vai destacar outros dois que afetam o confiabilismo processual: o problema dos processos estranhos e fugazes e o da justificação subjetiva. Ainda no primeiro capítulo mostraremos como Greco tenta resolver o primeiro, tratando de fortalecer a teoria do confiabilismo goldmaniano através de seu confiabilismo do agente ou da virtude.

A seguir, o segundo capítulo enfatizará o problema da justificação subjetiva. Veremos que Greco recusa o tipo de justificação subjetiva que Laurence Bonjour³ propõe como condição para o conhecimento. Além disso, Greco considera que o tipo de justificação subjetiva que jaz no critério do perspectivismo de Ernest Sosa⁴ não é adequado porque carece de plausibilidade psicológica. No terceiro capítulo, apresentaremos as críticas levantadas contra o confiabilismo do agente e a reação de Greco a elas.

³ BONJOUR, Laurence. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

⁴ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective: Selected essays in epistemology*. New York: University Press, 1991.

I - CONFIABILISMO DO AGENTE: UM NOVO ENFOQUE DA EPISTEMOLOGIA DA VIRTUDE CONFIABILISTA

A expressão ‘confiabilismo do agente’ é peculiar de John Greco, ou seja, é uma noção concebida por ele. Nesta visão, ele traz presente uma versão da epistemologia da virtude que tenta incorporar as boas características do confiabilismo processual e ainda evitar os problemas enfrentados por essa teoria. Devido à presença dessas características do confiabilismo em seu desenvolvimento, o confiabilismo do agente pode ser classificado como sendo uma teoria da virtude confiabilista. Esta nova teoria fundamenta o conhecimento e crença justificada nas habilidades ou poderes cognitivos confiáveis dos crentes. Ou seja, ela faz dos agentes, em vez dos processos, faculdades ou disposições que eles empregam o lugar da confiabilidade. Além disso, como foi mencionado, enquanto o confiabilismo processual explica justificção em termos de confiabilidade de processos formadores de crença, o confiabilismo do agente inclui nessa explicação a noção de virtude intelectual.

Neste capítulo, como se pode perceber, pretendemos apresentar e estudar a teoria do confiabilismo do agente de Greco na sua dimensão objetiva, isto é, sem referir a exigência de uma justificção subjetiva. Como seu próprio nome indica, essa teoria está enraizada na teoria do confiabilismo processual, por isso, julgamos necessário apresentar esta última antes de prosseguirmos na apresentação de confiabilismo do agente. Além disso, veremos que certos problemas são atribuídos à teoria do confiabilismo processual, dos quais, como foi dito acima, o confiabilismo do agente procura escapar.

1 - A PROPOSTA DO CONFIABILISMO PROCESSUAL: ALVIN GOLDMAN

No debate entre internalismo e externalismo, dissemos que a justificção epistêmica passa a ser o foco principal. O primeiro, na sua forma mais comum, insiste em que a justificção que sustenta a crença de um sujeito, candidata a ser um caso de conhecimento, deve ser acessível a ele. Ou seja, o sujeito deve estar de algum modo ciente do elemento justificacional de sua crença por meio de sua própria reflexão. O externalismo simplesmente

nega esta restrição, considerando que o sujeito não precisa ter esse acesso ao status justificacional que pode converter sua crença em conhecimento. Uma das teorias destacadas na esfera externalista é o confiabilismo, o qual oferece uma caracterização histórica da justificação. Esta seção pretende apresentar a proposta estrutural do confiabilismo e os problemas que afetam essa teoria, bem como, em última instância, como Goldman tenta responder esses problemas através de determinadas modificações que ele empreende na teoria do confiabilismo processual.

1.1 A noção causal do conhecimento

A versão de confiabilismo que pretendemos descrever aqui não parece ser trivial, e, para uma maior compreensão dessa teoria precisamos entender qual foi sua motivação inicial.

Edmund Gettier⁵ não hesita em desafiar a definição tradicional do conhecimento como crença verdadeira justificada. Ele mostra através de alguns contraexemplos que os elementos constitutivos dessa definição, apesar de serem necessários, não são conjuntamente suficientes enquanto análise do conhecimento. Portanto, parece que, além desses componentes, o conhecimento exige alguma outra coisa ou alguma modificação na definição tripartite. Este artigo tem motivado muitos autores na busca por uma resposta a esta questão. Alvin Goldman foi um daqueles que tentou oferecer uma resposta à controvérsia gettieriana. Em seu artigo “A Causal Theory of Knowledge”⁶ – sustentou que conhecimento é crença verdadeira causada de maneira adequada. Nessa perspectiva, os casos de tipo Gettier não seriam considerados como instâncias de conhecimento porque a crença em questão estaria desprovida de antecedente causal adequado. Ou seja, nesses casos a crença verdadeira teria sido alcançada pelo acaso ou por sorte.

A apresentação de um dos exemplos propostos por Gettier pode ajudar a melhor elucidar este assunto. Suponha que Smith tem muitas evidências de que Jones possui um Ford e não tem evidência alguma contra este fato. Com base nas evidências que possui, Smith forma justificadamente a crença que ‘Jones tem um Ford’. Mas sem ter ideia do paradeiro de seu amigo Brown, Smith infere a disjunção de que ‘Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona’. Smith forma essa crença através da dedução competente a partir da premissa justificada de que ‘Jones possui um Ford’. No entanto Jones não possui um

⁵ GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, n. 23, 1963, p.121-123.

⁶ GOLDMAN, Alvin. A Causal Theory of Knowledge. *The Journal Philosophy*, vol. 12, n. 64, 1967.

Ford (talvez Jones tenha mostrado a Smith um documento falso ao lhe dar uma carona no Ford), mas Brown está, por coincidência, em Barcelona. A crença disjuntiva de Smith é verdadeira e justificada, mas não é um caso de conhecimento. Conforme Goldman, o problema deste caso Gettier é que o fato específico que torna a crença disjuntiva de Smith verdadeira, isto é, o disjuntivo que ‘Brown está em Barcelona’ não é um antecedente causal da crença de Smith. Em vez disso, a crença de Smith é causada pelas fortes evidências de que ele dispõe quanto a Jones possuir um Ford⁷. Ou seja, a crença verdadeira com a qual Smith termina é devida a uma característica accidental da situação, característica que nada tem a ver com sua atividade cognitiva. A tentativa da teoria causal de Goldman é eliminar a sorte epistêmica, porque conhecimento parece claramente ser incompatível com a sorte.

Conforme Goldman, a exigência de conexão causal adequada pode explicar todos os casos de conhecimento empírico. Ele considera o caso da percepção como sendo um dos exemplos mais simples onde uma cadeia causal conecta certo fato p com a crença de que p de alguém. Mais especificamente, Goldman explica:

Suponha que S vê que há um vaso na frente dele. [...] uma condição necessária para que S veja que existe um vaso na frente dele é a de que haja certo tipo de conexão causal entre a presença do vaso e a crença de S de que um vaso está presente. [...] Mas que deve ocorrer um determinado processo causal, que normalmente ocorre quando dizemos que alguém vê que tal e tal. Que nosso conceito comum de visão (ou seja, o conhecimento adquirido pela visão) inclui uma exigência causal é demonstrado pelo fato de que se o processo causal relevante está ausente, nós suspenderíamos a afirmação de que alguém viu que tal e tal⁸.

Cabe observar que Goldman não está propondo uma teoria da justificação. Ao contrário, a condição de justificação da análise do conhecimento tradicional é substituída pela exigência da conexão causal. Na conclusão do artigo citado, Goldman diz o seguinte: “A análise aqui apresentada contradiz uma tradição bem estabelecida na epistemologia, a visão de que as questões epistemológicas são questões de lógica ou justificação, não

⁷ Ibid, p. 358.

⁸ Suppose that S sees that there is a vase in front of him. [...] a necessary condition of S's seeing that there is a vase in front of him is that there be a certain kind of causal connection between the presence of the vase and S's believing that a vase is present. [...] a certain causal process-viz. that which standardly takes place when we say that so-and-so sees such-and-such-must occur. That our ordinary concept of sight (i.e., knowledge acquired by sight) includes a causal requirement is shown by the fact that if the relevant causal process is absent we would withhold the assertion that so-and-so saw such-and-such (Id.).

questões causais ou genéticas”⁹. Conforme um comentário de Richard Feldman¹⁰, a ideia de Goldman consiste em que o conhecimento não depende das razões que o sujeito tem para crer, mas sim do que causa sua crença. A teoria causal, desde esta perspectiva, pretende enfrentar Gettier pela substituição da condição da justificação e não por modificação da condição da justificação ou acréscimo de uma quarta condição, como fazem as teorias da anulabilidade. Então, alguém poderia perguntar se essa teoria causal é eficiente para evitar a sorte epistêmica.

O mesmo Goldman, mais tarde, se deu conta de que podem haver contraexemplos onde a teoria causal se revela impotente. Vejamos seu próprio exemplo.

Henry está dirigindo por uma estrada numa zona rural com seu filho. Visando a educação do menino, Henry identifica diversos objetos no campo na medida em que vão surgindo. “Isto é uma vaca”, diz Henry, “Isto é um trator”, “Isto é um silo”, “Isto é um celeiro”, etc. Henry não duvida da identidade destes objetos, não duvida, particularmente, de que o último objeto mencionado seja um celeiro, como de fato é. Cada um dos objetos identificados tem os aspectos característicos de seu tipo. Ademais, cada um dos objetos pode ser plenamente avistado, Henry goza de excelente visão, e ele dispõe de tempo suficiente para olhar cada um de modo razoável, atento, uma vez que não existe muito tráfego ali que o possa distrair. Considerando esta informação podemos dizer que Henry *sabe* que o objeto é um celeiro? A maioria de nós hesitaria pouco em afirmar isto, na medida em que não estamos com um certo enquadramento filosófico em mente. Contrastemos nossa inclinação aqui com a inclinação que teríamos se nos fosse dada alguma informação adicional. Suponhamos que nos digam que, sem o conhecimento de Henry, no distrito em que ele acaba de entrar existem várias imitações de celeiros feitas em papier-mâché. Estas imitações se parecem exatamente com celeiros quando avistadas desde a estrada, mas na realidade são apenas fachadas, sem paredes por detrás ou espaço interno, completamente incapazes de servir como celeiros. São executadas de modo tão engenhoso que os viajantes as tomam, invariavelmente, por celeiros. Como Henry acaba de entrar no distrito ele não encontrou ainda nenhuma imitação, o objeto que ele vê é um celeiro genuíno. Mas se o objeto naquele lugar fosse uma imitação, Henry o confundiria com um celeiro. Com esta nova informação ficaríamos fortemente inclinados a retirar a alegação de que Henry *sabe* que o objeto é um celeiro. Como se explica essa mudança em nossa avaliação?¹¹.

⁹ The analysis presented here flies in the face of a well-established tradition in epistemology, the view that epistemological questions are questions of logic or justification, not causal or genetic questions (Ibid, p. 372).

¹⁰ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. United States of America: Prentice Hall, 2003.

¹¹ Henry is driving in the country-side with his son. For the boy's edification Henry identifies various objects on the landscape as they come into view. "That's a cow," says Henry, "That's a tractor," "That's a silo," "That's a barn," etc. Henry has no doubt about the identity of these objects; in particular, he has no doubt that the last-mentioned object is a barn, which indeed it is. Each of the identified objects has features characteristic of its type. Moreover, each object is fully in view, Henry has excellent eyesight, and he has enough time to look at them reason-ably carefully, since there is little traffic to distract him.

Given this information, would we say that Henry knows that the object is a barn? Most of us would have little hesitation in saying this, so long as we were not in a certain philosophical frame of mind. Contrast our inclination here with the inclination we would have if we were given some additional information. Suppose we are told that, unknown to Henry, the district he has just entered is full of papier-mâché facsimiles of barns. These facsimiles look from the road exactly like barns, but are really just facades, without back walls or interiors, quite incapable of being used as barns. They are so cleverly constructed that travelers invariably mistake them for barns. Having just entered the district, Henry has not encountered any facsimiles; the object

Analisando esta passagem, poderíamos dizer que a capacidade de distinguir um objeto real de outro objeto, que é apenas uma imitação, é imprescindível para que tenhamos conhecimento sobre a presença de tal objeto. Portanto, nesse ambiente Henry não tem a capacidade discriminatória necessária para ter conhecimento de celeiros porque não pode discriminar entre imitações de celeiros e verdadeiros celeiros. Ainda que o objeto que ele avista seja um celeiro real, como ele não sabe que o campo no qual ele entrou está cheio de falsos celeiros, existem alternativas relevantes em que ele tomaria um falso celeiro por um verdadeiro. Mais especificamente, o critério proposto por Goldman relativo a esta situação é este:

Eu sugeri que uma pessoa sabe que p somente se o estado real de coisas em que p é verdadeiro é distinguível ou discriminável por ela de um estado de coisas possível e relevante no qual p é falso. Se há um estado de coisas possível e relevante no qual p é falso, que é indistinguível para ela do estado de coisa real, então ela não sabe que p¹².

Conforme esta condição, a crença de Henry de que o objeto que ele vê é um celeiro não é uma instância de conhecimento. Não obstante, a crença de Henry está em conformidade com a definição clássica do conhecimento, ou seja, sua crença é verdadeira e está justificada. Também sua crença cumpre os requisitos da teoria causal de Goldman, pois seu processo causal é um processo perceptivo, isto é, a presença do celeiro representa o elemento causador da crença de Henry de que o objeto é um celeiro. Mas, o fato de a crença de Henry ser verdadeira por acidente nos impede de dizer que ele sabe. Pois em um mundo muito próximo no qual Henry olha para qualquer outro celeiro sua crença seria falsa. Portanto, a tentativa de Goldman de explicar o conhecimento à margem da explicação de aquisição de status justificacional, adotando uma teoria causal, não teve grande êxito. Reconhecendo que a noção de justificção desempenha um papel importante na explicação do conhecimento, Goldman sentiu-se pressionado a apresentar um critério de justificção para explicar o conhecimento.

he sees is a genuine barn. But if the object on that site were a facsimile, Henry would mistake it for a barn. Given this new information, we would be strongly inclined to withdraw the claim that Henry knows the object is a barn. How is this change in our assessment to be explained? (GOLDMAN, Alvin, 1976, p. 772-773; 1992, p. 86).

12 A person knows that p, I suggest, only if the actual state of affairs in which p is true is distinguishable or discriminable by him from a relevant possible state of affairs in which p is false. If there is a relevant possible state of affairs in which p is false and which is indistinguishable by him from the actual state of affairs, then he fails to know that p (GOLDMAN, 1976, p. 774).

1.2 A proposta do confiabilismo processual

No desenvolvimento do confiabilismo processual, Goldman se propõe a oferecer uma concepção de justificação enquanto condição para o conhecimento. Nos trabalhos anteriores, ele se preocupava com uma abordagem histórica de formação de crença, centrada na história causal, e na mesma linha da análise do conhecimento perceptual. Ainda sem uma visão explícita de justificação, como já mencionamos, Goldman propõe que para atribuir conhecimento a um sujeito, deve-se levar em conta sua capacidade de discriminar entre um estado de coisas no qual uma proposição é verdadeira e o estado de coisas no qual essa proposição é falsa. Vale destacar que as primeiras propostas do autor dizem respeito a um tipo de confiabilismo local pelo simples fato de se concentrarem nas características específicas de uma crença particular. Por exemplo, a proposta causal está preocupada com a questão de se a causa específica de uma crença verdadeira é suficiente para o conhecimento; e a preocupação da exigência de discriminação consiste em que, se existirem situações contrafactuais relevantes nas quais a percepção sobre a qual a crença verdadeira está baseada conduziria S a formar uma crença falsa, então S não sabe que p no mundo atual. O confiabilismo processual, pelo contrário, pretende estabelecer se o processo de formação de determinada crença de S é um processo produtor de crenças verdadeiras em alta proporção.

A teoria de justificação proposta por Goldman se encontra desenvolvida no seu artigo “What Is Justified Belief”¹³. A pretensão do autor neste trabalho consiste em oferecer uma teoria que explica de uma forma geral a qualificação epistêmica das crenças formadas por um sujeito, ou seja, em que medida elas são ou não justificadas, e ao mesmo tempo, mostrar a relação da justificação epistêmica com o conhecimento. Goldman busca uma definição de crença justificada em termos não epistêmicos e em conformidade com os nossos padrões comuns. Sendo este projeto tipicamente confiabilista, a justificação requerida é uma função da confiabilidade dos processos efetivamente usados na formação das crenças. Em outras palavras, uma crença justificada recebe o seu estatuto epistêmico a partir de alguns processos ou propriedades que a tornam justificada. Dessa forma, isso explica também o porquê de se fala em ‘confiabilismo processual’.

De maneira geral, o confiabilismo é a visão de que o conhecimento pode ser alcançado a partir de processos cognitivos confiáveis. Um processo cognitivo é considerado confiável na medida em que ele se mostra apto a gerar crença verdadeira na maioria das

¹³ GOLDMAN, Alvin. What Is Justified Belief? In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979.

vezes em que é empregado. Então, uma crença está justificada, e portanto pode ser uma instância de conhecimento, somente se ela é formada por meio de processos cognitivos confiáveis. Por ser determinado em função da probabilidade de a crença ser verdadeira, o *status* justificacional é objetivo e externo ao sujeito.

Goldman adverte que nem todo processo formador de crença produz crença justificada. Por exemplo, alguns processos de formação de crença são defeituosos, tais como: raciocínio confuso, pensamento positivo (*wishful thinking*), confiança no apego emocional, adivinhação, generalização apressada estariam classificados como não justificados. Estes processos não são confiáveis porque eles tendem a produzir uma grande proporção de erro ao longo do tempo – ao contrário de processos formadores de crença tais como: a percepção, a memória, o bom raciocínio e introspecção que, geralmente, dão origem a crenças verdadeiras. Por isso, eles são confiáveis e, intuitivamente, conferidores de justificação. De maneira mais específica, Goldman se expressa assim:

Minha proposta positiva, então, é esta: o status justificacional de uma crença é uma função da confiabilidade do processo ou processos que a causam, onde (como uma primeira aproximação) confiabilidade consiste na tendência de um processo em produzir mais crenças verdadeiras do que falsas¹⁴.

Goldman não entende o processo cognitivo confiável de maneira perfeita, ou seja, infalível, mas admite que processos confiáveis possam muito eventualmente gerar crenças falsas. Segundo ele, a justificação vem em grau, ou seja, dependendo da situação em questão, uma crença pode ser mais ou menos justificada. E o grau de justificação é determinado em função do grau de confiabilidade. Então, um alto grau de confiabilidade seria exigido para o conhecimento. Observemos este exemplo:

Suponha que Jones acredite que ele acabou de ver uma cabra montanhesa. Nossa avaliação da justificação da crença é determinada por se Jones teve apenas um breve vislumbre da criatura a uma grande distância, ou se ele pode observá-la bem a apenas 30 metros de distância. Sua crença no último tipo de caso é (*ceteris paribus*) mais justificada do que no primeiro tipo de caso. E, se sua crença for verdadeira, estamos mais preparados para dizer que ele sabe neste último caso, do que no primeiro. A diferença entre os dois casos parece ser esta: crenças visuais formadas a partir de uma exploração breve e apressada, ou nas quais o objeto perceptual está a uma longa distância, tendem a estar erradas mais frequentemente

¹⁴ My positive proposal, then, is this. The justificational status of a belief is a function of the reliability of the process or processes that cause it, where (as first approximation) reliability consists in the tendency of a process to produce beliefs that are true rather than false (Ibid., p. 137).

do que as crenças visuais formadas a partir da observação detalhada e sem pressa, ou nas quais o objeto está razoavelmente próximo. Em suma, os processos visuais na primeira categoria são menos confiáveis do que os da última categoria¹⁵.

Cabe notar que, para Goldman, nem todos os processos, por exemplo, perceptivos ou processos de memória, conferem os mesmos graus de justificação. Então, na medida em que Jones observa bem e a pouca distância, sua crença é mais confiável do que quando ele está numa distância maior e desatento. Por isso, o primeiro caso parece se aproximar mais de uma instância de conhecimento do que o último. Em outro lugar, Goldman afirma com mais precisão que:

Uma crença [justificada] com base na observação fugaz ou descuidada é geralmente menos justificada do que uma crença justificada com base no exame de percepção ampla e atenciosa. Uma crença baseada em uma memória vaga é menos justificada que uma que envolve memória vívida¹⁶.

Em conformidade com essas intuições de que a força justificacional é relativa à proporção de produção de crenças verdadeiras, pode-se perceber que os processos perceptivos de caráter mais intenso, como a observação não apressada, tendem a ter índices de produção de verdades mais elevados – memórias vivas produzem uma proporção maior de verdade do que as nebulosas.

Note-se que quando Goldman fala de grau de justificação, ele está se referindo ao grau de confiabilidade do processo causador de crença. Ele explica o termo “processo”, como um procedimento funcional em que alguns estados de entrada (*input*) originam outros estados de saída (*output*). Ou seja, um processo formador de crença é um mecanismo que se serve de estados antecedentes (crenças ou experiências) para gerar crenças. Por exemplo, um processo de memória pode usar como dado de entrada (*input*) uma crença *p* em t_1 para causar como dado de saída (*output*) uma crença *q* em t_n . Conforme a definição acima, a

¹⁵ Suppose Jones believes he has just seen a mountain-goat. Our assessment of the belief's justifiedness is determined by whether he caught a brief glimpse of the creature at a great distance, or whether he had a good look at the thing only 30 yards away. His belief in the latter sort of case is (*ceteris paribus*) more justified than in the former sort of case. And, if his belief is true, we are more prepared to say he *knows* in the latter case than in the former. The difference between the two cases seems to be this. Visual beliefs formed from brief and hasty scanning, or where the perceptual object is a long distance off, tend to be wrong more often than visual beliefs formed from detailed and leisurely scanning, or where the object is in reasonable proximity. In short, the visual processes in the former category are less reliable than those in the latter category (Id.).

¹⁶ A [justified] belief based on fleeting or careless exposure is generally less justified than a belief based on ample and attentive perceptual examination. A belief based on a hazy recollection is less justified than one involving vivid memory (GOLDMAN, 1986, p. 104).

crença de saída será frequentemente verdadeira se o dado de entrada for verdadeiro e o processo da memória for confiável. Por conseguinte, um processo inferencial, ainda que confiável, mas cujas premissas são falsas, não pode produzir conclusões verdadeiras¹⁷. Então, Goldman sugere, neste caso, uma noção de confiabilidade condicional. “Um processo é condicionalmente confiável quando uma proporção suficiente de suas crenças de saída (*output-beliefs*) é verdadeira, dado que suas crenças de entrada (*input-beliefs*) são verdadeiras”¹⁸. Tudo isso caracteriza a teoria confiabilista de Goldman como sendo ‘histórica’. “A teoria diz, com efeito, que uma crença é justificada se e somente se ela é bem formada, ou seja, se ela tem uma ancestralidade de operações cognitivas confiáveis e/ou condicionalmente confiáveis”¹⁹. O caráter histórico do confiabilismo processual dá à teoria um caráter externalista, ou seja, a teoria faz a confiabilidade ou a justificação depender da história da crença em questão – ao contrário da abordagem filosófica dominante, conforme menciona Goldman, chamada de teorias de “Fração do Tempo Presente” (*Current Time-Slice theories*) nas quais o status justificacional de uma crença é totalmente função daquilo que é verdadeiro sobre o sujeito cognoscente no tempo da crença.

2 – ALGUMAS VANTAGENS DO CONFIABILISMO PROCESSUAL

Vimos que o confiabilismo processual pretende ser uma teoria capaz de satisfazer uma ampla gama de nossas intuições pré-teóricas em relação à justificação epistêmica. Sendo assim, o confiabilismo oferece uma explicação de por que as crenças causadas pela percepção, memória, a introspecção, intuição lógica e raciocínio lógico estão epistemicamente justificadas – ao mesmo tempo, em que mostra porque as crenças formadas pelos processos defeituosos como, alucinações, ilusões, generalização apressada e outros processos não confiáveis são desprovidas de justificação. Além disso, no capítulo 7 do livro *Putting Skeptics in their Place*²⁰, Greco ressalta os seguintes pontos, por meio dos quais o

¹⁷ Na verdade, há circunstâncias em que um processo inferencial usa premissas falsas e produz conclusões verdadeiras. Mas, a ideia subjacente parece ser que Goldman teme que se entrar falsidade nas premissas, embora possam gerar conclusões verdadeiras, elas podem não produzir conhecimento.

¹⁸ A process is conditionally reliable when a sufficient proportion of its output-beliefs are true given that its input-beliefs are true (GOLDMAN, 1979, p. 141).

¹⁹ The theory says, in effect, that a belief is justified if and only if it is “well-formed”, i.e., it has an ancestry of reliable and/or conditionally reliable cognitive operations (GOLDMAN, 1979, p. 141).

²⁰ GRECO, John. *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York, Cambridge University Press, 2000, p. 167-174.

confiabilismo fornece subsídios para enfrentar certos argumentos céticos conhecidos, explicando 1) por que nem todas as relações de evidência são inferenciais; 2) como evidência sensorial, em particular, pode ser não-inferencial (ou como crenças sobre o mundo podem ser evidencialmente fundamentadas em aparências sensoriais ainda que não inferidas a partir de aparências sensoriais); 3) como algum conhecimento pode ser fundacional (ou como algum conhecimento pode ser baseado em provas que não precisam de razões justificadoras); e 4) a forma como as inferências que são apenas contingentemente confiáveis podem, no entanto, dar lugar ao conhecimento. No entanto, Greco admite que vários argumentos céticos ensinam lições importantes, e por isso a análise de argumentos céticos motiva o confiabilismo processual.

Vale destacar que a pretensão de Greco com estes pontos é mostrar por que os argumentos céticos estão errados e como o confiabilismo processual pode responder a estas intuições, valendo-se de uma posição de tipo fundacionista. Isto é, na visão fundacionista, todo conhecimento tem uma base que o fundamenta, apenas algumas bases são não inferenciais, como no caso do conhecimento imediato.

No primeiro ponto, *por que nem toda evidência é inferencial*, a relação de evidência se dá quando um estado cognitivo (tal como uma crença ou experiência) é responsável pela evidência de outro estado cognitivo e confere justificção para tal estado cognitivo. Os processos cognitivos confiáveis também funcionam dessa forma, isto é, esses processos usam um estado cognitivo inicial, tal como uma experiência ou uma crença, e produzem um estado adicional de maneira confiável. Uma inferência é considerada como um processo mediante o qual se afirma a verdade de uma proposição ou crença em decorrência de sua ligação com outras proposições ou outras crenças já reconhecidas como verdadeiras. Na visão confiabilista, esta é uma forma em que uma crença pode ser evidencialmente fundamentada, uma vez que usar uma regra de inferência pode ser uma forma em que uma crença pode ser confiavelmente formada. Se esta visão confiabilista for considerada plausível, então essa não é a única maneira na qual uma relação de evidência pode se manifestar porque podem haver outros processos cognitivos – isto é, processos que não usam uma regra de inferência de crença a crença – que fundamentam um estado cognitivo em outro de maneira confiável. Por exemplo, a percepção não é um processo inferencial, ela é um processo causal que insere crenças em nosso sistema doxástico sem serem inferidas ou justificadas com base em outras crenças que já temos. Note-se que a ideia aqui não consiste

tanto em negar que a relação de evidência seja inferencial, mas simplesmente mostra que certas crenças podem ser justificadas independentemente de outras crenças justificadas.

O segundo ponto diz respeito ao *por que o conhecimento do mundo não precisa ser inferido das aparências sensoriais*. Greco sugere que as aparências sensoriais sejam boas evidências para as crenças sobre o mundo, mesmo que essas crenças não sejam inferidas a partir de aparências sensoriais. Não obstante, Greco deixa bem claro que, embora a percepção não dependa de inferência isto não significa que ela surja do nada. Por exemplo, as suposições prévias, preconceitos, esquemas conceituais, e semelhantes precedem a percepção – eles, em algum momento, tornam possíveis determinadas percepções. Mas tais coisas não funcionam como fundamento do qual nós estejamos conscientes, e do qual extraímos conclusões com base na sensibilidade ao seu conteúdo e de acordo com uma regra de inferência geral. Em vez disso, elas moldam a percepção de outra forma. Elas funcionam como os antecedentes causais da crença por criar disposições perceptuais, isto é, elas levam-nos a ver de uma forma em vez de outra, discriminar entre algum número de padrões infinitos, reconhecer algumas informações enquanto filtrando outra informação.

No terceiro ponto, *por que certo conhecimento não precisa de razões justificadoras*, já vimos que as aparências sensoriais são também fontes do conhecimento e de maneira direta. Sendo assim, nem todo conhecimento precisa de razões. Greco mostra que se razões justificadoras são concebidas como sendo crenças evidenciais das quais o conhecimento deve ser inferido, então nem todo conhecimento precisa de razões adicionais, por que algum conhecimento se fundamenta diretamente nas aparências sensoriais. Desta forma, uma concepção deste tipo parece pôr fim à regressão de razões justificadoras. Na visão confiabilista, a confiabilidade dos processos cognitivos é responsável pela justificação das crenças por eles formadas e, portanto, como processos perceptivos são confiáveis, eles geram status epistêmico positivo para as crenças perceptuais. É por isso mesmo que esses processos não envolvem razões justificadoras das quais crenças perceptivas são inferidas. Ainda que todo conhecimento requer uma base da qual é inferido, o caso aqui é o de que, esta base é constituída por itens que não requerem razões adicionais, e por isso encerram o regresso da justificação.

No entanto, uma questão adicional que pode ser colocada quanto aos fundamentos evidenciais – na qual eles seriam entendidos como incluindo todo tipo de evidência justificadora – diz respeito a se todo conhecimento deveria ser baseado em fundamentos evidenciais, onde entendemos fundamentos como incluindo aparências sensoriais, e talvez

outros estados cognitivos, bem como crenças? Parece que o que há por detrás dessa discussão é que o conhecimento perceptual seria baseado em evidências perceptuais que, por sua natureza, permitem uma relação não inferencial ou direta. Alguns epistemólogos podem entender que essas não são ‘razões’ porque não podem servir de premissas em um raciocínio inferencial. Mas é possível que outros considerem que evidências perceptuais sejam um tipo de ‘razão’ porque fornecem fundamentos a nossas crenças sobre o mundo.

A teoria confiabilista apenas exige que as crenças sejam confiavelmente formadas, e continua em aberto a questão de se há processos cognitivos que são confiáveis e que não envolvem quaisquer fundamentos de evidência. Por outro lado, na perspectiva de Goldman²¹, isto não parece ser duvidoso porque ele considera os processos cognitivos de independentes de crença – precisamente os processos perceptuais – como aqueles cujas entradas (*inputs*) não são estados de crença.

Greco menciona três tipos de processos cognitivos possíveis que nos podem ajudar no caminho que até aqui percorremos. Em primeiro lugar, um processo é *inferencial* se toma crenças como dados de entrada (*inputs*), gerando outras crenças como dados de saída (*outputs*), empregando alguma regra de inferência. Em segundo lugar, um processo é *experencial* se toma aparências sensoriais ou outros tipos de experiência como dados de entrada e gera crenças com base nisso sem empregar alguma inferência a partir desses estados de entrada. Finalmente, um processo cognitivo é *infundado* se ele não opera de qualquer modo sobre fundamentos confiáveis. Pois, cabe perceber que as duas primeiras caem dentro do parâmetro defendido pela teoria confiabilista.

O quarto ponto é com relação a *como inferências contingentemente confiáveis podem dar origem ao conhecimento*. As inferências contingentemente confiáveis são contempladas pelo confiabilismo de maneira moderada. Já vimos que na visão confiabilista, a confiabilidade toma o lugar da justificação – não requer que a inferência seja necessariamente confiável, nem que o crente saiba que sua inferência é confiável. Ou seja, para um raciocínio conferir justificação à sua conclusão, o confiabilismo processual apenas exige que este raciocínio seja contingentemente confiável. Se a teoria está certa, conforme Greco, esta característica lhe permite sugerir uma resposta ao problema da indução, o qual pode ser caracterizado assim:

²¹ GOLDMAN, Alvin. What Is Justified Belief? In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979, p. 141. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press (1992).

Para adquirir conhecimento indutivo é preciso primeiro saber que o raciocínio indutivo é confiável. Mas porque qualquer conhecimento de que o raciocínio indutivo é confiável precisa se apoiar em tal raciocínio, não se pode saber que o raciocínio indutivo é confiável. Em resumo, você precisa saber que o raciocínio indutivo é confiável, mas você não pode [saber isso]²².

Na concepção confiabilista, o cético está errado pelo seguinte: por um lado, saber que o processo é confiável não é condição para a justificação confiabilista e, portanto, não é preciso saber que a indução é confiável – por outro lado, pode-se saber que a indução é confiável, pois agora é possível fazer uma indução sobre os argumentos indutivos evitando a circularidade, isto é, a premissa não está contida na conclusão. Uma vez que o confiabilismo admite inferências contingentemente confiáveis, essas inferências não precisam incluir alguma premissa para o efeito de que a indução é confiável; a pessoa pode ser capaz de argumentar diretamente a partir de casos observados de indução para indução em geral. A indução enumerativa é um exemplo disso: como no passado em muitos casos observados a indução enumerativa tem sido confiável, a indução enumerativa é confiável. Em suma, conforme o confiabilismo, a confiabilidade é o essencial para induções enumerativas. Sendo assim, elas não exigem nem o princípio da regularidade, nem uma premissa sobre sua própria confiabilidade.

3 - AS DESVANTAGENS DO CONFIABILISMO PROCESSUAL

Vimos que na concepção confiabilista, a justificação de uma crença coincide com seu modo de ser formada, isto é, por processos conducentes à verdade. Essa peculiaridade do confiabilismo deixa patente o seu caráter externalista na medida em que não requer que o crente esteja de alguma forma consciente de que ele é confiável ou ele não precisa saber que a crença foi formada por um processo confiável. Talvez, esta maneira de conceber a justificação epistêmica tenha criado certo desconforto entre os defensores de outras posições. De fato, muitas são as críticas dirigidas ao confiabilismo. Entre elas, três objeções têm se destacado na literatura: 1) o problema da metaincoerência; 2) o problema do Novo Gênio Maligno; e 3) o problema da generalidade. As duas primeiras procuram, através de contraexemplos, mostrar que confiabilidade não é uma condição suficiente e/ou necessária

²² In order to have inductive knowledge one must first know that inductive reasoning is reliable. But because any knowledge that inductive reasoning is reliable must rely on such reasoning itself, one cannot know that inductive reasoning is reliable. In short, you need to know that induction is reliable, but you can't (GRECO, 2000, p. 172).

para a justificação epistêmica, e a última se preocupa com a especificação do processo tipo formador de crença.

3.1 O problema da metaincoerência

Esta objeção ao confiabilismo foi formulada por Laurence Bonjour²³ com o intuito de mostrar que embora um processo formador de crença seja confiável isto não é suficiente para conferir justificação a uma crença, porque o sujeito não está internamente justificado. Para ilustrar seu argumento, Bonjour²⁴ oferece quatro versões de um caso em que um sujeito tem uma faculdade clarividente perfeitamente confiável, mas ou não tem nenhuma evidência para acreditar que ele tem essa faculdade, ou tem evidência contra essa proposição. No primeiro caso, o sujeito crê que o presidente está em Nova York por meio de seu poder de clarividência, mas não dispõe de nenhuma evidência nesse sentido, e a crença é verdadeira. Na segunda versão, o clarividente possuía boas razões para pensar que ele, como indivíduo, não tinha este tipo de habilidade cognitiva que ele acreditava possuir, embora alguma crença que ele formasse a partir dessa faculdade fosse verdadeira. No terceiro caso, quase idêntico ao primeiro onde o sujeito, apesar de enormes quantidades de evidências científicas irrefutáveis de que tal poder clarividente não é possível, mantém sua crença nesse poder e de fato, a crença resultada da clarividência é verdadeira. No quarto caso, Norman é descrito como não possuir evidências, ou razões de qualquer natureza a favor, ou contra a possibilidade geral de tal poder cognitivo, ou a favor ou contra a tese de que ele o possui. Um dia Norman passa a acreditar que o presidente está em Nova York, embora ele não tenha evidências a favor ou contrárias a essa crença. De fato, a crença é verdadeira e resulta de seu poder clarividente que é completamente confiável. Os quatro variantes do caso em nenhum momento apresentam uma crença justificada, e não obstante, o processo clarividente é considerado confiável nas quatro versões do caso porque a crença que resulta de um processo produz uma alta taxa de crenças verdadeiras. Portanto, um processo pode ser confiável, como é o caso da clarividência de Norman, mas não conferir justificação às crenças por meio dele formadas. Sendo assim, a confiabilidade não parece ser uma condição suficiente para a justificação.

O confiabilismo apresentado em nosso trabalho até aqui considera que a justificação da crença do sujeito é proporcional à confiabilidade do processo formador, e não requer que

²³ BONJOUR, Laurence. Externalist Theories of Empirical Knowledge. *Midwest Studies in Philosophy*, v. 5, p. 53-73, 1980; *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

²⁴ Ibid., p. 38-41.

o sujeito tenha algum ponto de vista próprio a respeito dessa confiabilidade. A preocupação de Bonjour é a de que confiabilidade, sendo um fator objetivo que é externo ao sujeito, acarrete a irracionalidade subjetiva, isto é, que um sujeito cuja crença é externa ou objetivamente confiável, ou justificada, seja subjetivamente irracional. De maneira específica, Bonjour considera que:

Confiabilidade externa ou objetiva não é suficiente para compensar a irracionalidade subjetiva. Se a aceitação de uma crença é seriamente irracional ou injustificada do próprio ponto de vista do crente, então, o simples fato de que, sem que ele saiba da existência [de confiabilidade] nessas circunstâncias ela nomologicamente garanta a sua verdade não será suficiente para tornar a crença epistemicamente justificada e, assim, uma instância de conhecimento²⁵.

Conforme Bonjour, qualquer um estaria errado ao pensar que a crença de Norman está epistemicamente justificada, e, portanto, é uma instância de conhecimento – quando nem ele mesmo acredita que tem o poder de clarividência. Ou seja, Norman não sabe que o presidente está em Nova York uma vez que, à luz de sua própria concepção subjetiva da situação, acredita-o de maneira irracional ou injustificada, de modo que é por acaso que sua crença é verdadeira. A aceitação de uma crença onde apenas uma confiabilidade externa está disponível será considerada subjetivamente irracional em um sentido que exclui o seu ser justificado epistemicamente. Bonjour insiste em que, ainda que Norman acreditasse possuir o poder de clarividência, isso não legitimaria sua manutenção da crença sobre o paradeiro do presidente, pois ainda faltaria justificação para tal crença.

Agora estamos face a face com o problema fundamental e intuitivamente óbvio do externalismo: por que o simples fato de que tal relação externa ocorre deveria significar que a crença de Norman está epistemicamente justificada, quando a relação em questão está totalmente fora de seu alcance? Como eu disse anteriormente, é claro que alguém que soubesse que o critério de Armstrong estava satisfeito estaria na posição de formular um argumento simples e bastante convincente que justifica a crença de que o presidente está em Nova York: se Norman tem a propriedade H (sendo um clarividente totalmente confiável sob as condições existentes e chegando à crença nessas bases), então ele mantém a crença em questão só se ela for verdadeira; Norman tem propriedade H e mantém a crença em questão; portanto, a crença é verdadeira. Tal observador externo, tendo formulado este argumento justificador, estaria, assim, em condição de justificar a sua própria aceitação de uma crença com o mesmo conteúdo. [...]. Mas nada disso parece de fato justificar a própria aceitação da crença de Norman, pois Norman, ao

²⁵ External or objective reliability is not enough to offset subjective irrationality. If the acceptance of a belief is seriously unreasonable or unwarranted from the believer's own standpoint, then the mere fact that unbeknownst to him its existence in those circumstances lawfully guarantees its truth will not suffice to render the belief epistemically justified and thereby an instance of knowledge (BONJOUR, 1985, p. 41).

contrário do observador externo hipotético, não está, por hipótese, em posição de empregar esse argumento²⁶.

Bonjour continua insistindo:

Uma razão pela qual o externalismo pode parecer inicialmente plausível é que, se a relação externa em questão genuinamente ocorre, então Norman, de fato, não estaria errado em aceitar a crença, e, em certo sentido, não é um acidente que seja assim: não seria um acidente do ponto de vista do nosso observador externo hipotético que conhece todos os fatos e leis relevantes. Mas, como isso pode justificar a crença de Norman? De sua perspectiva subjetiva é um acidente que a crença seja verdadeira. E a sugestão aqui é a de que a racionalidade ou justificabilidade da crença de Norman deve ser julgada do próprio ponto de vista dele e não de uma perspectiva que não está disponível a ele²⁷.

Essa objeção de Bonjour, no seu ponto mais central, consiste em que a confiabilidade de Norman está “fora de seu alcance” ou externa ao seu “ponto de vista subjetivo”. Isto afeta também o externalismo em geral no que diz respeito às teorias de justificação e conhecimento deste tipo. Porque como vimos, no mundo confiabilista externalista, o sujeito não precisa ter acesso a sua confiabilidade, ou seja, ele não é obrigado a saber sobre sua confiabilidade. Para Bonjour, isto é uma violação ao princípio da racionalidade. Então, entendemos que o autor está exigindo que a crença do sujeito, para ser justificada e poder ser, portanto, uma instância de conhecimento, deve necessariamente ser justificada epistemicamente a partir da própria perspectiva desse sujeito, ou seja, ele deve estar consciente do que justifica sua crença.

²⁶ We are now face-to-face with the fundamental - and obviousintuitive problem with externalism: why should the mere fact that such an external relation obtains mean that Norman's belief is epistemically justified when the relation in question is entirely outside his ken? As I noted earlier, it is clear that one who knew that Armstrong's criterion was satisfied would be in a position to construct a simple and quite cogent justifying argument for the belief that the President is in New York City: if Norman has property H (being a completely reliable clairvoyant under the existing conditions and arriving at the belief on that basis), then he holds the belief in question only if it is true; Norman does have property H and does hold the belief in question; therefore, the belief is true. Such an external observer, having constructed this justifying argument, would be thereby in a position to justify his own acceptance of a belief with the same content. [...]. But none of this seems in fact to justify Norman's own acceptance of the belief, for Norman, unlike the hypothetical external observer is ex hypothesi not in a position to employ this argument (BONJOUR, 1985, p. 42-43).

²⁷ One reason why externalism may seem initially plausible is that if the external relation in question genuinely obtains, then Norman will in fact not go wrong in accepting the belief, and it is, in a sense, not an accident that this is so: it would not be an accident from the standpoint of our hypothetical external observer who knows all the relevant facts and laws. But how is this supposed to justify Norman's belief? From his subjective perspective, it is an accident that the belief is true. And the suggestion here is that the rationality or justifiability of Norman's belief should be judged from Norman's own perspective rather than from one which is unavailable to him (Ibid., p. 43-44).

Antes de encerrarmos esta parte, queremos apresentar a breve crítica feita por Bernecker ao exemplo do clarividente Norman, na qual alega que parece duvidoso que a noção de clarividência revele uma ameaça para o confiabilismo externalista. Ele argumenta o seguinte:

Eu acho que é questionável se o exemplo da clarividência representa uma ameaça para o confiabilismo externalista. A plausibilidade intuitiva do experimento mental depende da presunção de que a clarividência não é confiável. No entanto, se uma faculdade clarividente realmente existisse, então ela iria revelar-se confiável ou não. Se ela se mostrar confiável, então intuitivamente não haveria nenhuma razão para negar justificação e conhecimento aos clarividentes. A interpretação internalista de Bonjour do experimento mental pressupõe um preconceito contra a clarividência²⁸.

Embora este autor não dê seguimento à sua crítica, ela não parece tão plausível. Não temos certeza se é exatamente o que Bonjour tinha em mente, mas entendemos que seu ponto era mostrar que a confiabilidade externa não é suficiente para a justificação.

3.2 O problema do novo gênio maligno

Por outro lado, o problema do Novo Gênio Maligno, o qual é apresentado por vários autores diferentes (Cohen, 1984; Pollock, 1984; Feldman, 1985; Foley, 1985), postula uma situação em que alguém está justificado internamente embora seja objetivamente não confiável. Suponha um mundo possível manipulado por um demônio maligno no qual os processos confiáveis no mundo atual são inconfiáveis. O ponto é que o funcionamento cognitivo dos habitantes desse mundo, nossos gêmeos epistêmicos é idêntico ao nosso, no sentido em que eles empregam os mesmos processos cognitivos que nós empregamos e reagem às evidências do mesmo modo que nós o fazemos. A diferença entre nós e eles é a de que, enquanto eles não têm conhecimento porque suas crenças são sistematicamente falsas, nós temos. A intervenção do gênio enganador impede que eles possam estar bem conectados com a verdade como nós estamos. Dado que o demônio criou percepções não verídicas de objetos físicos na mente do sujeito, enganando-o, todas as suas crenças perceptivas, apesar de qualitativamente idênticas às nossas, são, falsas. Assim, os processos de formação de crenças perceptivas no mundo manipulado pelo demônio não são confiáveis.

²⁸ I think that it is questionable whether the clairvoyance example poses a threat to externalist reliabilism. The intuitive plausibility of the thought experiment hinges on the presumption that clairvoyance is not reliable. Yet if a clairvoyant faculty actually existed, then either it would prove itself reliable or not. If it proved itself reliable, then intuitively there would be no reason to deny clairvoyants justification and knowledge. Bonjour's internalist interpretation of the thought experiment presupposes a bias against clairvoyance (BERNECKER, 2008, p. 166).

No entanto, uma vez que as experiências perceptivas dos habitantes do mundo demoníaco, e portanto suas evidências, são idênticas às nossas, e nós temos crenças perceptivas justificadas, as crenças dos sujeitos manipulados pelo demônio também deveriam ser justificadas. Desde esta perspectiva, o argumento mostra que os requisitos do confiabilismo para a justificação epistêmica são demasiado fortes, isto é, confiabilidade não é necessária para a justificação epistêmica. Portanto, uma crença justificada pode ser causada por um processo que não é confiável.

3.3 O problema da generalidade

Este problema foi, inicialmente, apontado por Goldman²⁹, mas atingiu um desenvolvimento mais sistemático em Feldman³⁰ e, em Conee e Feldman³¹. O problema da generalidade pode ser encarado de duas maneiras. Uma forma é considerar esse problema no âmbito de que cada crença é formada a partir de um processo token que instancia vários processos tipo. Então, o fato de que os processos tipo têm diferentes confiabilidades, de modo que é preciso identificar de qual processo tipo o token é uma instanciação para poder determinar a confiabilidade e por consequência a justificação epistêmica. Por exemplo, o processo token que produz a crença atual de que está ensolarado hoje é uma instanciação de muitos processos tipos, a saber, o processo perceptivo, o processo visual, o processo que ocorre no domingo, assim por diante. Cabe observar que estes processos tipos são confiáveis de maneira diferente. E, no entanto, um deles deve ser aquele cuja confiabilidade é relevante para a avaliação dessa crença. Essa tarefa de especificar o processo tipo se torna um desafio para a teoria confiabilista. Daí se origina a dúvida quanto a se o confiabilismo pode, realmente, ser uma teoria substantiva, informativa de crença justificada.

A outra maneira de conceber o problema da generalidade pode ser entendida em forma de dilema, isto é, tanto a excessiva especificidade quanto a excessiva generalidade prejudicam a avaliação da confiabilidade. A especificidade excessiva do processo será aplicável a uma única instância de formação de crença. Então, a confiabilidade do processo será determinada simplesmente pelo fato de a crença em questão ser verdadeira, ou seja, sua taxa será de cem por cento. Isto leva à infalibilidade e cria constrangimento para a teoria confiabilista de justificação porque, Goldman, o expoente da teoria, jamais pretendeu

²⁹ GOLDMAN, Alvin. What Is Justified Belief? In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979.

³⁰ FELDMAN, Richard. Reliability and Justification. *Monist*, v. 68, 1985.

³¹ CONEE, Earl; FELDMAN, Richard. The Generality Problem for Reliabilism. *Philosophical Studies*, n. 89, 1998.

conferir um caráter infalibilista à sua teoria. Também se os processos são individualizados de maneira excessiva, então, todas as crenças formadas a partir deles serão consideradas ou confiáveis ou não confiáveis.

4 - A REAÇÃO DE GOLDMAN FRENTE ÀS CRÍTICAS

As críticas levantadas, sobretudo aquelas mencionadas acima, são ataques diretos ao que é essencial à teoria confiabilista de justificação. Goldman, sendo sensível a elas, tenta realizar algumas modificações nessa teoria. Ele propõe uma tentativa de solução que abarca tanto o problema do novo gênio maligno como o problema da metaincoerência, apelando para a abordagem dos ‘mundos normais’. Ele diz o seguinte:

Nós temos um grande conjunto de crenças comuns sobre o mundo real: crenças gerais sobre os tipos de objetos, eventos e mudanças que ocorrem nele. Temos crenças sobre os tipos de coisas que, realisticamente, acontecem e podem acontecer. Nossas crenças sobre essa questão geram o que chamarei de conjunto de mundos normais. Estes são mundos consistentes com nossas crenças gerais sobre o mundo real. [...]. Nosso conceito de justificação é concebido contra o pano de fundo de tal conjunto de mundos normais. A minha proposta é a de que, de acordo com nossa concepção comum de justificação, um sistema de regras é correto em qualquer mundo *W* se e somente se ele tem uma taxa de verdade suficientemente alta nos mundos normais³².

Nessa primeira modificação proposta, a crença do sujeito enganado pelo demônio de tipo cartesiano estaria justificada, uma vez que os processos de formação de crença utilizados por ele são conducentes à verdade conforme os critérios dos mundos normais. Também, Goldman admite que os clarividentes possam estar justificados em suas crenças, mesmo que o processo de formação de crença conforme o sentimento de clarividência não tenha uma taxa de produção de crenças verdadeiras elevadas tanto no mundo atual quanto nos mundos normais. Mas ao supor que os mundos normais contêm ondas de clarividência, análogas às ondas de som ou de luz – as pessoas nos mundos normais, por meio de ondas de

³² We have a large set of common beliefs about the actual world: general beliefs about the sorts of objects, events, and changes that occur in it. We have beliefs about the kinds of things that, realistically, do and can happen. Our beliefs on this score generate what I shall call the set of *normal worlds*. These are worlds consistent with our *general* beliefs about the actual world. [...]. Our concept of justification is constructed against the backdrop of such a set of normal worlds. My proposal is that, according to our ordinary conception of justifiedness, a rule system is right in any world *W* just in case it has a sufficiently high truth ratio *in normal worlds* (GOLMAN, 1986, p. 107).

clarividência, detectariam com precisão as características de seu ambiente assim como nós detectamos características do nosso ambiente pela luz e pelo som³³.

Todavia, em “Strong and Weak Justification”, Goldman continua o processo de modificação de seu confiabilismo processual com o intuito de responder tanto à necessidade quanto à suficiência da confiabilidade para a justificação. Neste artigo, o autor distingue dois tipos de justificação para uma crença em questão. A crença é fortemente justificada se e somente se ela for bem formada, no sentido de ser formada por meio de um processo que é conducente à verdade tanto no mundo atual quanto no mundo possível no qual foi produzida. E, uma crença é fracamente justificada se e somente se ela for inocente embora mal formada, no sentido de ser produzida por um processo cognitivo não confiável que o crente não crê ser não confiável, e cuja falta de confiabilidade o crente não tem nenhuma maneira disponível de determinar³⁴. Goldman ainda permanece firme no seu critério confiabilista, enfatizando o grau de justificação de nível primário (ou de primeira ordem) do processo formador da crença do sujeito em vez de se preocupar com a justificação de nível secundário (ou segunda ordem) que este sujeito sustenta para o processo que produz a crença.

Como destacamos anteriormente, a ideia de Goldman é tentar resgatar sua teoria confiabilista através desses dois tipos de justificação. Assim, conforme esse critério, o sujeito manipulado estaria justificado de maneira fraca, isto é, ele não possui o mesmo grau de justificação que o sujeito não manipulado como se pensava no caso do gênio maligno – o processo formador de sua crença é totalmente desprovido de confiabilidade mas ele não tem culpa disso. O sujeito não governado pelo demônio, ao contrário, possui uma justificação forte, devido a que sua crença é formada por um processo conducente à verdade no mundo em que a crença é formada, e que pode, portanto, ser uma instância de conhecimento.

Goldman³⁵ empreende outra modificação na sua teoria confiabilista, tratando de apresentá-la como uma teoria de atribuição de justificação. Em outro trabalho mais recente, Goldman diz que “‘Folkways’ propõe uma teoria da atribuição, uma teoria que visa explicar ou prever os juízos que as pessoas fazem sobre justificação”³⁶.

³³ GOLDMAN, Alvin. Strong and Weak Justification. In: TOMBERLIN, James (Org.). *Philosophical Perspectives 13: Epistemology*. Atascadero: Ridgeview, 1988. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge, MA: MIT Press (1992).

³⁴ GOLDMAN, 1988, p. 56.

³⁵ GOLDMAN, Alvin. *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: MA: MIT Press, 1992.

³⁶ ‘Folkways’ put forward an attribution theory, a theory that aimed to explain or predict the judgements peoplemake about justifiedness (GOLDMAN Alvin. Reliabilism. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. (Edição 2008) Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/reliabilism/> Acesso em: 26 de março de 2015.)

Embora Goldman não seja tão reconhecido como um epistemólogo da virtude, mas nessa revisão de sua teoria ele salienta o papel da noção de virtude na atribuição de justificação. A atividade da atribuição de justificação é composta por duas etapas. A primeira etapa consiste em elaborar uma lista mental de ‘boas’ e ‘más’ formas de formação de crenças, dos procedimentos de formação de crenças, que se classificam como ‘virtudes’ e ‘vícios’ epistêmicos. Entende-se que a atribuição de confiabilidade ao processo é determinada conforme seu desempenho no mundo atual. A segunda etapa diz respeito à aplicação dessas virtudes e vícios em vista de saber se uma crença está justificada ou não. O processo formador da crença será o objeto da avaliação que é feita conforme a lista mental do atribuidor. Então, a justificação será conferida à crença caso seu processo formador integre a lista de virtudes do atribuidor, e a justificação será negada à crença caso seu processo formador integre a lista dos vícios.

Com base nessa revisão mais recente da teoria confiabilista de justificação, mais uma vez, Goldman mostra que as crenças formadas pelo sujeito enganado pelo demônio de tipo cartesiano estão de posse de status justificacional positivo. As crenças baseadas nas aparências visuais contam como justificadas uma vez que a visão é um processo cognitivo que está na lista das virtudes epistêmicas. Então, independente de se a visão é confiável ou não, essas crenças serão consideradas, naturalmente, pelos atribuidores como justificadas. Como aponta o autor, a teoria não permite que os atribuidores revisem a sua lista de virtudes e vícios epistêmicos sempre que houver uma história envolvendo a confiabilidade não padrão. Quanto à faculdade de clarividência, conforme expressa Goldman³⁷, pelo fato de ignorar evidências contrárias e outros elementos, deve ser considerada como um vício. Portanto, ela não produz crença justificada, pois automaticamente entra na lista dos vícios dos avaliadores. No que diz respeito à solução do problema da generalidade, ele sugere que um processo tipo pode ser especificado em termos de senso comum e conforme os critérios da psicologia científica.

Avaliar este sucesso está fora de minhas pretensões atuais, as quais têm por objeto a teoria proposta por Greco. De certa forma, como destacamos no início da primeira seção deste capítulo, a situação gira em torno ao debate entre o internalismo e o externalismo. E essa parece ser uma discussão em aberto. Sendo assim, podem as modificações de Goldman ser consideradas plausíveis? Talvez não estejamos em condição de responder a esta pergunta, e tampouco é de nosso interesse. Em face desse debate, que teve seu início décadas atrás, Goldman continua respondendo às críticas feitas à sua teoria, enquanto outros

³⁷ Id.

a abandonam, e outros ainda preferem usar outros meios para responder às críticas levantadas, ou ainda tentam elaborar uma nova teoria que inclui tanto o externalismo quanto o internalismo. Isto será objeto de nossa atenção no segundo capítulo deste trabalho.

5 – O CONFIABILISMO DO AGENTE E O PROBLEMA DOS PROCESSOS ESTRANHOS E FUGAZES

Vimos que a justificação de uma crença é determinada pela confiabilidade do processo ou processos que a causam, onde o grau de confiabilidade expressa a proporção de crenças verdadeiras produzidas pelo processo. Processos conferidores de justificação são aqueles que possuem uma alta taxa de crenças verdadeiras. Este projeto tem sido alvo de muitas críticas, entre outras vimos que a suficiência e a necessidade da confiabilidade para a justificação de uma crença foram contestadas – e os críticos reclamam a necessidade de especificar o processo tipo cuja confiabilidade é relevante para a avaliação da crença. Diante da insistência desses problemas e outros, Greco³⁸ procura fortalecer ou restringir o confiabilismo processual, oferecendo uma nova versão de confiabilismo – o assim chamado “Confiabilismo do Agente” – baseado na virtude epistêmica que, em vez de colocar a confiabilidade no processo de formação de crença, faz do agente o lugar da confiabilidade. Em outras palavras, o confiabilismo do agente caracteriza os processos confiáveis como sendo aqueles que são fundamentados nas virtudes cognitivas do conhecedor.

É interessante mencionar que embora Greco vá se valer do confiabilismo processual quanto a suas noções básicas para a sua versão confiabilista da virtude, ele não está preocupado com a sua associação com o externalismo ainda que o ponto de vista confiabilista que ele assuma seja uma tese externalista. Em vez disso, sua insatisfação com o confiabilismo processual se refere a como ele é vulnerável a determinados contraexemplos. O que motiva esta versão parece ser a sua capacidade para responder, desde uma perspectiva confiabilista, vários problemas enfrentados pela visão do confiabilismo processual³⁹.

Os problemas destacados acima, como se pode perceber, são críticas que dizem respeito ao caráter internalista, mas Greco está preocupado principalmente com aqueles que envolvem o que ele chama de “processos estranhos e fugazes”. Os distintos exemplos de tais

³⁸ GRECO, John. “Agent reliabilism”. *Noûs*, n. 33, *Supplement: Philosophical Perspectives*, 13, Epistemology, 1999; *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York: Cambridge University Press, 2000; *Virtue Epistemology*. In: MOSER, Paul K, Ed. *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

³⁹ PRITCHARD, Duncan. *Virtue Epistemology and Epistemic Luck*. *Metaphilosophy*, vol. 34, n. 1/2, 2003, p. 106-130.

processos suscitam questões diferentes. Considere o primeiro caso, oferecido por Alvin Plantinga, em que um processo estranho e fugaz é confiável, mas a confiabilidade resulta de um mau funcionamento por parte do agente. Imagine que há um tipo de lesão cerebral raro, o qual leva o sujeito a acreditar que ele sofre de uma lesão cerebral.

Suponha-se, então, que *S* sofre com esse tipo de transtorno e, portanto, acredita que ele sofre de uma lesão cerebral. Considere que, de qualquer modo, ele não tem nenhuma evidência para essa crença: não há sintomas dos quais ele esteja consciente, nenhum testemunho por parte dos médicos ou outros peritos, nada. (Acrescente, se quiser, que ele tem muitas evidências contra ela, mas, em seguida, acrescente também que o mau funcionamento induzido pela lesão faz com que seja impossível para ele tomar devidamente em conta esta evidência.) Então o tipo relevante (embora possa ser difícil especificar em detalhe) será altamente confiável; mas a crença resultante – de que ele tem uma lesão cerebral – terá pouca autorização epistêmica para *S*⁴⁰.

Outro caso a ser considerado a título de exemplo é “o caso do demônio útil”.

René acha que pode vencer as mesas de roleta com um sistema que ele criou. Raciocinando de acordo com a falácia do jogador, ele acredita que os números que não saíram nas últimas rodadas são os mais propensos a saírem nas próximas. No entanto, ao contrário da vítima do demônio de Descartes, o nosso René tem um demônio ajudante. Atuando como uma espécie de anjo da guarda epistêmico, todas as vezes que René forma uma crença de que um número virá em seguida, o demônio organiza a realidade de modo que a crença seja verdadeira. Devido às intervenções sempre presentes do demônio útil, o processo de formação da crença de René é altamente confiável. Mas isso é porque o mundo é arranjado para estar de acordo com as crenças de René, e não porque as crenças de René se conformam ao mundo⁴¹.

Na verdade, crenças baseadas neste tipo de processo não poderiam ser nem mesmo justificadas, como destaca Meehan, “acreditar em tal afirmação poderia ser considerado como o resultado de um vício cognitivo, tal como a falta de qualquer consideração cuidadosa, incapacidade de executar raciocínio espacial”⁴².

Finalmente, considere o caso do estudante negligente de matemática.

⁴⁰ Suppose, then, that *S* suffers from this sort of disorder and accordingly believes that he suffers from a brain lesion. Add that he has no evidence at all for this belief: no symptoms of which he is aware, no testimony on the part of physicians or other expert witnesses, nothing. (Add, if you like, that he has much evidence *against* it; but then add also that the malfunction induced by the lesion makes it impossible for him to take appropriate account of this evidence.) Then the relevant type (while it may be hard to specify in detail) will certainly be highly reliable; but the resulting belief—that he has a brain lesion—will have little by way of warrant for *S* (PLANTINGA, 1993, p. 199).

⁴¹ Rene thinks he can beat the roulette tables with a system he has devised. Reasoning according to the Gambler's Fallacy, he believes that numbers which have not come up for long strings are more likely to come up next. However, unlike Descartes' demon victim, our Rene has a demon helper. Acting as a kind of epistemic guardian angel, every time Rene forms a belief that a number will come up next, the demon arranges reality so as to make the belief come out true. Given the ever present interventions of the helpful demon, Rene's belief forming process is highly reliable. But this is because the world is made to conform to Rene's beliefs, rather than because Rene's beliefs conform to the world (GRECO, 1999, p. 286).

⁴² Believing such a claim could be considered the result of a cognitive vice, such as lack of any careful consideration, inability to do spatial reasoning (MEEHAN, 2012, p. 28).

Suponha que S está realizando um teste de matemática e adota um algoritmo correto para resolver um problema. Mas suponha que S não tem entendimento de que o algoritmo é o correto a ser usado para este problema. Em vez disso, S o escolhe por um capricho, mas poderia muito bem ter escolhido um que está incorreto. Por hipótese, o algoritmo está certo, e assim, utilizá-lo de modo a resolver o problema constitui um processo confiável. Parece errado, no entanto, dizer que S sabe a resposta para o problema⁴³.

Estes processos estranhos e fugazes mostram que o confiabilismo processual é inconsistente ou demasiado permissivo. Pois, vimos que embora nos três casos os processos de formação de crença sejam confiáveis no sentido de gerar crenças verdadeiras, eles não geram crenças justificadas, e por isso não levam a casos de conhecimento. Portanto, como menciona Greco, deve haver alguma restrição colocada sobre os processos confiáveis, isto é, apelar à teoria da virtude, de modo que os processos confiáveis sejam restringidos a aqueles que são fundamentados na virtude cognitiva do sujeito. Antes de proceder com a maneira como Greco enfrenta estes problemas através da virtude confiabilista, será necessário apresentar brevemente a introdução da virtude na epistemologia contemporânea.

Sosa, com seu artigo *The raft and the Pyramid* (1980) (A jangada e a pirâmide), foi o primeiro a introduzir na epistemologia contemporânea uma teoria chamada de “epistemologia da virtude” em vista de resolver certos problemas. Desde esta perspectiva, Greco, tentando solucionar o problema dos processos estranhos e fugazes que ameaça o confiabilismo processual, recorre primeiro a uma passagem de Sosa, onde este último considera que um determinado movimento feito pela ética das virtudes poderia ser frutuosa e adotado na epistemologia. Eis o trecho de Sosa:

Em que sentido está justificado o médico que atendia Frau Hitler realizando uma ação que traz consigo muito menos valor do que uma de suas alternativas acessíveis? De acordo com uma ideia promissora, a chave vai ser encontrada nas regras que ele encarna por meio de disposições estáveis. Sua ação é o resultado de determinadas virtudes estáveis, e não existem disposições alternativas igualmente virtuosas que, dadas as suas limitações cognitivas, ele poderia ter incorporado com consequências totais iguais ou melhores, e que o teriam levado ao infanticídio nas circunstâncias. O movimento importante para o nosso objetivo é a estratificação da justificação. Justificação primária se vincula a virtudes e outras disposições, a disposições estáveis para agir, por meio de sua maior contribuição de valor quando comparada com alternativas. Justificação secundária se vincula a atos particulares em virtude de sua origem em virtudes ou outras disposições justificadas. A mesma estratégia também pode revelar-se útil na epistemologia. Aqui justificação primária se aplicaria às virtudes intelectuais, a disposições estáveis para adquirir crença, através de sua maior contribuição para nos conduzir à verdade. Justificação

⁴³ Suppose that S is taking a math test and adopts a correct algorithm for solving a problem. But suppose that S has no understanding that the algorithm is the correct one to use for this problem. Rather, S chooses it on a whim, but could just as well have chosen one that is incorrect. By hypothesis, the algorithm is the right one, and so using it to solve the problem constitutes a reliable process. It seems wrong to say that S thereby knows the answer to the problem, however (GRECO, 2010, p. 149).

secundária seria atribuída, então, a crenças particulares em razão de sua origem em virtudes intelectuais ou outras disposições justificadas⁴⁴.

O movimento descrito nesta passagem consiste no seguinte: uma vez que a retidão de uma ação moral pode ser entendida em termos de disposições estáveis ou do caráter do agente moral, a retidão epistêmica de uma crença pode ser entendida em termos do caráter intelectual do conhecedor. Por isso, a passagem se mostra relevante no âmbito de apresentar a motivação para uma restrição de processos cognitivos confiáveis; na visão de Greco, esses são aqueles processos que têm suas bases nas disposições estáveis e bem sucedidas do crente e que são relevantes para o conhecimento e justificação. Em geral, os epistemólogos da virtude sustentam que, pelo menos uma condição necessária para o conhecimento é que a pessoa atinja uma crença verdadeira via os traços cognitivos estáveis e confiáveis que compõem o caráter cognitivo dela.

Na medida em que as disposições estáveis e bem sucedidas de uma pessoa são adequadamente entendidas como virtudes, Sosa denomina esta abordagem de “epistemologia da virtude”. Esta, na medida em que se aproxima da virtude ética, concebe crença justificada e conhecimento em termos de crença baseada em virtude intelectual, crença que se verdadeira é um caso de conhecimento⁴⁵. Este conceito de virtude pode ser entendido de duas maneiras: um sentido amplo de virtude, ainda grega, que diz respeito à função singular ou artificial de qualquer coisa, por exemplo, o bater do coração, o corte de uma faca, o arremesso de um jogador, etc. E um sentido estrito, que seria o aristotélico – o caso das virtudes intelectuais, tais como: competências, faculdades, habilidades, e na perspectiva confiabilista os processos cognitivos confiáveis, caracterizados por serem disposições estáveis do agente para adquirir crenças verdadeiras, tais como visão, audição, introspecção, raciocínio, memória. As disposições estáveis podem ser naturais ou adquiridas por meio de aprendizado e treinamento; podem compreender tanto atos intencionais quanto

⁴⁴ In what sense is the doctor attending Frau Hitler justified in performing an action that brings with it far less value than one of its accessible alternatives? According to one promising idea, the key is to be found in the rules that he embodies through stable dispositions. His action is the result of certain stable virtues, and there are no equally virtuous alternate *dispositions* that, given his cognitive limitations, he might have embodied with equal or better total consequences, and that would have led him to infanticide in the circumstances. The important move for our purpose is the stratification of justification. Primary justification attaches to virtues and other dispositions, to stable dispositions to act, through their greater contribution of value when compared with alternatives. Secondary justification attaches to particular acts in virtue of their source in virtues or other such justified dispositions. The same strategy may also prove fruitful in epistemology. Here primary justification would apply to *intellectual* virtues, to stable dispositions for belief acquisition, through their greater contribution toward getting us to the truth. Secondary justification would then attach to particular beliefs in virtue of their source in intellectual virtues or other such justified dispositions (SOSA, 1991, p. 189).

⁴⁵ AUDI, Robert. Intellectual virtue and epistemic Power. In: *Ernest Sosa: and His Critics*. John Greco, Ed. USA: Backwell, 2004.

atos não intencionais do agente. A virtude no sentido estrito aristotélico se limita ao âmbito humano, embora quando se refira a um membro do corpo humano, ela possa tanto pertencer à virtude ampla quanto à restrita. O olho é um exemplo disso, sua faculdade pertence ao sentido amplo da virtude, e a boa visão, num ambiente adequado, ajuda alcançar a verdade – a qual é uma questão intelectual, portanto, a virtude do olho é também num sentido amplo uma virtude intelectual⁴⁶.

Apropriando-se da maneira de Sosa entender a epistemologia da virtude, Greco nega que as faculdades cognitivas e hábitos de um crente possam ser estranhos e fugazes. Com mais precisão ele diz:

Virtudes cognitivas não podem ser estranhas, por que virtudes são partes do caráter, e o caráter é constitutivo do agente. Certamente, podem existir caracteres estranhos, como em “uma espécie de caráter estranho”. Mas o caráter não pode ser estranho de maneira relevante para o agente ao qual o caráter pertence. Dito de outra forma, um caráter está sempre “no caráter”. Este ponto não é refutado pelo fato de que o caráter pode mudar, pois, quando isso ocorrer, então o que está “no caráter” muda com ele. Nem podem virtudes cognitivas ser passageiras, pois elas são por natureza estáveis. Mais exatamente, virtudes devem ser estáveis em todos os mundos possíveis próximos, e assim obter apenas o tipo de análise modal que é necessário para lidar com contraexemplos que envolvem processos fugazes⁴⁷.

Hábitos e faculdades são partes do caráter que fazem o agente ser o que ele é, e por serem disposições estáveis, por definição, eles não podem ser o tipo de coisa que uma pessoa possa adotar por um capricho ou envolver-se de forma irregular. Então pela mesma razão, eles não são nem fugazes nem estranhos. Desde esta perspectiva, Greco, tentando transformar a definição do confiabilismo processual, diz o seguinte: “Uma crença *p* tem status epistêmico positivo para uma pessoa *S* se e somente se a crença de *S* de que *p* resulta das disposições estáveis e confiáveis que compõem o caráter cognitivo de *S*”⁴⁸. Pelo fato de as disposições estáveis comporem o caráter dos agentes, Greco chama essa posição de “confiabilismo do agente”. Dessa forma, a confiabilidade dos agentes passa a ser fundamental para a explicação do conhecimento e da crença justificada.

Vimos que o confiabilismo da virtude defendido por Greco promete resgatar a teoria confiabilista, restringindo a gama de processos confiáveis conducentes ao conhecimento

⁴⁶ SOSA, Ernest. *Knowledge in perspective: selected essays in epistemology*. New York: University Press, 1991, p. 271.

⁴⁷ Cognitive virtues cannot be strange because virtues are part can be strange characters, as in “a strange sort of character.” But character cannot be strange relevant to the agent whose character it is. Put another way, one’s character is always “in character.” This point is not refuted by the fact that character can change, for when it does, then what is “in character” changes with it. Neither can cognitive virtues be fleeting, for virtues are by nature stable. More exactly, virtues must be stable across close possible worlds, and so get just the sort of modal analysis that is needed to address counterexamples involving fleeting processes (GRECO, 2010, p. 150).

⁴⁸ A belief *p* has positive epistemic status for a person *S* just in case *S*'s believing *p* results from stable and reliable dispositions that make up *S*'s cognitive character (GRECO, 2000, p. 177).

àqueles que são traços do caráter cognitivo de um agente. A explicação para uma restrição desse tipo é a de que nosso interesse na confiabilidade se restringe à confiabilidade das habilidades cognitivas do agente. A crença verdadeira formada de maneira confiável será elevada a uma instância de conhecimento na medida em que o processo que a causou é uma habilidade do crente, ou seja, a condição de que a crença verdadeira seja obtida mediante a habilidade do agente evita a acidentalidade, por outro lado é escorregadio falar em ‘esforço do agente’.

Como já dissemos, nos três casos que apresentamos anteriormente as crenças formadas são todas confiáveis, mas seria um erro atribuir conhecimento aos sujeitos envolvidos. A pergunta que surge é por que esses sujeitos não têm conhecimento, se eles têm crença verdadeira formada confiavelmente, e a teoria confiabilista exige apenas confiabilidade do processo para adquirir conhecimento? Greco sugere que para enfrentar os contraexemplos é preciso introduzir um elemento modal na análise, exigindo que as condições para o conhecimento sejam satisfeitas em termos contrafactuais, ou seja, em mundos possíveis próximos. Como já foi mencionado, as virtudes devem ser estáveis não somente no mundo real mas também em todos os mundos possíveis próximos. O algoritmo que o estudante de matemática descuidado usa para resolver o problema é confiável, mas o estudante não é confiável e portanto, não tem conhecimento. O seu uso do algoritmo não está fundamentado numa habilidade cognitiva, existem mundos próximos onde ele não usa o algoritmo correto. É por um capricho que ele escolhe o algoritmo certo, de tal forma que ele poderia ter muito facilmente empregado o algoritmo incorreto. Seu processo confiável é um processo fugaz. Não é um hábito ou uma disposição dele. Dadas as mesmas circunstâncias, ele poderia ter utilizado um processo inadequado, e assim acabar com uma falsidade. Portanto, o estudante não possui conhecimento⁴⁹. A questão é que se um processo é uma disposição ou um hábito do agente, então ele será capaz de estar ciente das circunstâncias em que ele pode se tornar não confiável. Cabe notar que aqui está precisamente a diferença entre o confiabilismo processual e o confiabilismo da virtude: ainda que o processo (o algoritmo) seja ‘confiável’, isto é, adequado para alcançar crenças verdadeiras, o caráter cognitivo do agente não inclui a virtude ou a habilidade de ‘entender’ esse algoritmo, esse raciocínio está fora do alcance do sujeito, por isso para ele é um acidente ter chegado à crença verdadeira que é a solução do problema.

⁴⁹ GRECO, John. *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity*. Cambridge, University Press, 2010, p. 150.

Também, no caso da lesão cerebral, a maneira como o sujeito forma a sua crença verdadeira sobre a lesão cerebral, com base na sua lesão cerebral, é confiável. Portanto, no contexto geral do confiabilismo processual diríamos que esse sujeito está de posse de crença justificada e de conhecimento. Mas Greco⁵⁰ recusa que um agente possa ganhar conhecimento dessa maneira. O exemplo da lesão cerebral se propõe a mostrar que crença verdadeira causada por um processo cognitivo confiável desse tipo não é suficiente para gerar conhecimento, porque o processo resulta de uma crença epistemicamente estranha ou irresponsável. Dado que o agente está desprovido de evidência tanto a favor quanto contrária à sua crença, ele é epistemicamente irresponsável em acreditar que ele sofre de uma lesão cerebral. Então, do seu próprio ponto de vista, ele não deveria manter esta crença.

Cabe destacar que a maneira como Alvin Plantinga aborda o contraexemplo da lesão cerebral é para introduzir uma exigência de “função própria” para a obtenção de conhecimento. Segundo ele, uma faculdade cognitiva pode dar origem ao conhecimento somente se ela está funcionando adequadamente, ou funcionando como ela foi designada para funcionar. Uma vez que o caso da lesão cerebral não envolve função própria e desígnio⁵¹, ele exclui toda possibilidade de elevar-se a uma instância de conhecimento. Greco não se mostra totalmente de acordo com esta ideia de Plantinga por entender que pode haver casos em que uma função inadequada aumente a capacidade de conhecer de uma pessoa. Ele se refere aos exemplos nos quais o neurologista Oliver Sacks⁵² apresenta casos em que anomalia e disfunção aumentam as habilidades cognitivas do sujeito ao longo de determinadas dimensões e, como resultado, aumentam a capacidade da pessoa para um tipo de conhecimento relevante. Um desses exemplos era o caso de dois gêmeos autistas, psicóticos ou cognitivamente deficientes. Nada havia de muito especial com eles – exceto por sua notável “memória documental” para os mínimos detalhes de sua própria experiência e seu uso de um algoritmo inconsciente de calendário que lhes permitia dizer de imediato em que dia da semana cairia uma data no futuro ou passado distante. Qualquer data nos últimos ou próximos 40 mil anos mencionada e, quase instantaneamente, eles informam em que dia da semana ela cairá. Embora vários exemplos desse tipo fossem destacados, o princípio de Plantinga parece plausível, porque esses exemplos podem ser considerados apenas como casos isolados ou acidentais.

⁵⁰ GRECO, John. Virtues and Vices of Virtue Epistemology. *Canadian Journal of Philosophy*. V. 23, n. 3, 1993.

⁵¹ Desígnio, é a tradução relativa feita pelo professor, Dr Roberto Pich à expressão *design*. HOFMEISTER P., Roberto. Autorização epistêmica e acidentalidade. *Veritas*. Porto Alegre, v.50, n. 4, 2005, p. 249-276.

⁵² SACKS, Oliver. *The Man Who Mistook His wife for a hat*. New York, Harper Collins, 1970.

No exemplo da lesão cerebral, a confiabilidade do processo se deve a um mau funcionamento cognitivo do ponto de vista do agente. A respeito disso, Greco sugere que

O problema não é tanto a falta de saúde como é a falta de integração cognitiva. Isto é, o processo cognitivo associado com a lesão cerebral não é suficientemente integrado com as outras disposições cognitivas da pessoa, de modo a contar como fazendo parte do caráter cognitivo. A falta de saúde geralmente sinaliza a falta de integração, mas nem sempre esse é o caso. A ideia atual é a de que uma disposição é parte do caráter cognitivo somente se ela é tanto (a) estável no sentido relevante, quanto (b) bem integrada com outras disposições cognitivas da pessoa⁵³.

Se o processo é estranho ou fugaz à luz do resto do sistema cognitivo do agente, não importa que ele seja confiável do seu ponto de vista, o agente vai rejeitar tanto o processo quanto as suas deliberações. Assim, para um processo ser candidato a qualificar-se como capacidade cognitiva, de modo relevante para o conhecimento, ele não deve ser inconsistente com o resto das crenças do agente e com os métodos que as produzem. Por conta disso, uma pessoa com lesão cerebral não tem conhecimento apenas porque o processo cognitivo associado com a lesão não está bem integrado com os outros aspectos da cognição da pessoa. O processo produz apenas uma única crença, por exemplo, e ela não está relacionada e é insensível a outras disposições que regem a formação e avaliação de crença.

Tentando acentuar ainda mais e lançar alguma luz sobre a natureza integrada dos nossos caracteres cognitivos, Greco ressalta dois aspectos nela. O aspecto da integração cognitiva diz respeito à gama de outputs, isto é, a integração cognitiva de uma disposição depende de como o resultado dessa disposição se comporta em relação a outras crenças no sistema. Em outras palavras, a boa relação dos produtos de uma disposição gera uma boa integração cognitiva com outras crenças do resto do sistema cognitivo do agente. Outro aspecto da integração cognitiva é o de derrotar contraevidência. Um processo é bem integrado com o resto do sistema cognitivo na medida em que as crenças que ele produz se mostram capazes de derrotar as razões que contam contra elas. Conforme menciona Greco, a integração cognitiva desempenha um papel de cooperação e interação, ou interação cooperativa, com outros aspectos do sistema cognitivo⁵⁴.

⁵³ The problem is not so much a lack of health as is it a lack of cognitive integration. That is, the cognitive process associated with the brain lesion are not sufficiently integrated with other of the person's cognitive dispositions so as to count as being part of cognitive character. A lack of health often signals a lack of integration, but it is not always the case. The present idea is that a disposition is part of cognitive character only if it is both (a) stable in the relevant sense, and (b) well integrated with other of the person's cognitive dispositions (GRECO, 2003a, p. 358).

⁵⁴ GRECO, John. *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity*. Cambridge, University Press, 2010, p. 152.

Como se pode notar, com base em considerações muito semelhantes às anteriores, Greco⁵⁵ propôs uma visão de virtude confiabilista, relevante para o conhecimento, na qual ressalta que, ao avaliar se algum agente sabe, não se deve considerar a confiabilidade dos processos de formação de crença, mas a ênfase será feita sobre a confiabilidade do caráter cognitivo do agente, sobretudo concebido enquanto sistema estável e interligado com tais processos de formação de crenças. É esta totalidade entrelaçada de habilidades cognitivas que dão origem a um sentido epistêmico, e que deve ser o foco da avaliação epistêmica em questão. Ou seja, para adquirir conhecimento com base num processo, este último há de ser uma habilidade cognitiva do agente, o que significa que ele deve estar integrado ao caráter cognitivo desse agente.

Ao restringir os processos cognitivos relevantes àqueles fundamentados nas habilidades ou competências do conhecedor, os processos estranhos e fugazes, incluindo lesões cerebrais e outros, não podem dar origem à crença epistemicamente justificada⁵⁶. Dessa forma, Greco pretende descartar tanto os processos estranhos quanto os fugazes, não os considerando adequados para integrar o caráter cognitivo do agente, uma vez que eles não são disposições ou hábitos que possam realmente ser contabilizados como traços de caráter.

Greco destaca que esta posição pode ser aplicável a várias outras versões do confiabilismo, tais como o confiabilismo do método, o confiabilismo da prática social e confiabilismo da evidência – porque neles também pode ocorrer casos onde a confiabilidade do processo formador de crença é estranha e fugaz, portanto não resultando em crença justificada e nem, por consequência, em conhecimento. Por conseguinte, se houver disposição correspondente para empregar determinado método, parece errado dizer que uma pessoa tenha crença justificada e conhecimento, simplesmente por ter empregado o método adequado em um episódio isolado. A crença, para se elevar a uma instância de conhecimento, não somente deve ser formada por um processo confiável, mas isso não pode ser acidental do ponto de vista do crente⁵⁷.

Na visão revista do confiabilismo processual, é a disposição estável ou a habilidade do agente que determina a confiabilidade do processo em questão. Dessa forma, as versões de confiabilismo mencionadas acima seriam viáveis sempre que haja envolvimento das disposições relevantes como propriedades do agente. Por exemplo, a prática social confiável

⁵⁵ GRECO, John. "Agent reliabilism". *Noûs*, n. 33, *Supplement: Philosophical Perspectives*, 13, Epistemology, 1999.

⁵⁶ GRECO, John. Virtue Epistemology. In: MOSER, Paul K, Ed. *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 303.

⁵⁷ GRECO, John. Agent Confiabilism. *Noûs*, n. 33, *Supplement: Philosophical Perspectives*, 13, Epistemology, 1999, p. 288.

de William Alston⁵⁸. A fim de evitar que os agentes assumam práticas sociais confiáveis por capricho, ou em incidentes isolados, as disposições deles devem estar incluídas na definição dessas práticas – ou seja, as práticas sociais não de ser, por definição, disposições para agir de determinadas maneiras. Ele diz que “Uma prática doxástica pode ser pensada como um sistema ou uma constelação de disposições ou hábitos, ou para usar um termo em voga, ‘mecanismos’, cada um dos quais produz como saída (*output*) uma crença que está relacionada de uma determinada maneira a uma ‘entrada’ (*input*)”⁵⁹. Com efeito, conforme Greco, cabe notar que o conhecimento e a crença justificada são fundamentados nas disposições dos agentes confiáveis, embora estas devam ser entendidas em termos de práticas sociais de processos confiáveis.

Dessa forma, Greco trata de resolver o problema dos processos confiáveis estranhos e fugazes ressaltando as disposições estáveis como um elemento integrante do caráter do agente. Se o diagnóstico do autor está correto, o confiabilismo processual, mudando-se para o confiabilismo agente, pode escapar das acusações atribuídas a ele. Todavia, embora o conhecimento passe a ser fundamentado nas disposições dos agentes confiáveis, ele permanece no âmbito objetivo. E, no entanto, existe a exigência de que uma explicação adequada do conhecimento deva encerrar elementos de confiabilidade e outros elementos que dizem respeito à condição subjetiva do sujeito. Ou seja, a exigência de que o sujeito deva ser sensível ao elemento justificacional de sua crença, ou que ele tenha noção sobre a origem de sua crença. Este assunto será desenvolvido com mais amplitude no próximo capítulo deste trabalho.

⁵⁸ ALSTON, William. A Doxastic Practice Approach to Epistemology. In: CLAY, Marjorie and LEHRER Keith, eds. *Knowledge and Skepticism*. Boulder: Westview Press, 1989.

⁵⁹ A doxastic practice can be thought of as a system or constellation of dispositions or habits, or to use a currently fashionable term, “mechanisms”, each of which yields a belief as output that is related in a certain way to an “input” (ALSTON, 1991, p. 153).

II – O CONFIABILISMO DO AGENTE E O PROBLEMA DA JUSTIFICAÇÃO SUBJETIVA

Como já referimos anteriormente, as disposições estáveis, das quais resultam a crença do agente de que dada proposição é verdadeira, determinam a confiabilidade do agente ao crer nessa proposição. Alternativamente, as disposições do agente que dão origem à sua crença de que p constituem habilidades intelectuais, ou poderes, ou virtudes. Ou seja, a confiabilidade não depende do processo ou método de formação de crença, senão da própria habilidade ou virtude do agente. Então, no confiabilismo do agente, a justificação epistêmica resulta do caráter do agente. Mas, a condição de justificação continua sendo objetiva porque vinculada à taxa de sucesso em obter crença verdadeira. A intuição externalista predomina nesta concepção, pois o sujeito não precisa estar ciente do fato de que sua crença tem em sua origem uma virtude epistêmica, sendo que a crença será um caso de conhecimento somente se ela for objetivamente bem formada, ou seja, se for produzida por um processo confiável de formação de crenças que constitui uma habilidade do sujeito. Por conseguinte, a visão de virtude confiabilista parece ser uma proposta atraente para reforçar o confiabilismo processual.

No entanto, um agente cuja crença em uma proposição verdadeira p estaria justificada nos termos confiabilistas, isto é, objetivamente, estaria em condição de ser considerado como sabedor de que p ? Certamente, muitos responderiam que não, porque é bastante incisivo na literatura que a crença de um sujeito, para ser elevada à instância de conhecimento, precisa ser subjetivamente justificada. Greco insiste em que a crença deve ser tanto objetiva quanto subjetivamente justificada. Ou seja, a crença deve conter elementos justificacionais tanto externos quanto internos ao sujeito. Greco, para complementar ou fortalecer seu critério de confiabilismo do agente, vai assumir essa exigência. Dessa forma, embora a teoria adote a estratégia do confiabilismo processual, no sentido de tornar a confiabilidade do raciocínio empírico contingente confiável – ela supera-o, alegando que o conhecimento exige do sujeito uma sensibilidade quanto à confiabilidade de suas inferências. No entanto, Greco entende que essa sensibilidade deve evitar os problemas de

circularidade humeana, e também escapar da objeção de plausibilidade psicológica que permeia o perspectivismo sosiano, isto é, ela não deve incluir uma exigência de segunda ordem, de que o agente saiba que sabe. Reconhecemos que isso pode causar constrangimento para determinados leitores, mas veremos mais adiante se a explicação de Greco foi plausível com respeito a essa consideração.

Note-se que agentes intelectualmente virtuosos são sensíveis à confiabilidade de suas conclusões no sentido de que eles estão dispostos a envolverem-se em tais inferências quando raciocinam com cuidado. As disposições cognitivas nos fazem confiáveis porque, de fato, a sua natureza é regular, ou seja, elas são estáveis. Dessa forma, a noção de virtude epistêmica é considerada como uma disposição para formar crenças verdadeiras de forma confiável. Estas disposições fazem com que os agentes virtuosos sejam sensíveis à confiabilidade do seu raciocínio.

Cabe lembrar que esta estratégia de Greco para oferecer uma análise do conhecimento pode ser considerada como um tipo de externalismo fraco, porque acolhe intuições que são caras ao internalismo. Não obstante, dependendo do tipo de justificação subjetiva requerido pelo conhecimento, isso pode ser difícil – mesmo impossível de alcançar. Talvez o confiabilismo do agente de Greco possa ser o critério idôneo para explicar que tipo de justificação subjetiva é exigido pelo conhecimento.

Segundo Greco, o problema da justificação subjetiva remonta ao debate entre o internalismo e o externalismo na epistemologia analítica⁶⁰. Como vimos, o internalismo sugere que todas as condições necessárias para a justificação sejam internas à perspectiva do conhecedor. Grosso modo, alguma coisa é interna à perspectiva de sujeito se ele está consciente dela ou tem acesso a ela. Enquanto o externalismo é simplesmente a negação do internalismo – ele sustenta que nem todas as condições para a justificação precisam ser internas ou estar dentro da perspectiva do conhecedor. Como coloca Etcheverry na sua dissertação de mestrado, “a exigência [externalista] limita-se à conexão objetiva com a verdade, não encontrando, portanto, nenhuma das complicações decorrentes da exigência de razões subjetivas, isto é, de razões que devem se colocar dentro da perspectiva cognitiva do sujeito”⁶¹. Nessa terminologia, o confiabilismo do agente é uma forma de externalismo. Daí surge a preocupação de se o confiabilismo do agente pode dar conta do tipo de justificação subjetiva que o conhecimento parece exigir.

⁶⁰ GRECO, John. *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York, Cambridge University Press, 2000.

⁶¹ ETCHEVERRY, Kátia M., *O fundacionismo clássico revistado na epistemologia contemporânea*. Porto Alegre 2009, p. 48. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

1 - A POSIÇÃO DE GRECO COM RELAÇÃO À EXIGÊNCIA DE BONJOUR SOBRE O TIPO DE JUSTIFICAÇÃO SUBJETIVA PARA O CONHECIMENTO

Para motivar a introdução de justificação subjetiva, Greco se serve do caso, proposto por Bonjour, de Norman, o clarividente. No primeiro capítulo, vimos que Bonjour na sua crítica ao externalismo, especificamente ao critério confiabilista, sugere o tipo de justificação subjetiva que um sujeito precisa ter para que sua crença se converta em conhecimento. Isto é, para que a crença verdadeira do sujeito seja considerada como uma instância de conhecimento, ela deve ser formada a partir do ponto de vista subjetivo dele, ou seja, a justificação epistêmica deve ser interna ou estar de algum modo disponível cognitivamente a ele ou que ele tenha uma crença de segunda ordem sobre sua crença de primeira ordem. Em outras palavras, como menciona Müller, “ter justificação epistêmica subjetiva para crer significa ter boas razões para crer que há boas razões para crer em uma proposição”⁶². Para Bonjour, uma crença cuja justificação é externa ou objetiva pode ser considerada subjetivamente irracional. Esta forma de conceber a justificação subjetiva será desprezada e criticada por Greco porque tende a conduzir ao ceticismo. Neste âmbito, Greco tenta interpretar o argumento de Bonjour desta forma: “Conhecimento é transparente, ou seja, ninguém sabe a não ser que saiba que sabe, ou pelo menos pode saber que sabe. Mas se o externalismo é verdadeiro, então ninguém nunca sabe que ele sabe. E, portanto, se o externalismo é verdadeiro, o cético está certo quando diz que ninguém sabe”⁶³. Greco prossegue:

Seja ou não isto o que pretende Bonjour, existe algo natural sobre o argumento. Muitos filósofos afirmaram explicitamente o princípio de que o conhecimento implica saber que se sabe, e essa posição é, no mínimo, implícita em muitas reações ao externalismo. Mas apesar de toda a sua naturalidade, o argumento não deixa de ser confuso. Por um lado, não há nenhuma razão para que não se possa saber que se sabe no confiabilismo do agente. Nessa teoria, o sujeito sabe que sabe da mesma maneira que ele sabe qualquer coisa – por acreditar desse modo como resultado de caráter cognitivo confiável⁶⁴.

⁶² MÜLLER, Felipe de M. Deontologismo epistêmico: uma abordagem subjetivista. In: *Veritas*, v. 50, n. 4, 2005, p. 225.

⁶³ Knowledge is transparent: no one knows unless he knows that he knows, or at least can know that he knows. But if externalism is true, then no one ever does know that he knows. And therefore, if externalism is true, the skeptic is right when he says that no one knows (GRECO, 2000, p. 182).

⁶⁴ Whether or not this is what Bonjour intends, there is something natural about the argument. Many philosophers have explicitly affirmed the principle that knowledge entails knowing that one knows, and such a position is at least implied in many reactions to externalism. But for all its naturalness the argument is confused. For one thing, there is no reason why one cannot know that she knows on agent reliabilism. On that theory, one knows that one knows in the same way one knows anything — by believing so as the result of reliable cognitive character (Id.).

Segundo Greco, o argumento não está claro porque, de acordo com o confiabilismo do agente, pode-se saber que as faculdades cognitivas são confiáveis, enquanto a crença de alguém para esse efeito é em si baseada em competências cognitivas confiáveis.

Greco mostra que o princípio de que S sabe se e somente se S sabe que sabe (Kp somente se KKp) é um princípio falso porque ele conduz ao ceticismo. O autor parece estar comparando a exigência de Bonjour com a tese “KK”, ou seja, a tese de que o conhecimento implica saber que se sabe. Conforme Greco, se o princípio fosse correto, João não poderia saber que ele existe – pois, conforme este princípio seria assim: João sabe que ele existe se e somente se ele sabe que sabe que ele existe. E cabe notar que é um princípio que pode até exigir implicações ao infinito as quais o tornam confuso. Por exemplo, Kp implica KKP , que por sua vez implica $KKKp$, o que implica $KKKKp$, o que implica $KKKKKp$, e assim por diante. Portanto, mesmo que João saiba claramente que ele existe, conforme este princípio, ele não sabe que ele existe⁶⁵. Sendo assim, este princípio é superexigente e forte demais. Seria constrangedor que alguém me exija saber que eu sei que existo para saber que eu existo, senão eu não sei que existo. A meu ver, talvez uma pessoa possa não saber que ela existe ocasionalmente se ela é esquizofrênica ou sofre de algum problema mental. Isto inclusive é um caso muito raro. Mas se for isso mesmo que o princípio expressa, ele pode se converter em um absurdo.

Outra interpretação que Greco faz da objeção de Bonjour é a de que, para saber, não basta que sua crença seja confiavelmente formada, mas é preciso que o sujeito tenha também algum conhecimento sobre a sua confiabilidade ou sobre a crença ser confiavelmente formada. Se essa interpretação for correta, novamente a objeção induz a erro. Já vimos que um princípio deste tipo não faz outra coisa senão gerar regresso ao infinito e, portanto, levar ao ceticismo. Greco esclarece que, embora Bonjour não diga assim, isto pode ser considerado como outra versão da ideia de que conhecimento é transparente, que Greco chama de “princípio de transparência”. Este princípio é tido por falso e incoerente, pois considerar X, Y, e Z como condições suficientes para saber que p é o mesmo que considerar que nada mais é necessário para saber que p. Continuar a exigir que se deva também saber que as condições X, Y, e Z foram satisfeitas é desistir da alegação original de que X, Y, e Z são condições suficientes. Então, na perspectiva de Greco, este princípio é inapropriado tanto para o confiabilismo do agente quanto para a teoria do conhecimento em geral. Sendo

⁶⁵ Ibid., p. 183.

assim, cabe observar que, saber que se sabe não encaxa com a noção de justificação subjetiva que o conhecimento exige⁶⁶. No entanto, embora o conhecimento possa não exigir saber que se sabe ou saber que nossos poderes cognitivos são confiáveis, algum tipo de sensibilidade no que diz respeito à confiabilidade do sujeito é requerido pelo conhecimento. De certa forma, conforme reconhece Greco, a reivindicação de Bonjour parece trazer consigo alguma coisa correta – sobretudo quando ele alega que a crença de S deve ser bem formada a partir de sua “perspectiva subjetiva”. Mas seria melhor ver como Ernest Sosa intervém neste ponto.

2 – O PERSPECTIVISMO DA VIRTUDE DE ERNEST SOSA

Sosa adota uma linha distinta de análise de conhecimento que, de modo geral, caracteriza sua visão como uma teoria da virtude. Especificamente, esta visão define as propriedades avaliativas das crenças em termos de avaliação das propriedades (ou virtudes) dos crentes. Uma consideração desse tipo nos permite ver a teoria de Sosa como uma versão do confiabilismo do agente. A noção de ‘perspectiva epistêmica’ tem importância central na visão de Sosa, sendo concebida como um conjunto de crenças de segunda ordem sobre as crenças de primeira ordem e a confiabilidade de suas fontes. Esta visão de Sosa é chamada de “perspectivismo da virtude” que, em outros termos é considerada como a justificação subjetiva.

Em um primeiro momento, Sosa entende a virtude intelectual, de maneira genérica dentro do âmbito confiabilista, como sendo “uma qualidade responsável por ajudar a maximizar a vantagem [na obtenção] da verdade sobre o erro”⁶⁷. O autor tenta, imediatamente, acrescentar uma previsão de elementos teóricos e uma qualificação,

Ou desse modo vamos assumir por agora, embora uma concepção mais justa possa incluir como desideratos também generalidade, coerência e poder explicativo, a menos que o valor desses seja explicado por si só como derivado do caráter de sua contribuição precisamente para a vantagem [da obtenção] da verdade sobre o erro⁶⁸.

Sosa, explicitamente, se apropria da concepção teleológica da virtude intelectual no sentido consequencialista, considerando a verdade como o fim relevante.

⁶⁶ Ibid., p. 184.

⁶⁷ A quality bound to help maximize one's surplus of truth over error (SOSA, 1991, P. 225).

⁶⁸ or so let us assume for now, though a more just conception may include as desiderata also generality, coherence, and explanatory power, unless the value of these is itself explained as derivative from the character of their contribution precisely to one's surplus of truth over error ((Id.).

No capítulo anterior, vimos que sorte é incompatível com o conhecimento. Sosa, em vista de evitar a intervenção de sorte no processo de conhecimento do agente virtuoso, salienta a importância da virtude intelectual para a justificação com o seguinte exemplo:

Supersticioso S acredita em tudo o que lê no horóscopo, simplesmente porque ele previu um dia em agosto sem neve. Tricky T pretende oferecer a S um carro usado que é um abacaxi, e insere o seguinte no horóscopo que S assina: “Você receberá o oferecimento de uma proposta de negócio por T. O momento é adequado para aceitar propostas de negócios”. Será que S sabe que T vai oferecer-lhe um acordo? T inseriu a mensagem e teria feito isso se ele fosse oferecer a S um acordo, e não o teria feito se não fosse oferecer a S um acordo. Portanto, não é apenas um palpite de sorte nem é apenas um acidente feliz que S esteja certo em pensar que um acordo é iminente, dado o seu uso diário do horóscopo. De fato, aqui S não só crê verdadeiramente que p; mas também que ele acreditaria que p se p fosse verdadeira (nos mundos próximos possíveis onde p é verdadeira), e ele não acreditaria que p se fosse falso que p (nos mundos próximos possíveis onde é p falso que p)⁶⁹.

Conforme destaca Sosa, S não sabe por que lhe falta justificação. Ele possui uma razão inadequada que não lhe permite crer com base no horóscopo. Para explicar tal justificação, ele aponta para uma dupla condição, isto é, um sujeito está justificado *prima facie* em crer que p se e somente se a crença de que p resulta da manifestação de uma virtude intelectual, isto é, de uma faculdade que aumenta o diferencial da obtenção de verdade sobre o erro⁷⁰.

Dessa forma, a virtude intelectual constitui o fundamento da justificação e, por conseguinte, do conhecimento. Na visão de Sosa, virtude intelectual é entendida como uma faculdade que é, aproximadamente, uma capacidade ou poder. Ou melhor, a virtude é entendida em termos de ‘competência’, e está “na família geral das disposições”⁷¹, como vimos no capítulo precedente. A crença do supersticioso no horóscopo não é uma crença candidata a conhecimento, mesmo no sentido menos exigente da dicotomia de Sosa que apresentaremos a seguir, pois além de carecer de justificação, ela está desprovida de fundamento confiável.

⁶⁹ Superstitious S believes whatever he reads in the horoscope simply because one day in August it predicted no snow. Tricky T intends to offer S a lemon of a used car and plants the following in the horoscope under S's sign: “You will be offered a business proposition by T. The time is ripe for accepting business propositions”. Does S know that T will offer him a deal? T planted the message and would have done so if he had been going to offer S a deal, and would not have done so if he had not been going to offer S a deal. So it is not just a lucky guess nor is it just a happy accident that S is right in thinking that a deal is forthcoming, given his daily use of the horoscope. In fact here S not only believes the truth that p; but also he would believe that p if it were true that p (in nearby possible worlds where it is true that p), and he would not believe that p if it were false that p (in nearby possible worlds where it is false that p) (Ibid., p. 239).

⁷⁰ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*. New York: University press, 1991, p. 239.

⁷¹ Ibid., p. 274.

Sosa sugere que, além da justificação *prima facie*, o sujeito deva ter alguma crença de segunda ordem sobre sua crença. Sosa distingue entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento animal, que ele considera como um tipo menos exigente; e o conhecimento reflexivo, como um tipo mais exigente. Ele define estes dois tipos de conhecimento assim:

Um sujeito tem conhecimento animal sobre seu ambiente, seu passado, e sua própria experiência se seus juízos e crenças sobre estes são respostas diretas ao seu impacto - por exemplo, através da percepção ou da memória - com pouco ou nenhum benefício de reflexão ou entendimento.

Um sujeito tem conhecimento reflexivo se seu juízo ou crença manifesta não somente tal resposta direta ao fato conhecido, mas também o entendimento de seu lugar no conjunto mais vasto que inclui sua crença e seu conhecimento e como estes acontecem⁷².

Conforme comenta Heather Battaly⁷³, o conceito de conhecimento animal de Sosa é externalista, enquanto seu conceito de conhecimento reflexivo é sem dúvida uma marca de perspectiva internalista. Nesta dicotomia de Sosa, o sujeito primeiramente adquire conhecimento animal sem benefício de qualquer conhecimento sobre a confiabilidade de suas faculdades. Depois de adquirir esse conhecimento, o sujeito usa-o para obter uma perspectiva a partir da qual ele pode aprender sobre a confiabilidade das faculdades em virtude da qual um conhecimento animal inicial foi adquirido. Presumivelmente, quando sabemos que nossas crenças são fundamentadas de forma confiável, podemos chegar a saber que nossas crenças constituem conhecimento, ou podemos chegar a saber que sabemos. Hilary Kornblith⁷⁴ interpreta o perspectivismo da virtude de Sosa como uma espécie de meio termo entre externalismo intransigente e internalismo inflexível. Sosa defende uma visão na qual conhecimento é, grosso modo, crença verdadeira produzida de forma confiável e que também atende a determinadas exigências internas específicas. O movimento do confiabilismo para o perspectivismo de Sosa está ligado à ideia de que os seres humanos são capazes de algo mais do que mero conhecimento animal.

Por conseguinte, embora Sosa não pareça querer depreciar o conhecimento animal, ele insiste em que o conhecimento reflexivo é superior a ele. Observemos o que ele diz.

⁷² One has animal knowledge about one's environment, one's past, and one's own experience if one's judgments and beliefs about these are direct responses to their impact - e.g., through perception or memory - with little or no benefit of reflection or understanding.

One has reflective knowledge if one's judgment or belief manifests not only such direct response to the fact known but also understanding of its place in a wider whole that includes one's belief and knowledge of it and how these come about (SOSA, 1991, p. 240).

⁷³ BATTALY, Heather D. Thin Concepts to the Rescue: Thinning the Concepts of Epistemic Justification and Intellectual Virtue. In: *Virtue Epistemology: Essays on Epistemic virtue and Responsibility*. Arbrool Fairweather and Linda Zagzebski, eds. New York: Oxford University Press, 2001.

⁷⁴ KORNBLITH, Hilary. Sosa on Human and Animal Knowledge. In: *Ernest Sosa: And His Critics*. John Greco, ed. USA: Blackwell, 2004, p. 126.

Isto não é negar que exista um tipo de “conhecimento”, propriamente dito, que carece de coerência ampla – “conhecimento animal”, como poderíamos chamá-lo. É, antes, só para afirmar que além de “conhecimento animal” nós, seres humanos, especialmente aqueles de nós que somos filósofos ou pelo menos reflexivos, aspiramos a um conhecimento superior⁷⁵.

O autor está supondo que o conhecimento animal é o tipo de conhecimento que, pelo menos em muitas ocasiões, a maioria dos seres humanos possui. Sosa, ainda, compara sua distinção entre conhecimento animal e conhecimento reflexivo à distinção de Descartes entre *cognitio* irreflexiva e *scientia* reflexiva, onde o último resulta apenas do trabalho filosófico difícil.

De acordo com Sosa, o conhecimento animal e o conhecimento reflexivo exigem uma crença que é verdadeira e epistemicamente justificada, onde justificação é entendida como tendo a sua origem na virtude intelectual. Segundo Fumerton, “a visão de Sosa de conhecimento animal é essencialmente uma variação sofisticada do confiabilismo”⁷⁶. No entanto, os dois tipos de conhecimento de Sosa requerem uma fração correspondente de justificação epistêmica em dois conceitos: justificação adequada e uma noção mais ampla de justificação que ele chama de “aptidão epistêmica”. Justificação adequada é aquela forma – mas não a forma única – em que uma crença pode ser apta. Justificação adequada requer que o sujeito tenha razões a favor de sua crença, enquanto aptidão não exige isso. A justificação adequada está intimamente associada com o conhecimento reflexivo, é uma noção internalista. Esta base de razão é acessível através de reflexão. Apesar disso, a insistência de Sosa é a de que, a noção mais ampla, em vez da noção mais estreita de justificação adequada, é o que parece ser necessário para o conhecimento:

Apta, então, é talvez o que a crença deve ser para se qualificar como conhecimento, além de ser verdadeira (e não Gettierizada). Uma maneira de uma crença ser apta, aliás, é sendo justificada, o que significa que ela tem o apoio da razão (implícita se não explícita). Mas é deixado em aberto que haja outras maneiras para se crer aptamente: é deixado em aberto, por exemplo, que algumas crenças memoriais simples são aptas embora não tenham qualquer apoio no raciocínio (e, nesse sentido, carecendo de justificação). [...]. Gettier mostrou há muito tempo que [ter] uma crença verdadeira justificada não é suficiente para o conhecimento. Com base seja no organon seja na concepção argumntativa de justificação, estaria agora claro que crença verdadeira justificada não é assim tão

⁷⁵ This is not to deny that there is a kind of “knowledge,” properly so called, that falls short in respect of broad coherence – “animal knowledge,” as we might call it. It is rather only to affirm that beyond “animal knowledge” we humans, especially those of us who are philosophical or at least reflective, aspire to a higher knowledge (SOSA, 1995, p. 233).

⁷⁶ Sosa’s account of animal knowledge is essentially a sophisticated variation on reliabilism (FUMERTON, 2004, p. 72).

necessária para o conhecimento. E apesar de a justificação ser claramente internalista, e sempre acessível sob reflexão, permanece uma questão em aberto se aptidão deve ser assim também⁷⁷.

Assim, Sosa admite que a justificação epistêmica adequada não seja o único caminho para a crença verdadeira se tornar uma boa candidata ao conhecimento. Em particular, a justificação epistêmica adequada não é necessária para o conhecimento animal. O sujeito precisa apenas de crença que é apta, porque derivada de uma virtude intelectual ou faculdade, para adquirir o conhecimento animal⁷⁸.

Conforme Greco⁷⁹, entre as motivações que levam Sosa a adotar essa distinção entre o conhecimento animal e o conhecimento reflexivo, duas são as mais destacadas. Elas têm por missão enfrentar o problema da generalidade e o problema da metaincoerência, os quais, entre outros, foram ressaltados como problemas para o confiabilismo processual. Como havíamos visto, ambos requerem que algum elemento seja adicionado às condições que o confiabilismo processual estabelece para o conhecimento. Sosa, consciente das acusações, acrescenta a exigência de uma perspectiva epistêmica. Mas, o surpreendente é que essa perspectiva epistêmica é considerada como condição geral para o conhecimento em vez de ajudar a resolver esses problemas propriamente ditos. Ademais Sosa mostrou que essa perspectiva epistêmica é sempre necessária para o conhecimento humano, como já mencionado. Mas, parece que a noção de perspectivismo (a qual exige que o sujeito tenha uma crença de segunda ordem sobre sua crença de primeira ordem) é considerada pouco plausível. De fato, contra ela foi levantada a “objeção da plausibilidade psicológica”, alegando que as pessoas não têm quaisquer crenças sobre suas crenças.

Sosa tenta fazer algumas concessões para remediar a dificuldade apontada nessa objeção, salientando que a perspectiva da pessoa só precisa ser muito geral. Mais especificamente, ele diz: “Para o conhecimento comum nós precisamos apenas de uma

⁷⁷ Apt then is perhaps what a belief must be to qualify as knowledge, in addition to being true (and un-Gettierized). One way a belief might be apt, moreover, is by being justified, which means that it has the support of reasons (implicit if not explicit). But it is left open that there be other ways for one to believe aptly: it is left open, for example, that some simple memory beliefs be apt though lacking any support by reasoning (and in that sense lacking justification). [...]. Gettier showed us long ago that justified true belief is not sufficient for knowledge. On the basis of either the organon or the argumentative conception of justification, it would now be clear that justified true belief is not so much as necessary for knowledge. And though justification is clearly internalist, and always accessible on reflection, it remains an open question whether aptness must be so as well (SOSA, 1991, P. 255).

⁷⁸ FORLEY, Richard. A Trial Separation between the Theory of Knowledge and the Theory of Justified Belief. In: *Ernest Sosa: And His Critics*. John Greco, ed. USA: Blackwell, 2004.

⁷⁹ GRECO, John. How to Preserve Your Virtue while Losing Your Perspective. In: *Ernest Sosa: And His Critics*. John Greco, ed. USA: Blackwell, 2004.

perspectiva muito esboçada e geral sobre nossas próprias crenças e nossa derivação”⁸⁰. E, por outro lado, ele destaca que a perspectiva da pessoa precisa ser apenas implícita:

Nós precisamos distinguir primeiramente entre crença plenamente consciente e [crença] subconsciente; também, em segundo lugar, entre o que é e o que não é verbalizável ou simbolizável pelo crente [...] e, finalmente, também [precisamos distinguir] entre a crença que se manifesta através de atos de aceitação episódica de uma proposição, de algum modo presente na mente da pessoa, mesmo que não seja simbolicamente presente, e a crença que é manifestada apenas de outras maneiras⁸¹.

Todas estas estratégias de Sosa são para tentar superar a objeção da plausibilidade psicológica. Mas conforme Greco, elas não terão grandes êxitos porque, para resolver o problema da generalidade e o problema da metaincoerência, Sosa precisa exigir que a perspectiva epistêmica seja altamente detalhada em vez de ser esboçada e geral. E uma vez que temos clareza sobre o nível de detalhe exigido, torna-se altamente implausível que os seres humanos possam ter até mesmo uma perspectiva implícita sobre suas crenças e as fontes de suas crenças.

Voltemos aos problemas mencionados acima. Com respeito ao problema da generalidade, como vimos no capítulo anterior, ele é crucial para o confiabilismo processual. A teoria confiabilista precisa especificar quais processos-tipo são relevantes para a justificação epistêmica. Diante deste impasse, Sosa apela para a noção de virtude intelectual ou faculdade. Ele diz que:

Um sujeito tem uma faculdade somente se houver um campo F e um conjunto de circunstâncias C tal que S distinguiria o verdadeiro do falso [quando] em F e em C. Mas é claro que sempre que o sujeito tiver uma crença verdadeira B, essa crença manifestará muitas dessas competências, pois muitos pares de campo/circunstância F/C se aplicarão. Como então se pode descartar que seja o caso de que qualquer crença verdadeira do sujeito seja automaticamente justificada?⁸²

Sosa responde a esta pergunta valendo-se de sua proposta de perspectiva epistêmica. “A meu ver, a chave é a exigência de que o campo F e as circunstâncias C sejam acessíveis

⁸⁰ For ordinary knowledge one needs only a very sketchy and general perspective on one's own beliefs and their derivation (SOSA, 1994, p. 41).

⁸¹ We need to distinguish first between fully conscious and subconscious belief; also, secondly, between what is and what is not verbalizable or symbolizable by the believer [...] and, finally, also between belief that is manifested through acts of episodic acceptance of a proposition somehow present to one's mind, even if not symbolically present, from belief that is manifested only in other ways (Ibid., p. 47).

⁸² One has a faculty only if there is a Field F and there is a set of circumstances C such that one *would* distinguish the true from the false in F in C. But of course whenever one *happens* to have a true belief B, that belief will manifest *many* such competences, for many field/circumstance pairs F/C will apply. How then can one rule out its turning out that just *any* true belief of one's own is automatically justified? (SOSA, 1991, p. 274).

da perspectiva epistêmica [do sujeito]”⁸³. Conforme percebe Sosa, não se deve especificar em demasiado o campo e as circunstâncias, nem tampouco permitir que sejam excessivamente genéricos. Especificá-los demais, como observa Greco, configuraria apenas metade do problema da generalidade. Com respeito à restrição do ambiente e das circunstâncias, Sosa diz o seguinte:

Tais restrições devem atender a um duplo objetivo: (a) que F e C não sejam concebidos tão especificamente a ponto de o sujeito ser sempre perfeitamente confiável e justificado quando sua crença for verdadeira; mas também (b) que eles não sejam concebidos tão genericamente que não se possa explicar como um sujeito poderia ter duas crenças ambas derivadas de uma dada faculdade (por exemplo, a partir de sua visão, ou, mais genericamente ainda, de sua percepção sensorial), embora uma esteja justificada enquanto a outra não está⁸⁴.

Esta consideração de Sosa não parece muito convincente, no entender de Greco⁸⁵, devido ao papel que Sosa atribui a uma perspectiva epistêmica na resolução do problema da generalidade – não pode ser que tal perspectiva seja “modesta e geral” – pelo contrário, ela deve ser apta de modo suficientemente específica para determinar que disposições estão envolvidas e qual sua confiabilidade, com vistas a estabelecer o fundamento do caso de conhecimento em questão. Contudo, essa consideração dá origem à objeção de plausibilidade psicológica.

Com relação ao problema da metaincorência, Sosa considera a clarividência como um dos métodos confiáveis para se adquirir crença não inferencial, contudo a crença produzida pela clarividência carece de conexão com o resto das crenças do sujeito. Na visão de Greco, isto seria um problema de integração cognitiva. No entanto, a crença pode ser verdadeira, e derivar da operação de uma faculdade confiável, mas isso simplesmente não garante uma justificação epistêmica dela. A ideia que está por detrás disso, como foi visto no capítulo anterior, é a de que a mera confiabilidade não seria suficiente para conferir status epistêmico à crença⁸⁶. Na visão de Sosa, um sujeito clarividente não está subjetivamente justificado ao crer, de modo que o tipo de conhecimento que ele tem seria animal. Porque a falta de uma perspectiva adequada sobre a fonte de sua crença não lhe permite alcançar uma

⁸³ To my mind the key is the requirement that the field F and the circumstances C must be accessible within one's epistemic perspective (Ibid., p. 274).

⁸⁴ Such restrictions must heed a twofold objective: (a) that F and C not be made so specific that one is always perfectly reliable and justified whenever one's belief is true; but also (b) that they not be made so generic that one cannot explain how a subject could have two beliefs both derived from the given faculty (e.g., from his sight, or, more generally yet, from his sensory perception), though one is justified while the other is not (Ibid., p. 284)⁸⁴.

⁸⁵ GRECO, John. How to Preserve Your Virtue while Losing Your Perspective. In: *Ernest Sosa: And His Critics*. John Greco, ed. USA: Blackwell, 2004, p. 99.

⁸⁶ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*. New York: University press, 1991, p. 94.

espécie de justificação interna, ou seja, ele não pode ver que sua crença é produzida de forma confiável.

Vimos acima que Greco considera implausível que um sujeito tenha crença sobre suas crenças e, mesmo que a perspectiva do sujeito seja geral ou implícita, este tipo de estratégia não vai fazer o trabalho que Sosa pretende seja feito em relação ao problema da generalidade ou ao problema da metaincoerência. Ainda, não se pode negar que um sujeito que possua conhecimento perceptivo possa ter uma crença implícita de que seu conhecimento deriva da percepção. Considerando a sugestão de Sosa, em resposta a uma objeção relacionada, poderíamos tratar nossas disposições cognitivas como se fossem crenças altamente implícitas. Por exemplo, dada a disposição de S para formar uma crença B (p) em resposta à experiência E, poderíamos atribuir a S a crença de que E é um indicador confiável de que p é verdadeiro⁸⁷.

O hábito de partir de “parecer redondo” e chegar a “é redonda” é rigorosamente correto se, nas circunstâncias relevantes, alguma coisa que parecia redonda era, de fato, redonda. [...]. Existe certa motivação para considerar tais hábitos como crenças implícitas (isso pode ser correto e justificado) nas condicionais correspondentes, como sugerido acima⁸⁸.

Esta passagem de Sosa trata da plausibilidade de classificarmos certas disposições – que ele caracteriza como hábitos – como crenças implícitas. Greco ressalta duas razões que levam Sosa a insistir na distinção entre crenças implícitas e disposições ou hábitos para formar crenças: a primeira diz respeito a que nem sempre existem tais disposições onde existem tais crenças; e a segunda é a de que sua distinção entre o conhecimento animal e o conhecimento reflexivo entra em colapso sem esta distinção. Já vimos que o conhecimento animal está fundamentado nas disposições cognitivas confiáveis, as quais podem ser suficientes para se estar de posse de uma perspectiva epistêmica. Se isto for o caso, o conhecimento reflexivo e o conhecimento animal não são mais distinguíveis⁸⁹. A partir daí, Greco recoloca a objeção de plausibilidade psicológica nos seguintes termos: parece implausível que tais crenças de segunda ordem existam em casos típicos do conhecimento humano, mesmo inconscientemente, até mesmo em formas que não são verbalizáveis pelo conhecedor. Anteriormente, Sosa sugeriu que essas crenças de segunda ordem não fossem

⁸⁷ GRECO, John. How to Preserve Your Virtue while Losing Your Perspective. In: *Ernest Sosa: And His Critics*. John Greco, ed. USA: Blackwell, 2004, p. 100.

⁸⁸ The habit of moving from “looks round” to “is round” is strictly correct if, in the relevant circumstances, anything that looked round would in fact be round. [...]. There is some motivation to view such habits as implicit beliefs (that can be correct and justified) in the corresponding conditionals, as suggested above (SOSA, 1994, p. 42-43).

⁸⁹ GRECO, John. Virtue in Epistemology. In: *The Oxford Handbook of Epistemology*. Paul Moser, Ed. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 300.

“manifestadas através de atos de aceitação episódica de uma proposição de algum modo presente na mente”, mas, em vez disso, que sejam “manifestadas apenas de outras maneiras”, como nos padrões de uma inferência. Neste âmbito, vendo as dificuldades de poder ter uma boa evidência a favor dessas crenças, Greco propõe que as inferências relevantes sejam feitas apenas através da disposição ao invés de por meio da perspectiva sobre as disposições inferenciais do sujeito⁹⁰.

O perspectivismo de Sosa parece ser uma exigência muito forte para uma instância de conhecimento. Que a confiabilidade de uma faculdade seja determinada a partir dessa própria faculdade pode levar a problemas de circularidade e, por consequência ao ceticismo. Mas Sosa não considera que essa circularidade seja viciosa. Como vimos, o conhecimento animal é adquirido pelo sujeito antes que ele saiba sobre a confiabilidade de seus processos cognitivos. Quando ganha o conhecimento animal suficiente, ele adquire uma perspectiva – “uma visão ampla de si mesmo e do mundo circundante” – a partir da qual ele pode ver que seus processos cognitivos são confiáveis. E isso lhe permite ascender ao conhecimento reflexivo. Mas, de toda forma, a noção de justificação subjetiva discutida por Sosa em termos de perspectivismo, conforme Greco, não é muito plausível. Sosa não consegue explicar corretamente a noção de “justificação subjetiva”, utilizando termos tais como “perspectiva epistêmica”, “conhecimento reflexivo”, e “ver a nossa crença” – uma vez que tudo isso implica atitudes intencionais que nós geralmente não temos – isto é, pensamentos sobre nossas crenças e as fontes dessas crenças. Portanto, Greco sugere que o critério seja reformulado ou amenizado, de modo que a justificação subjetiva evite a objeção da plausibilidade psicológica por acrescentar a condição de “sensibilidade à confiabilidade das faculdades cognitivas”.

3 - A PROPOSTA DE JUSTIFICAÇÃO SUBJETIVA NA PERSPECTIVA DE GRECO

Vimos até aqui que Greco se mostra insatisfeito com a exigência de que a crença candidata ao conhecimento, além de ser formada por um processo confiável, requeira que o sujeito possuidor da dita crença tenha uma perspectiva sobre sua confiabilidade. Esta exigência afeta até mesmo a epistemologia da virtude, onde o próprio agente passa a ser o objeto da avaliação em vez do processo pelo qual a crença foi formada. Portanto, como já foi mencionado, embora a crença do sujeito seja formada por uma faculdade ou uma virtude

⁹⁰ GRECO, John. How to Preserve Your Virtue while Losing Your Perspective. In: *Ernest Sosa: And His Critics*. John Greco, ed. USA: Blackwell, 2004, p. 101.

intelectual, Sosa continua insistindo em que o ponto de vista desse sujeito é sempre importante para poder avaliar a confiabilidade dessa faculdade. O sujeito precisa, segundo essa proposta, manter uma crença (ainda que implícita ou disposicional) acerca da confiabilidade da faculdade que formou sua crença. Esse ponto de vista ou essa perspectiva do sujeito é um elemento interno que lhe possibilita uma compreensão maior sobre sua crença. Ele é uma espécie de crença de segunda ordem sobre sua crença de primeira ordem. Mas, como foi ressaltado anteriormente, a defesa desse critério oferecida por Sosa não parece muito plausível. Greco, descontente com essa proposta, vê a necessidade de uma reformulação no critério de Sosa, que conserve sua posição com respeito à confiabilidade e à conducividade à verdade das faculdades cognitivas do sujeito, e que permita uma vinculação entre externalismo e internalismo quanto à noção de justificação⁹¹. A partir daí, Greco deu-se conta de que alguns elementos na exigência de Sosa são importantes para o conhecimento, apenas ele os utiliza no sentido errado. O problema parece residir na questão do ponto de vista ou da perspectiva do sujeito sobre sua crença, com respeito ao qual Greco pretende trazer mais luz, ou seja, outra forma de encarar esse ponto de vista do sujeito sobre sua crença⁹². Ele diz o seguinte:

O pensamento por trás da condição de justificação subjetiva é o de que o conhecimento exige que a crença seja adequada do ponto de vista do conhecedor. Mais especificamente, o conhecedor deve ter alguma consciência de que uma crença assim formada tem boa probabilidade de ser verdadeira. Alguns autores exigiram que o conhecedor acreditasse que isto é assim, mas eu já resisti a essa forma de entender o tipo de consciência em questão. Parece que as pessoas raramente têm crenças sobre a gênese de suas crenças, e por isso seria demasiado forte exigir que eles as tenham sempre em casos de conhecimento. Assim, afirmei a condição de justificação subjetiva em termos de disposições para acreditar em vez de [em termos de] crenças reais, ou mesmo de crenças disposicionais⁹³.

Vale lembrar que Greco não nega que a crença, para se elevar a uma instância de conhecimento, precise de status epistêmico tanto objetivo quanto subjetivo. A maior preocupação do autor continua sendo a maneira como deve ser explicado ou entendido o tipo de justificação subjetiva que o conhecimento requer. Ou seja, em que sentido, exatamente, deve ser bem formado o conhecimento do ponto de vista do conhecedor? Ou, em que sentido

⁹¹ GRECO, John. Virtues and Vices of Virtue Epistemology. *Canadian Journal Of Philosophy*, n. 23, 1993.

⁹² *Ibid.*, p. 23.

⁹³ The thinking behind the subjective justification condition is that knowledge requires that belief be appropriate from the knower's point of view. More specifically, the knower must have some awareness that a belief so formed has a good likelihood of being true. Some authors have required that the knower *believe* that this is so, but I have resisted this way of understanding the kind of awareness in question. It seems that people rarely have beliefs about the genesis of their beliefs, and so it would be too strong to require that they always have one in cases of knowledge. Accordingly, I have stated the subjective justification condition in terms of dispositions to believe rather than actual beliefs, or even dispositional beliefs (GRECO, 2003c, p. 127-128).

devem os conhecedores ser sensíveis à sua própria confiabilidade? Na visão de Greco, os termos que foram utilizados acima para descrever a justificação subjetiva precisam ser revistos; o confiabilismo do agente dispõe de recursos para a compreensão de um sentido diferente de justificação subjetiva, e este tipo de justificação é necessário para o conhecimento⁹⁴. Assim, como foi mencionado na passagem acima, ele sugere que o tipo relevante de justificação subjetiva seja entendido em termos de disposição do conhecedor para crer, ou seja, a justificação subjetiva deve ser entendida em termos das disposições que uma pessoa manifesta quando ela está pensando conscienciosamente – quando ela está tentando acreditar no que é verdadeiro e não no que é conveniente, ou confortável ou elegante. O princípio fica como segue: “(VJ) Uma crença *p* é subjetivamente justificada para uma pessoa *S* (no sentido relevante para se ter conhecimento) se e somente se a crença de *S* de que *p* é fundamentada nas disposições cognitivas que *S* manifesta quando *S* está pensando conscienciosamente”⁹⁵.

Esta forma de Greco entender a justificação subjetiva parece estar relacionada com a ideia da “conscienciosidade” (conscientiousness) de Montmarquet⁹⁶, embora este último possa ter um enfoque estritamente moral. Ele considera a “conscienciosidade epistêmica” como sendo a virtude intelectual por excelência. Ser consciencioso neste âmbito seria estar motivado para alcançar a verdade e evitar o erro; seria ter o desejo adequado de chegar à verdade. Conforme esta visão, uma definição da justificação subjetiva seria: um sujeito está subjetivamente justificado em crer numa proposição na medida em que ele é epistemicamente virtuoso (consciencioso) ao acreditar em tal proposição. Considerando as duas definições, seus autores claramente se referem à própria conscienciosidade do sujeito como sendo o elemento que determina a adequação de sua justificação subjetiva – no entanto, nós não temos certeza se ambos os autores tiverem a mesma pretensão.

A explicação que Greco⁹⁷ oferece para melhor entender esta nova forma de encarar a justificação subjetiva está fundamentada no “pensar conscienciosamente”. Ele a desenvolve em quatro momentos. Em primeiro lugar, Greco entende por “pensar conscienciosamente”, o estado habitual no qual a maioria das pessoas está numa espécie de modo padrão – o estado

⁹⁴ GRECO, John. *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York, Cambridge University Press, 2000, p.180.

⁹⁵ A belief *p* is subjectively justified for a person (in the sense relevant for having knowledge) *S* if and only if *S*'s believing *p* is grounded in the cognitive dispositions that *S* manifests when *S* is thinking conscientiously (GRECO, 1999, 289).

⁹⁶ MONTMARQUET, James A. *Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility*. USA: Rowman and Littlefield, 1993.

⁹⁷ GRECO, John. Agent reliabilism. *Noûs*, n. 33, *Supplement: Philosophical Perspectives*, 13, Epistemology, 1999, p. 289-290.

de tentar ou estar motivado a formar suas crenças de maneira precisa, sem se preocupar em satisfazer a si mesmo, ou tentar chamar atenção, ou ser teimoso. Em segundo lugar, Greco não nega que uma pessoa possa ser conscienciosa ao crer em algo que é verdadeiro sem manifestar as disposições que ela geralmente faz quando está pensando conscienciosamente. Um exemplo oferecido por Greco pode ilustrar isso. É o caso de um pai que tenta descobrir a verdade sobre seu filho acusado de mau comportamento e que a despeito de si mesmo, viola as normas de bom raciocínio que geralmente manifestaria quando está pensando conscienciosamente devido à afeição que ele tem por seu filho. Portanto, seu bom senso é prejudicado.

Em terceiro lugar, segundo Greco⁹⁸, a explicação da justificação subjetiva se dá a partir da inversão do sentido usual da análise entre caráter virtuoso e crença justificada partindo da avaliação do caráter virtuoso do agente para a avaliação da crença que ele forma ou sustenta. Isto é, uma teoria não virtuosa procuraria analisar caráter virtuoso em termos de crença justificada, definindo o anterior em termos de disposição para alcançar essa última. Mas, neste caso, é a crença justificada que é definida em termos de caráter virtuoso e este último se entende em termos de disposições estáveis e bem sucedidas em alcançar crença verdadeira. Então, a crença virtuosa resulta das disposições que um sujeito manifesta quando está tentando, ou está sinceramente motivado em, crer no que é verdadeiro.

Por último, quando um sujeito está pensando conscienciosamente, ele manifesta disposições que são propriedades estáveis de seu caráter. Assim, em um sentido importante, uma crença produzida a partir de tais disposições será bem formada a partir do próprio ponto de vista do sujeito, ou seja, a crença será subjetivamente justificada. O sentido relevante é o de que as inferências que geram conhecimento são devidamente fundamentadas no caráter cognitivo do conhecedor – especificamente, o caráter que ele manifesta quando está pensando conscienciosamente. De certa forma, ao pensar conscienciosamente, o sujeito satisfaz a condição de sensibilidade à confiabilidade requerida pela intuição internalista, caso em que a proposta de Greco é considerada plausível.

Cabe perceber que Greco tenta amenizar a exigência de que o sujeito, além de ter sua crença formada por uma faculdade ou uma virtude intelectual, precise formar uma crença de segunda ordem sobre essa faculdade – a qual lhe permite ascender a um conhecimento mais elevado, enfocando na própria disposição do sujeito. Esta última, manifestada conscientemente pelo sujeito ao tentar crer no que é verdadeiro, é que determina a adequação da justificação subjetiva de sua crença. Assim como conhecedores estão

⁹⁸ Ibid., p. 290.

dispostos a formar crenças com base em inferências a partir de outras crenças, eles estão dispostos também a formar crenças perceptivas diretamente com base nas aparências sensoriais. O fato de que eles fazem isso em alguns aspectos e não em outros, constitui uma espécie de sensibilidade para a confiabilidade de suas evidências, sejam estes elementos inferenciais ou experienciais. Parece bastante peculiar à teoria da virtude entender a justificação subjetiva dessa maneira, uma vez que virtudes intelectuais são disposições estáveis que constituem o caráter cognitivo do agente⁹⁹.

No confiabilismo do agente de Greco, o elemento causador da crença do sujeito é seu próprio caráter cognitivo, portanto, qualquer atividade doxástica de segunda ordem sobre a confiabilidade da faculdade não será obrigatória.

A este respeito, pensar bem é parecido com rebater bem; quando um jogador de baseball movimenta o taco, ele manifesta disposições que são produtos tanto de capacidades inatas quanto de aprendizado adquirido. Se ele é um bom rebatedor, então estas disposições irão gerar sucesso em condições relevantes. Mas mesmo assim, o jogador mais bem sucedido não precisa ser um bom treinador; ele pode não ter quaisquer crenças, ou ter crenças incorretas, acerca da natureza e do caráter das disposições que ele mesmo manifesta quando rebate conscienciosamente. O que faz um bom rebatedor é o ato de rebater bem, e o que faz um bom pensador é o ato de pensar bem. Dessa forma, [o critério] não faz exigência alguma no que diz respeito a uma perspectiva sobre as faculdades ou o caráter do sujeito, de forma implícita ou não, e, por esta razão, escapa da acusação de implausibilidade psicológica¹⁰⁰.

Dessa forma, a proposta de Greco se mostra menos onerosa. Ele pretende colocar condições subjetivas para o conhecimento que sejam mais facilmente satisfeitas.

No capítulo anterior, havíamos visto que para adquirir conhecimento com base em um processo, o agente deve ser capaz de empregar uma atitude consciente com relação a esse processo. E, a fim de que seja esse o caso, o processo em questão deve ser uma capacidade cognitiva do agente, o que significa que ele deve ter sido integrado ao caráter cognitivo do agente. Então, a importância epistêmica da integração cognitiva se deveria a ela permitir que os agentes epistêmicos satisfaçam a condição de justificação subjetiva de forma minimalista, mas suficiente, para a aquisição de conhecimento. Desde esta perspectiva, a maioria dos processos conducentes ao conhecimento deve ser uma habilidade cognitiva de

⁹⁹ GRECO, John. *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York, Cambridge University Press, 2000, p. 291.

¹⁰⁰ In this respect good thinking is like good hitting; when a baseball player swings the bat, he manifests dispositions that are a product of both innate capacities and acquired learning. If he is a good hitter then these dispositions will generate success in relevant conditions. But even so, the most successful player need not be a good coach; he may not have any beliefs at all, or may even have incorrect beliefs, about the nature and character of the dispositions that he himself manifests when batting conscientiously. What makes for a good hitter is that he hits well, and what makes for a good thinker is that he thinks well. Accordingly, (VJ) makes no requirement concerning a perspective on one's faculties or character, implicit or otherwise, and for this reason escapes the charge of psychological implausibility (Idid., p. 192).

modo que o agente esteja subjetivamente justificado ao empregá-los, o que requer que o processo esteja integrado ao carácter cognitivo do agente e cooperativamente interagir com ele. O efeito decisivo da integração cognitiva, com base na qual o agente pode ser consciente e, portanto, subjetivamente justificado será assegurado apenas se o carácter cognitivo do agente interagir mutuamente com o processo relevante.

Por outro lado, a maneira como Greco encara a noção de justificação subjetiva nos ajuda a perceber que não seria estranho entendê-la em termos de responsabilidade epistêmica, onde esta última é concebida em termos de mérito ou crédito¹⁰¹. Por conseguinte, ao considerar a justificação subjetiva em termos de responsabilidade epistêmica, isto aproxima a proposta de Greco, pelo menos em parte, dos responsabilistas, mais especificamente, da proposta de Zagzebski¹⁰². Conforme Greco, uma crença é digna de algum tipo de crédito epistêmico, se e somente se este crédito se deve à motivação adequada do sujeito, e também que a origem para crer adequadamente seja interna ao sujeito¹⁰³. Esta é uma visão aristotélica. Aristóteles entende que uma ação é considerada voluntária ou responsável na medida em que o sujeito que a executa não é compulsivo, ou seja, o sujeito não deve ser coagido por forças externas a ele, ou ainda, que o sujeito poderia agir de forma diferente daquela em que agiu. Mais especificamente, afirma o estagirita: “A pessoa age voluntariamente, pois a origem do movimento das partes instrumentais do corpo em tais ações está no agente, e quando a origem de uma ação está numa pessoa, está no poder desta pessoa praticá-la ou não”¹⁰⁴. A ideia de responsabilidade parece paralela a da justificação subjetiva de Greco. Conforme destaca ele, sempre que uma crença tem sua origem no carácter de um sujeito, a causa desta crença é, pelo menos em parte, o próprio sujeito. Portanto, tanto o agente no âmbito aristotélico de ação responsável e voluntária quanto o agente epistêmico do confiabilismo de Greco merecem crédito. Mais tarde, esta ideia de crédito será apresentada por Greco em termos de atribuição de conhecimento a um sujeito, onde sua habilidade contará como parte integrante para tal atribuição¹⁰⁵.

¹⁰¹ Ibid., p. 200.

¹⁰² ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Virtue of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

¹⁰³ GRECO, John. *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York, Cambridge University Press, 2000, p. 202.

¹⁰⁴ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. De Mário da Gama Kury. 3ª Ed. Brasília: Universidade de Brasília, c1985, 1992, p. 49-50.

¹⁰⁵ Cf. GRECO, John. Knowledge and Success From Ability. *Philosophical Studies*, n. 142, 2009, p.17-26; GRECO, John. Knowledge as Credit for True Belief. In: DEPAUL, Michael; ZAGZEBSKI, Linda (Orgs.). *Intellectual Virtue: Perspectives from Ethics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2003; GRECO, John. The Nature of Ability and The Purpose of Knowledge. *The Metaphysics of Epistemology*, Philosophical Issues, n. 17, 2007.

Vale notar que Greco tenta resgatar o papel do agente na obtenção de justificação sem exigir que ele possua crença sobre a confiabilidade de sua faculdade. Isso confere à sua proposta certa modéstia, a qual nos parece ajudá-la a ultrapassar outras propostas na epistemologia da virtude. Além disso, o confiabilismo do agente se revela um critério conciliador, pois em seu desenvolvimento, ele leva em conta tanto a intuição externalista quanto a internalista. E explica a aquisição de conhecimento como uma realização cognitiva do sujeito, fundamentando a justificação de sua crença verdadeira no seu próprio caráter cognitivo. Não obstante, este esforço de Greco para oferecer uma teoria de conhecimento baseada nas virtudes epistêmicas, e que une a teoria confiabilista e responsabilista da virtude, não deixa de ser alvo de certas análises críticas. Veremos no próximo capítulo deste trabalho como é desenvolvido este cenário.

III – CRÍTICOS DO CONFIABILISMO DO AGENTE E RESPOSTA

Como havíamos visto, o confiabilismo do agente difere do confiabilismo processual por ser uma posição mais exigente. Além de exigir que a crença seja produzida por um processo confiável, o confiabilismo do agente exige também que esse processo esteja fundamentado nas disposições estáveis que compõem o caráter do sujeito. E para satisfazer a intuição de que os agentes sejam sensíveis ao que faz que suas afirmações sejam justificadas, Greco coloca a exigência de uma justificação subjetiva. Essa exigência é introduzida para fornecer uma maneira de garantir que as crenças do agente façam sentido a partir de sua perspectiva, porque a justificação das crenças tem sua origem em disposições estáveis do sujeito, que são responsáveis pela obtenção de crenças verdadeiras, e como essas disposições são constitutivas do caráter do agente elas são próprias dele. A exigência de justificação subjetiva permite explicar porque crenças verdadeiras alcançadas por disposições estranhas e fugazes, que apesar de serem confiáveis, não contam como conhecimento por não serem devidas ao caráter do agente.

Todavia, apesar destas exigências, Greco jamais requer que o sujeito tenha acesso ao elemento justificacional de sua crença, ou tenha crença de segunda ordem sobre o que justifica suas crenças. A própria disposição estável manifestada pelo sujeito quando ele tenta realizar algo de modo certo basta para que ele seja sensível à sua justificação ou evidência. A proposta de Greco, de incluir um elemento internalista nas condições para o conhecimento impostas pelo confiabilismo do agente, o coloca em xeque. De fato, muitos criticam esta condição entendendo que ela é por um lado forte demais, e por outro fraca demais. Entre os críticos, apresentaremos quatro, os quais consideramos mais relevantes: Reza Lahroodi e Frederick Schmitt, Jonathan Kvanvig, e Stewart Cohen. Suas críticas incluem a plausibilidade da condição de estabilidade, colocada por Greco ao explicar o sentido relevante no qual as disposições cognitivas dos agentes são verdadeiramente próprias deles. Este capítulo visa apresentar as críticas desses autores e a réplica de Greco a elas.

1 - A POSIÇÃO DE REZA LAHROODI E FREDERICK SCHMITT¹⁰⁶

Lahroodi e Schmitt iniciam suas críticas apresentando uma breve análise sobre a expressão “tentar crer no que é verdadeiro” que Greco utiliza na condição de justificação

¹⁰⁶ LAHROODI, Reza and SCHMITT, Frederick F. Comment on John Greco's Putting Skeptics in Their Place. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, 2003, p. 457-465.

subjetiva. Este breve estudo lhes leva a questionar se o confiabilismo do agente faz algum avanço em relação ao confiabilismo processual. Eles entendem que a expressão de Greco de “tentar crer no que é verdadeiro” é ambígua. Por um lado, quando Greco usa o verbo “tentar”, parece que ele está se referindo ao seu sentido comum de “esforço intencional”: tentar crer no que é verdadeiro implica esforço intencional para crer no que é verdadeiro. Neste caso, eles assumem que a condição subjetiva exige que manifestações das disposições fundamentais (*grounding dispositions*), por vezes, resultem causalmente de episódios de esforço da parte do agente. Por outro lado, às vezes, Greco parece usar “tentar crer no que é verdadeiro” em sentido técnico, que se opõe ao tentar crer no que é conveniente, reconfortante, e similares, ou ao tentar alcançar apenas metas não epistêmicas ao crer. Pois, como vimos, ele diz ter em vista “o estado comum no qual a maioria das pessoas está como uma espécie de modo padrão”. Mas o estado comum no qual a maioria das pessoas está não envolve um esforço intencional para crer no que é verdadeiro. Neste âmbito, a condição subjetiva apenas requer que as disposições fundamentais do sujeito sejam estatisticamente normais, como quando ele não tenta alcançar apenas metas não epistêmicas ao formar sua crença. Ao contrário da interpretação do “esforço intencional”, esta interpretação da condição subjetiva não exige qualquer relação causal entre as disposições fundamentais e o ato de tentar do sujeito – “tentar” em geral nem sequer se refere a um episódio causal. Não obstante, por vezes, as manifestações disposicionais devem ser o resultado do esforço intencional do sujeito para acreditar no que é verdadeiro ou no que é permitido, como resultado do esforço do sujeito. Potanto, conforme esta consideração, “tentar” se refere a um esforço orientado (*targeted*)¹⁰⁷.

Lahroodi e Schmitt destacam que a condição subjetiva, interpretada como “esforço intencional”, é muito forte. Porque existem crenças justificadas que resultam da formação de crença automática onde o sujeito não precisa manifestar as disposições de tentar crer no que é verdadeiro. Eles não negam que muitos tipos de formação de crença automática são regulados pelo esforço do sujeito para crer no que é verdadeiro, mas há determinados casos nos quais isso não se dá. Eles mencionam dois tipos de casos: aqueles nos quais a regulamentação se antecipa às disposições justificatórias automáticas e as substitui por disposições justificatórias diferentes, e aqueles nos quais a regulamentação substitui as disposições justificatórias automáticas por disposições diferentes não justificatórias¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Ibid., p. 458-459.

¹⁰⁸ Ibid., p. 459.

O primeiro caso diz respeito às crenças proprioceptivas, as quais não precisam estar baseadas nas disposições que o sujeito geralmente manifesta quando ele (e como consequência causal de) tenta crer no que é verdadeiro. Os processos de formação de crenças proprioceptivos são quase sempre confiáveis e, portanto, as crenças proprioceptivas são quase sempre justificadas. Na verdade, quando as disposições proprioceptivas são confiáveis, suas manifestações não podem ser afetadas por um esforço para crer no que é verdadeiro. Tal esforço seria inútil, já que não temos a capacidade de trazer ou antecipar a formação de crença proprioceptiva quando ela é confiável. Mas, se a propriocepção não for confiável, ou não fornece informações detalhadas suficientes, o esforço intencional é requerido na formação de crenças sobre a relação espacial dos nossos membros. No entanto, isto é um caso especial. Dois tipos de casos especiais em que a propriocepção não é confiável são destacados: os casos de embriaguez ou acrobacias e os casos em que uma atividade – dança, esportes, ou modelagem de moda – exige certo conhecimento mais detalhado da posição relativa dos membros do que a propriocepção pode fornecer. Em ambos os tipos de casos, a posição relativa de nossos membros é observada e a propriocepção é corrigida ou completada por informação colateral, ou por meio de percepção visual ou tátil, ou por meio de correlações observadas entre crenças proprioceptivas e relações de membros. Sendo assim, a crença resultante está fundamentada não apenas nas disposições proprioceptivas, mas também nas disposições visuais ou táteis, ou em correlações observadas¹⁰⁹.

No segundo caso, o sujeito rotineiramente manifesta disposições justificatórias automáticas não acompanhadas de esforço, mas quando ele tenta crer no que é verdadeiro, acaba antecipando e substituindo estas disposições justificatórias por disposições diferentes não justificatórias. Isto é o que ocorre quando alguém faz inferências dedutivas confiáveis automaticamente, mas se confunde ao tentar crer no que é verdadeiro. O problema está em que, conforme a exigência de esforço intencional da condição subjetiva de Greco, as crenças que resultariam de inferências dedutivas confiáveis não estariam justificadas, porque elas não estariam fundamentadas em disposições que o sujeito geralmente manifesta quando tenta crer no que é verdadeiro¹¹⁰.

Lahroodi e Schmitt¹¹¹ alegam que a condição subjetiva é indefensável, ela tende a transformar a exigência individualista declarada na disposição fundamental, que o sujeito geralmente manifesta quando tenta crer no que é verdadeiro, em uma exigência comunitária,

¹⁰⁹ Ibid., p. 459-460.

¹¹⁰ Ibid., 460.

¹¹¹ Id.

quando, na perspectiva comunitária, as disposições fundamentais devem refletir não o caráter do sujeito, mas a média do caráter de sua comunidade. Isto aparece de modo bem claro nos dois casos apresentados acima, isto é, no caso da propriocepção e no da dedução automática, porque o sujeito dos exemplos é similar à média de sua comunidade, quanto a aspectos relevantes.

Quando a questão do ‘esforço intencional’ da condição subjetiva toma outro significado, ou seja, se transforma em “formação de crença ausente de esforço não epistêmico” (*belief-formation absent nonepistemic effort*) – a pergunta que se coloca é: Devem as disposições fundamentais ser estatisticamente normais na formação de crença que não envolve tentar alcançar apenas um objetivo não epistêmico? A resposta é não. Mas para entender melhor a resposta, transmitimos o exemplo oferecido por Lahroodi e Schmitt.

Suponha que um sujeito manifeste a disposição de formular um dilema construtivo apenas uma vez na vida. Podemos supor que, se você quiser, o sujeito tenha uma disposição natural para o exercício do processo, mas a ocasião para manifestá-la surge apenas uma vez. Nós consideramos que este exercício poderia ser justificador. Então, não é necessário manifestar habitualmente a disposição (na formação de crença que não envolve tentar conquistar um objetivo não epistêmico)¹¹².

Sendo assim, concluem Lahroodi e Schmitt, a exigência continua sendo forte. Pois mesmo que o sujeito manifeste a disposição quando ela surgir, ela não precisa ser natural ou estável no sujeito.

Outro contraexemplo para mostrar a implausibilidade da condição subjetiva, entendida como exigência de que a disposição deve ser estável é o seguinte:

Suponha que um sujeito possui boa acuidade visual (queremos dizer com isso que sua formação de crença visual é confiável), mas somente se ele toma um comprimido a cada duas horas. Sua acuidade visual degradaria se ele não tomasse a pílula. Suponha, agora, que a pílula seja cara, de maneira que o sujeito a toma de forma irregular e descontínua. As crenças visuais que o sujeito forma nas vezes em que ele toma a pílula nesse período de irregularidade são intuitivamente justificadas. No entanto, as disposições que fundamentam suas crenças justificadas não persistem por longo tempo durante este período (tampouco elas persistem regularmente por um curto período de tempo)¹¹³.

¹¹² Suppose a subject manifests the disposition to exercise constructive dilemma just once in a lifetime. We may suppose, if you like, that the subject has a native disposition to exercise the process, but the occasion to manifest it arises only once. We take it that this exercise could be justifying. Then usually manifesting the disposition (in belief-formation that does not involve trying to achieve a nonepistemic goal) is not required (LAHROODI AND SCHMITT, 2003, p. 460-462).

¹¹³ Could Greco retreat to the requirement that the disposition persists for a long time (or that it regularly persists for some, possibly short, length of time)? No. Suppose a subject has good visual acuity (by which we will mean reliable visual belief-formation), but only if he takes a pill every two hours. His visual acuity would degrade if he did not take the pill. Suppose, now, that the pill is expensive, and to cut corners the subject takes it irregularly for a period of months. The visual beliefs the subject forms during the times He takes the pill in

Neste contraexemplo Lahroodi e Schmitt deixam bem claro que a condição subjetiva entendida enquanto exigência de disposições persistentes não parece funcionar. No entanto, eles concedem que numa teoria da justificação processual (isto é na qual o processo de formação é o que justifica a crença) a crença justificada precisa estar baseada em uma disposição, ainda que esta disposição não constitua uma faculdade ou um hábito do sujeito. Os contraexemplos ao confiabilismo processual – a lesão cerebral, o raciocinador absurdo e o demônio útil – que motivaram Greco a incluir a noção de ‘disposição estável’, constitutiva do caráter do sujeito, na explicação de crença justificada, segundo Lahroodi e Schmitt, também se aplicam ao confiabilismo do agente, de modo que as modificações teóricas propostas por Greco não produzem nenhuma diferença entre o confiabilismo do agente e o confiabilismo processual.

Por outro lado, estes autores alegam que a condição subjetiva de Greco quase não captura a ideia de que o sujeito deve ser sensível à sua confiabilidade. A exigência da sensibilidade à confiabilidade – na sua originalidade – de que o sujeito deve ter controle sobre suas disposições – é recusada por Greco. Na sua visão, a própria disposição que o sujeito manifesta intencionalmente quando tenta crer no que é verdadeiro basta para satisfazer o requisito da sensibilidade à confiabilidade. Nesta linha, conforme ressaltam Lahroodi e Schmitt, a condição subjetiva de Greco é considerada extremamente fraca e não seria adequada para descartar o caso de Norman, o clarividente, proposto por Bonjour, como Greco pensava. Ele estava convencido de que a sua condição subjetiva era tudo o que era necessário para fazer este trabalho. Isto é, excluir o caso proposto por Bonjour sob a exigência da condição subjetiva, porque Norman não manifesta nenhuma disposição ao crer que o presidente está em Nova York. No entanto, a ideia dos autores é a de que, quando Norman acredita que o presidente está em Nova York com base na clarividência, não há nenhuma razão para pensar que ele não está manifestando a disposição ao crer no que é verdadeiro¹¹⁴.

2 - A CRÍTICA DE JONATHAN KVANVIG¹¹⁵

this period of irregularity are intuitively justified. Yet the dispositions that ground his justified beliefs do not persist for a long time during this period (nor do they regularly persist for a short time). This contradicts the Subjective Condition understood as requiring that the grounding disposition persists (Ibid., p. 462).

¹¹⁴ Ibid., p. 464-465.

¹¹⁵ KVANVIG, Jonathan. Simple Reliabilism and Agent Reliabilism. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, 2003, p. 451-456.

Kvanvig considera interessante o projeto de Greco de unificar a justificação objetiva e a subjetiva na tentativa de oferecer uma nova versão de epistemologia das virtudes, mas ele diz que a teoria não pode ser considerada plausível. No primeiro capítulo deste trabalho quatro pontos foram mencionados, por meio dos quais Greco descreve as vantagens do confiabilismo processual: (1) nem todas as relações de evidência são inferenciais; (2) como a evidência sensorial, em particular, pode ser não-inferencial (ou como crenças sobre o mundo podem ser evidencialmente fundamentadas em aparências sensoriais ainda que não inferidas a partir de aparências sensoriais); (3) como algum conhecimento pode ser fundacional (ou como algum conhecimento pode ser baseado em provas que não precisam de razões justificadoras); e (4) a forma como as inferências que são apenas contingentemente confiáveis podem, no entanto, dar lugar ao conhecimento. Greco considera esses pontos como réplicas aos argumentos céticos. No entanto, estes últimos, conforme Greco, motivam o confiabilismo processual. Geivett¹¹⁶ questionou como esses argumentos podem motivar o confiabilismo processual.

Conforme Kvanvig¹¹⁷, entre estes quatro pontos mencionados acima, não há nenhuma dúvida de que os três primeiros fornecem uma explicação para a teoria confiabilista, mas a explicação do último é considerada teóricamente inadequada. A adequação de uma explicação teórica não é bem sucedida simplesmente porque implica um número de coisas que deveria ser implicado, pois se fosse assim, poderíamos explicar todas as coisas apenas citando uma contradição. Uma explicação teórica adequada deve implicar tanto elementos que são verdadeiros quanto elementos que são falsos. Portanto, o confiabilismo processual seria uma explicação adequada do quarto ponto somente se o caso da clarividência de Bonjour, o caso da lesão cerebral de Plantinga, e uma série de outros casos que constituem contraexemplos para confiabilismo processual forem casos de conhecimento. Se entendemos bem, Kvanvig estaria supondo que Greco explica o ponto quatro, visando só elementos verdadeiros que envolvem o ponto. E como vimos, estes casos, na visão de Greco, não podem ser uma instância de conhecimento por que envolvem processos estranhos e fugazes.

Kvanvig alega que o próprio Greco estaria ciente de que a explicação do confiabilismo processual para (4) era inadequada, porque em vez de passar direto para a explicação do confiabilismo do agente em termos da distinção entre justificação objetiva e

¹¹⁶ GEIVETT, R. Douglas. Is Simple Reliabilism Adequately Motivated? *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, 2003, p. 444-450.

¹¹⁷ KVANVIG, Jonathan. Simple Reliabilism and Agent Reliabilism. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, 2003, p.452.

subjetiva, ele tenta corrigir essa falha do confiabilismo processual com relação aos processos estranhos e fugazes, tais como aqueles envolvidos nos casos de Plantinga e Bonjour.

Como havíamos visto, dois elementos diferenciam o confiabilismo do agente do confiabilismo processual, com vistas a enfrentar os contraexemplos de processos estranhos e fugazes: a disposição da qual a crença resulta deve ser constitutiva do caráter cognitivo do sujeito, e além de ser confiável, essa disposição deve ser estável. Kvanvig acompanha Lahroodi e Schmitt ao entender que a inclusão da exigência de estabilidade para enfrentar os contraexemplos, neste caso, não faz nenhum sentido e não parece necessária. O problema dos processos estranhos e fugazes não é um problema essencial sobre o período de tempo em que o processo está operativo. A lesão de Plantinga poderia ter estado presente desde o nascimento; o clarividente de Bonjour poderia ter formado crenças clarividentes na maior parte de sua vida. O exemplo de Kvanvig pode ser mais esclarecedor.

Suponha que Deus estava de um humor brincalhão quando criou Adão, e suponha que uma disposição para a crença é estável apenas se dura n unidades de tempo. A jovialidade de Deus o levou a considerar a matriz de conjuntos das disposições para a crença, e alterar o conjunto que Adão tem ao longo de sua vida. Quantas vezes ele faz isso? Por algum [período de tempo] m , tal que $0 < m < n$, Deus muda o conjunto de unidades de cada $n-m$ de tempo. Ele começa por dar a Adão todas as disposições comuns para a crença que todos nós temos. Então, Adão olha para uma pera madura em uma árvore e crê que ela é amarela. Adão tem conhecimento perceptivo da cor da pera, mas o relato de Greco implica que Adão não tem tal conhecimento, porque Deus está sendo muito brincalhão com sua criação. Pode haver possibilidades de brincadeira que são incompatíveis com o conhecimento, mas o tipo em questão aqui não é um deles¹¹⁸.

Para Kvanvig, o caráter cognitivo de Adão não estaria relacionado ao êxito, porque seria constituído por determinado conjunto de disposições apenas durante o período de tempo em que ele tem essas disposições. Greco não confere conhecimento perceptivo a Adão devido a que ele não tem as disposições pertinentes pelo tempo suficiente.

Por outro lado, Kvanvig percebe que nos casos de Plantinga e Bonjour falta não só estabilidade, há também uma carência de coerência entre a compreensão que o sujeito tem da confiabilidade das várias maneiras de formar e sustentar suas crenças e como as crenças são formadas nestes casos. Sosa diria que nestes casos não há conhecimento reflexivo.

¹¹⁸ Suppose God is in a playful mood when creating Adam, and suppose a disposition for belief is stable only if it lasts for n units of time. God's playfulness leads him to consider the array of sets of dispositions toward belief, and to change the set Adam has over the course of his life. How often does he do this? For some m such that $0 < m < n$ God changes the set every $n-m$ units of time. He begins by giving Adam all the ordinary dispositions toward belief that we all have. So Adam looks at a ripe pear on a tree and believes *That is yellow*. Adam has perceptual knowledge of the color of the pear, but Greco's account implies that Adam doesn't have such knowledge, because God is being too playful with his creation. There may be possibilities of playfulness that are incompatible with knowledge, but the sort in question here isn't one of them (Ibid., p. 453).

Vimos que na definição da justificação subjetiva, Greco identifica o pensamento consciencioso com o modo padrão em que seres humanos normalmente estão, que é o de estar motivado para chegar à verdade. Kvanvig entende que a conexão entre justificação subjetiva e motivação epistêmica adequada pode ser muito fraca. Greco não identifica a justificação subjetiva com tal motivação epistêmica adequada, inclusive, sua definição nem sequer exige motivação adequada, mas requer apenas a manifestação das disposições que estão presentes quando se está devidamente motivado, e essas disposições podem estar ativas tanto quando se está devidamente motivado como quando não se está. Portanto, “se a mesma disposição pode acompanhar ambas – crença bem motivada e crença mal motivada – será possível manifestar essa disposição malmotivada quando cremos racionalmente que é altamente improvável que essa manifestação mal motivada, nesta ocasião, nos leve à verdade”¹¹⁹.

Todavia, Kvanvig ressalta que a justificação subjetiva de Greco é pouco plausível porque não oferece uma explicação adequada para os contraexemplos oferecidos para o confiabilismo processual. No caso do clarividente de Bonjour por exemplo, Greco apenas acusa Norman – o clarividente – de não manifestar as disposições que um sujeito manifestaria quando tenta crer no que é verdadeiro. O clarividente fracassa racionalmente porque ele não leva em conta as informações derrotadoras que possui. Mas nós seres humanos também podemos falhar em fazer isto, e até mesmo falhar em ter a disposição para fazer isto, e não obstante podemos manifestar as disposições quando procedemos honestamente. A manifestação de disposições não é necessária na explicação do caso do clarividente. O sujeito não precisa exibir as disposições que estão envolvidas quando tenta acreditar no que é verdadeiro, nem deve estar sempre disposto a evitar uma crença quando derrotadores estão presentes.

Kvanvig admite que Greco esteja no bom caminho ao tratar destes contraexemplos ao confiabilismo processual. É certo que as pessoas envolvidas neles possuem crenças que são subjetivamente injustificadas, as quais não permitem que suas crenças sejam reconhecidas como um caso de conhecimento. Mas, conforme observa o autor, o problema é que a visão de justificação subjetiva de Greco não produz essa implicação. Um ponto mais geral consiste em que é altamente improvável que qualquer proposta baseada em disposição possa produzir uma resposta adequada para os contraexemplos ao confiabilismo processual. Porque disposições, pela sua própria natureza, podem ser excessivamente gerais. Isto é, elas

¹¹⁹ if the same disposition can accompany both well-motivated and ill-motivated belief, it will be possible to display that disposition ill-motivatedly while rationally believing that an ill-motivated display on this occasion is highly unlikely to get one to the truth (Ibid., p. 454).

podem ser exibidas mesmo onde não são especialmente úteis ou desejáveis. Por exemplo, pessoas transparentemente honestas, por vezes, ferem os sentimentos dos outros por exibir de maneira impensada tal honestidade, e formam crenças que podem exemplificar essa mesma característica. Por conseguinte, mesmo falhando em dar conta da presença de informação derrotadora, as disposições podem estar presentes. Assim, uma vez que nem mesmo um apelo à disposição para ter em conta tal informação pode ajudar, não é preciso ter essa disposição a fim de ter crenças subjetivamente justificadas – sensibilidade a tal informação é um comportamento aprendido, comportamento que pode ser aprendido através da formação de crenças subjetivamente justificadas que acabam por ser falsas. Desde esta perspectiva, conforme entende Kvanvig, a visão de justificação subjetiva baseada nas disposições não pode ser adequada. Portanto, se Kvanvig está certo, o critério de confiabilismo do agente de Greco permanece implausível.

3 - A CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA DE COHEN¹²⁰

Cohen é outro autor que critica o confiabilismo do agente de Greco. Uma das suas preocupações é que este critério não é suficientemente consistente para descartar os contraexemplos colocados ao confiabilismo processual. Ele revisa os três contraexemplos ressaltados por Greco – o caso da lesão cerebral, o caso do raciocinador absurdo e o caso do jogador falacioso –, colocando em xeque a consideração de Greco de que eles são estranhos e fugazes, e por isso não são estáveis. Cohen sustenta que não há razões que indiquem que estes exemplos não satisfazem as condições mais rigorosas do confiabilismo do agente. Sendo assim, o movimento do confiabilismo processual para o confiabilismo do agente parece desnecessário. Com relação ao caso do jogador falacioso, Cohen levanta a seguinte questão: Existe alguma razão por que S não poderia ter uma disposição estável para raciocinar dessa maneira? Se não, então o caso é um contraexemplo para confiabilismo do agente também¹²¹. Ele imagina que a resposta de Greco a esta pergunta poderia ser que a disposição estável e confiável não é parte do caráter cognitivo de S porque a confiabilidade do processo depende do demônio útil. Mas Cohen contradiz esta resposta alegando que a confiabilidade de qualquer processo vai depender das condições ambientais. Portanto, ressalta Cohen, do mesmo modo que a faculdade da visão exige um ambiente adequado de

¹²⁰ COHEN, Stewart. Greco's Agent Reliabilism. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, 2003, p. 437-443.

¹²¹ Ibid., p. 438.

uma boa iluminação para que a visão seja uma virtude, assim também o raciocínio do jogador falacioso encontra o ambiente adequado nas ações do demônio que fazem com que sua faculdade do raciocínio seja confiável e, portanto, uma virtude. Então, diz Cohen, essa consideração deixa bem claro que a mudança para o confiabilismo do agente não evita o problema, pois o critério se revela fraco demais¹²².

Por outro lado, Cohen defende que o confiabilismo do agente é muito forte¹²³, pois para encarar o problema dos processos estranhos e fugazes, a visão exige que todas as instâncias do conhecimento resultem de uma disposição estável e confiável que compõe o caráter do agente. Cohen não parece estar de acordo com esta exigência. Ele mostra isso oferecendo o caso de um raciocinador geralmente ruim.

Considere um agente que é, em geral, um raciocinador indutivo ruim. Ele é altamente emocional e isso frequentemente o leva a fazer generalizações a partir de amostras que são muito pequenas ou tendenciosas. Mas, de vez em quando, ele vê as coisas de forma mais clara e faz uma inferência indutiva com base em uma amostra suficientemente grande e diversificada. Parece claro que esse agente poderia vir a saber com base em tal inferência. O fato de que muitas vezes ele faz más inferências indutivas não deve impedi-lo de saber quando ele faz boas inferências indutivas¹²⁴.

No entanto, vimos em Goldman que um processo de formação de crença fundamentado na emoção não pode produzir crença justificada, e não pode, portanto ser uma instância de conhecimento. Por conseguinte, do ponto de vista intuitivo, o processo de raciocínio só pode produzir conhecimento quando o sujeito não é afetado por suas emoções. Desde esta perspectiva, é possível que Greco diga que devemos considerar como sendo instâncias genuínas do processo só os casos nos quais o sujeito não está emocionado, porque ainda que o processo fosse confiável, ele não seria estável. Neste âmbito, intuitivamente, boa inferência não poderia produzir conhecimento. Conforme Cohen, o argumento de Greco parece ser que a influência emocional há de ser entendida como um fator de interferência, mas não como sendo parte do processo de raciocínio. Sendo assim, o processo por si seria confiável, apesar do fato de às vezes a influência emocional interferir em sua confiabilidade. Além disso, o processo pode ser visto como resultante de uma disposição estável, uma vez que ainda funciona mesmo quando sujeito à influência de interferência. Poderíamos, então,

¹²² *Ibid.*, p. 438-439.

¹²³ *Ibid.*, p. 439.

¹²⁴ Consider an agent Who is in general a bad inductive reasoner. He is highly emotional and this frequently leads him to make generalizations from samples that are too small or biased. But every now and then, he sees things more clearly and makes an inductive inference on the basis of a sufficiently large and diverse sample. Now it seems clear that such an agent could come to know on the basis of such an inference. The fact that he often makes bad inferences from samples should not keep him from knowing when he makes good inferences from samples (*Id.*).

ver o processo como confiável e estável. Mas se assim for, então ele teria que seguir a mesma generalização apressada que poderia produzir conhecimento, (desde que a conclusão da inferência seja verdadeira), uma vez que resulta de uma disposição estável e confiável.

Cohen não concorda que isto dependa de que há uma influência emocional no raciocínio. Quando o raciocinador não consegue ver claramente as coisas, ele produz más inferências indutivas, mas quando ele vê claramente as coisas, faz boas inferências indutivas. Então, pergunta Cohen, isto não é uma instância de conhecimento? Ele acrescenta outro exemplo de tipo perceptual para mostrar que a instabilidade do processo não impede que ele seja uma instância de conhecimento¹²⁵.

Suponhamos que um processo visual funcione só de forma intermitente. Agora há duas maneiras de pensar de isto. Na primeira forma, o processo às vezes produz crenças verdadeiras (percepções precisas) e às vezes produz crenças falsas (percepções imprecisas). Nesse caso, eu penso que é intuitivo supor que as crenças visuais não constituam conhecimento, mesmo quando elas são verdadeiras. Mas suponhamos que em vez disso o processo seja intermitente no sentido de que, na maioria das vezes, não funciona absolutamente, ou seja, não produz crenças perceptivas. (Novamente, é útil pensar em um curto-circuito.) Mas, ocasionalmente, o processo funciona e produz uma percepção exata e uma crença verdadeira visual correspondente¹²⁶.

Na perspectiva de Cohen, estas crenças visuais, ainda que o processo que as causa opere de forma intermitente ou instável, podem ser uma instância de conhecimento.

Com relação ao problema da justificação subjetiva de Greco, a objeção de Cohen quase coincide com os autores anteriores. A questão é a de que Greco introduziu o princípio (VJ) para tratar o problema ilustrado no caso de Norman, o clarividente. Mas ele não volta a esse caso para mostrar como (VJ) o enfrenta. Além do mais, isso não parece acontecer. Ou seja, (VJ) não impede Norman de saber com base na sua faculdade de clarividência. Conforme Cohen, nenhuma razão é exposta para mostrar que a crença de Norman, de que o presidente está em Nova York, com base na clarividência, não está fundamentada em disposições cognitivas que manifestamos quando estamos pensando conscienciosamente. Norman não parece estar tentando chamar a atenção, ao invés de pensar conscienciosamente. Além disso, Cohen diz que pode não existir razão para que estas disposições de Norman não

¹²⁵ Ibid., p. 1940.

¹²⁶ Imagine a visual process that works only intermittently. Now there are two ways to think of this. On the first way, the process sometimes produces true beliefs (accurate percepts) and sometimes produces false beliefs (inaccurate percepts). In such a case, I think it is intuitive to suppose that the visual beliefs do not constitute knowledge even when they are true. But suppose instead that the process is intermittent in the sense that most of the time it does not work at all, i.e., it produces no perceptual belief. (Again it is helpful to think of a short circuit.) But occasionally, the process works and produces an accurate percept and a corresponding true visual belief (Id.).

possam ser propriedades estáveis de seu caráter em sentido importante¹²⁷. Então, parece que Cohen estaria ressaltando que a justificção subjetiva proposta por Greco não cumpre a função que dela era esperada, não sendo idônea para lidar com o caso de Norman.

4 - A RESPOSTA DE GRECO AOS SEUS CRÍTICOS¹²⁸

Greco não parece trazer muitas explicações novas nessa réplica aos seus críticos. Ele, na maioria das vezes, não faz nada senão reafirmar o que tinha dito anteriormente, recolocando os mesmos elementos já questionados pelos autores. Por exemplo, para responder os críticos das quatro teses mencionadas no primeiro capítulo, Greco volta a afirmar que o confiabilismo processual confirma estas teses e explica porque elas são verdadeiras. Assim, os argumentos céticos motivam o confiabilismo processual. Conforme Greco, este último forneceria uma explicação teórica satisfatória não só às três primeiras teses, também incluindo a última ao contrário do que alega Kvanvig. No entanto, Greco afirma que “confiabilismo genérico não explique por si só o que conta como conhecimento e o que não conta. Colocando esses pontos juntos, confiabilismo dá uma boa explicação de cada uma das teses de (a) a (c), e é a única posição que pode explicar a tese (d)”¹²⁹. De forma antecipada, parece que os autores estavam certos quando diziam que Greco não mostra como o confiabilismo processual explica estas conclusões, de fato, ele não o fez nem no livro *Putting Skeptics in their Place* nem neste texto da réplica.

No que diz respeito às críticas quanto ao tratamento dado por Greco ao problema dos processos estranhos e fugazes, Greco reconhece que, por considerar o caráter do agente o lugar de confiabilidade, isto, efetivamente, coloca uma restrição sobre que processos confiáveis são autorizados a dar origem a justificção e conhecimento. Ou seja, somente aqueles processos fundamentados no caráter do agente, isto é, em suas habilidades ou virtudes podem ser relevantes para a justificção e conhecimento. Já vimos que o caráter do agente possui duas propriedades que não lhe permitem ser nem estranho nem fugaz: primeiro, ele é constitutivo do agente; segundo, ele é, por natureza, estável. Greco assinala duas críticas com relação à sua maneira de tratar o problema dos processos estranhos e fugazes. Uma se refere às objeções de Cohen e de Kvanvig que, através de contraexemplos,

¹²⁷ Ibid., p. 441.

¹²⁸ GRECO. John. Further Thoughts on Agent Reliabilism: Replies to Cohen, Geivett, Kvanvig, and Schmitt and Lahroodi. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, 2003, p. 466-480.

¹²⁹ I agree that generic reliabilism does not, all by itself, explain what counts as knowledge and what does not. Putting these points together, reliabilism gives a nice explanation of each of the theses in (a) through (c), and it is the only position that can explain thesis (d) (Ibid., p. 467).

argumentam que a exigência do caráter estável parece forte demais; enquanto a outra reúne as objeções de Lahroodi e Schmitt, de Cohen e de Kvanvig, de que a exigência do caráter estável seria muito fraca, pois o confiabilismo do agente não enfrentaria os contraexemplos associados ao problema dos processos estranhos e fugazes.

Greco lhes responde esclarecendo que não há uma diferença entre ‘disposição estável’ e ‘caráter estável’, o uso das duas expressões é apenas para ressaltar a propriedade da estabilidade. O caráter é entendido como um tipo de disposição, e habilidades como disposições confiáveis, ou disposições para alcançar algum resultado confiavelmente relacionado com a capacidade. Além do mais, ele diz que disposições são entendidas em geral, e habilidades em particular, como sendo estáveis por natureza. Portanto, expressões como ‘disposição estável’ e ‘caráter estável’ seriam redundantes, assim como ‘capacidade estável’. Na visão de Greco, a estabilidade revela-se como algo importante para a disposição ou a habilidade. Dado que a disposição vem em graus, desde esta perspectiva, ele entende que nada conta como uma disposição, ou caráter, ou uma habilidade, a menos que seja um pouco estável. Greco deixa bem claro que em sua obra por vezes faz uso de expressões como ‘caráter estável’ e ‘disposição estável’ com a finalidade de enfatizar e chamar a atenção para a propriedade da estabilidade, mas não é porque ele pretenda com essas expressões distinguir disposições estáveis ou caráter estável de disposições não estáveis ou de caráter não estável, pois para ele seriam oximoros. Para Greco, seu uso dessas expressões aqui seria de caráter ordinário¹³⁰.

A fim de oferecer uma resposta mais adequada às objeções e evitar a intervenção da sorte nas conquistas cognitivas, Greco propõe que disposições em geral e habilidades em particular sejam entendidas não só em termos do que acontece no mundo atual, mas que elas sejam entendidas também em termos do que acontece nos mundos possíveis próximos de maneira relevante¹³¹. Isto é, o fato de uma pessoa conquistar alguma coisa só no mundo atual, a possibilidade de que esta conquista se deva à sorte é muito grande. Por exemplo, uma pessoa não tem uma disposição para a felicidade só porque ela é feliz no mundo atual, mas ela só tem uma disposição para a felicidade no mundo atual na medida em que ela

¹³⁰ Ibid., p. 469.

¹³¹ Greco entende a noção de mundo próximo como segue: “Vamos definir a constituição R de S como sendo aquelas características de S que, dadas as atuais leis da natureza são relevantes para que as ações de S resultem na produção de R quando S está nas condições C. Então podemos dizer que um mundo W é próximo (no sentido relevante para que S tenha a habilidade de produzir R em C) apenas se S tem a mesma constituição R em W como tem no mundo atual, e apenas se as leis da natureza que estão em vigor em W são as mesmas que estão em vigor no mundo atual”. (GRECO, John. *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York, Cambridge University Press, 2000, p. 215.)

ficaria feliz em uma gama relevante dos mundos possíveis próximos. Ou seja, mesmo que roubassem o carro da pessoa, ela ainda estaria feliz¹³².

Para mostrar que a estabilidade não é necessária, vimos que Kvanvig apresentou o caso de um personagem que ele chama de Adão, cuja disposição não se mantém estável ao longo do tempo. Apesar disso, ele não falha em ter conhecimento perceptivo. Greco completa essa consideração de Kvanvig acrescentando que uma pessoa também não falha em saber que há um ônibus se aproximando por conta de ser atropelada por ele um momento depois. No entanto, Greco não vai dar uma resposta direta a esta crítica de Kvanvig, em vez disso, sua resposta será baseada mais em uma forma de pensar sobre a disposição no âmbito dos mundos possíveis relevantes próximos. Esta é a de que, uma exigência de disposição estável não implica as mesmas disposições ao longo do tempo devido a que as disposições em geral, e as habilidades cognitivas em particular, devem ser entendidas em termos do que uma pessoa faz nos mundos possíveis relevantes próximos. Mas um mundo onde S carece de sua constituição cognitiva relevante não é relevantemente próximo. Como foi mencionado, a disposição é por natureza estável. Isso leva Greco a considerar que nada conta como uma disposição a menos que seja um pouco estável. No entanto, a estabilidade vem em graus. Desde esta perspectiva, a estabilidade de uma disposição é função daquilo que a pessoa faz, ou de como a pessoa age, em todo o espaço dos mundos possíveis relevantes próximos. Isto é, quanto mais para dentro do espaço lógico o comportamento relevante persiste, mais estável é a disposição. Assim, a disposição da pessoa será muito estável na medida em que sua ação condiz com essa disposição, ainda que o mundo seja muito diferente. Mas se o mundo tem que ser quase exatamente como ele é para a pessoa agir em conformidade com a disposição, então a disposição em questão não será muito estável¹³³.

Por conseguinte, conforme ressalta Greco, dizer que Félix Sánchez tem a habilidade de rebater bolas de beisebol implica dada constituição física atual. É simplesmente irrelevante que ele não rebateria se fosse cego. Da mesma forma, Adão e o pedestre infeliz não falham em ter suas habilidades de percepção, mesmo que eles percam essas habilidades depois. Assim, o sentido relevante no qual as disposições são estáveis é que elas são estáveis ao longo do espaço de mundos possíveis próximos, em vez de serem estáveis ao longo do tempo como objetou Kvanvig.

Com a mesma estratégia da noção dos mundos próximos, Greco entende que os contraexemplos de Cohen não levam a uma instância de conhecimento. No caso da pessoa

¹³² GRECO. John. Further Thoughts on Agent Reliabilism: Replies to Cohen, Geivett, Kvanvig, and Schmitt and Lahroodi. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, 2003, p. 469.

¹³³ *Ibid.*, p. 470-471.

cuja faculdade da visão funciona intermitentemente, – como em um curto circuito – Greco ressalta que o fato de a faculdade não funcionar em muitos mundos próximos seria irrelevante, porque conforme o caso é apresentado, a faculdade é confiável quando funciona. Ele compara este caso com a capacidade de alguém que sofre de artrite ao andar. Na maioria das vezes ele está com muita dor, e por isso nem mesmo tenta andar de algum modo. Mas quando a dor desaparece, ele sai de sua cadeira e caminha bem. Pergunta Greco, essa pessoa tem habilidade para caminhar? A resposta seria negativa porque ela não tem essa habilidade ao longo do tempo. Mas no momento em que ela anda, ela tem habilidade para andar.

No que diz respeito ao caso do raciocinador indutivo ruim de Cohen, Greco considera que S raciocina indutivamente bem apenas por acidente. S não é sensível ao fato de que sua evidência neste caso é boa e em outros casos é ruim, ele apenas passa a basear sua crença em boa evidência, mas poderia facilmente ter crido a mesma coisa com base em evidências ruins. Por esta razão, S não é confiável nos mundos próximos relevantes e, portanto, de acordo com o confiabilismo do agente, ele não tem conhecimento. Por outro lado, Greco relaciona este caso de Cohen com o caso de um sujeito que sofre de Alzheimer e às vezes se perde na confusão e na ilusão, mas em outras é perfeitamente lúcido e convincente. Então, Cohen diria que o tipo de enfraquecimento cognitivo associado com a doença de Alzheimer impede o conhecimento normal e comum dessa pessoa. Mas quando a vítima de Alzheimer está lúcida, suas habilidades cognitivas são restauradas e novamente dão origem a conhecimento de vários tipos. Greco não nega que isso possa estar certo, mas como vimos no caso da percepção, ele alega que a confiabilidade da faculdade não implica sucesso regular ao longo do tempo. Em vez disso, ela envolve as altas taxas de sucesso em todos os mundos próximos relevantes. Portanto, uma pessoa com Alzheimer não tem conhecimento, pois ela não é confiável e estável nos mundos próximos relevantes.

Com relação ao caso da lesão cerebral, vimos que, conforme os críticos, não haveria razão para o confiabilismo do agente afirmar que a lesão cerebral não possa estar fundamentada no caráter do agente, pois podemos imaginar que a lesão esteja presente desde o nascimento, e que o processo associado é estável e confiável em sentido relevante. Greco tenta oferecer uma resposta reafirmando sua posição anterior. Ele considera o caso da lesão cerebral como uma falta de integração cognitiva, ou seja, os processos cognitivos associados com a lesão cerebral não são suficientemente integrados com outras disposições cognitivas do sujeito, de modo a contar como sendo parte de seu caráter cognitivo. Sendo assim, a ideia passa a ser de que um processo é parte do caráter cognitivo de um sujeito somente se ele é tanto estável no sentido relevante, quanto bem integrado com outras disposições cognitivas

do sujeito. Como foi mencionado no primeiro capítulo, a integração cognitiva tem dois aspectos, que permitem seu bom funcionamento: a proximidade dos produtos da disposição e a boa relação desses produtos com a crença no sistema cognitivo do sujeito, e a sensibilidade às contraevidências. Portanto, o sujeito no caso da lesão cerebral de Plantinga não tem conhecimento apenas porque o processo cognitivo associado com a lesão não está bem integrado com outros aspectos da cognição desse sujeito. O processo produz apenas uma única crença, por exemplo, e não está relacionada e é insensível a outras disposições que regem a formação e avaliação de crença.

Também a maneira de o confiabilismo do agente lidar com o caso de clarividência de Laurence Bonjour tem sido o objeto da crítica destes autores: Cohen, Kvanvig, e Schmitt e Lahroodi. Os quatro não parecem satisfeitos com o confiabilismo do agente quanto ao entendimento de que o caso não leva a uma instância de justificação e conhecimento, quando a clarividência é considerada como sendo uma faculdade cognitiva confiável. A estratégia de Greco para responder a este tipo de objeção continua sendo a mesma, apelar para a ‘integração cognitiva’. Na perspectiva de Greco, Norman, o clarividente, não tem conhecimento porque seu poder de clarividência não está bem integrado com o restante do seu sistema cognitivo, isto é, sua crença de que o presidente está em Nova York tem pouca relação com outras crenças no sistema, além disso, ele é insensível às razões que contam contra sua crença.

A partir dessas considerações, Greco¹³⁴ sugere que os casos de clarividência sejam divididos entre aqueles que envolvem boa integração cognitiva e aqueles que não o fazem. Os casos que não implicam boa integração cognitiva já foram descartados pelo confiabilismo do agente. Agora, no que diz respeito a casos de clarividência que envolvem boa integração, Greco diz que eles devem ser divididos em mais duas categorias: aqueles nos quais a crença está subjetivamente justificada e aqueles nos quais não está. Conforme o autor, quando imaginamos o clarividente, é natural imaginarmos que ele possui um sistema de derrotadores semelhante ao nosso. Sendo assim, existem disposições que regem a contraevidência que não permitem sua crença clarividente. Por essa razão, a crença não será subjetivamente justificada e, portanto, não contará como conhecimento. Por outro lado, Greco diz que podemos imaginar clarividentes cujo sistema de derrotadores é diferente do nosso, particularmente na forma de funcionar com relação aos derrotadores para a crença clarividente. Greco admite que este tipo de clarividência possa levar a uma instância de

¹³⁴Ibid., p. 475-476.

conhecimento, mas que ela pertenceria a um agente cognitivo muito diferente de nós mesmos, e com faculdades cognitivas diferentes.

Todavia, Greco ressalta uma tendência entre os filósofos que os leva a exigir que a confiabilidade das faculdades esteja dentro da perspectiva do conhecedor. Já vimos que essa exigência não está incluída na proposta teórica de Greco, porque conforme ele menciona, isso levaria ao ceticismo como mostram as considerações sobre o conhecimento perceptual. De modo análogo, esta exigência também deve ser rejeitada no âmbito de conhecimento clarividente. Por conseguinte, Greco constrói um argumento mostrando que não há nenhuma razão especial para exigirmos uma perspectiva sobre a confiabilidade da clarividência como condição para o conhecimento com base na clarividência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido enfocando o critério de confiabilismo do agente ou da virtude de Greco, o qual pode ser considerado como um refinamento do confiabilismo processual de Goldman. Vimos que este último é uma teoria externalista da justificação que oferece uma análise por meio de requisitos que não parecem ser exigentes do ponto de vista subjetivo para ter crença justificada e conhecimento. Ou seja, uma crença está justificada e, portanto resulta em conhecimento se ela é formada por um processo confiável. A confiabilidade é determinada pela taxa na qual o processo produz crenças verdadeiras, e não depende de que o sujeito *S* tenha acesso cognitivo às razões, argumentos, inferências, etc., que apoiam sua crença. O confiabilismo processual alegadamente tem um apelo intuitivo, é natural e simples, pode explicar a importância da justificação (ou seja, como, ao estarmos justificados, isso quer dizer que nossa crença é muito provavelmente verdadeira), evita problemas internalistas tais como o problema do regresso ao infinito da justificação, e parece ser uma explicação apropriada para a justificação de crenças perceptivas. No entanto, vimos que o confiabilismo processual enfrenta uma série de problemas. Os contraexemplos como o do demônio maligno e a da clarividência procuram mostrar que confiabilidade não é necessária e/ou suficiente para a justificação. Como foi mencionado, Goldman introduz modificações em sua teoria para limitar o domínio dos processos confiáveis produtores de crença àqueles que ocorrem em “mundos reais” ou “mundos normais”, regidos por leis naturais, que também fornecem a base normativa para atribuição de confiabilidade aos processos, e, por conseguinte, para a justificação das crenças produzidas por eles. Também Goldman sugere a divisão entre dois tipos de justificação – forte e fraca. Mas tudo isto não parece resolver os problemas.

O confiabilismo processual seria demasiado permissivo, pois há claramente casos de crença verdadeira formada confiavelmente que não resultam em conhecimento. Vimos que neste âmbito, a pretensão de Greco é oferecer uma teoria que não sucumbe aos problemas do confiabilismo. Como se pode perceber, Greco não voltou para os três problemas ao confiabilismo que foram destacados, senão ele ressaltou outros dois problemas – o problema dos processos estranhos e fugazes, e o da justificação subjetiva – acerca dos quais ele desenvolve o seu critério de confiabilismo do agente ou da virtude. Este último delimita os processos que podem dar origem à crença justificada e conhecimento, exigindo que estes sejam fundamentados no caráter cognitivo e confiável do agente. Uma vez que, por sua própria natureza, o caráter cognitivo é estável, processos fugazes não seriam admitidos como

integrando o caráter do agente e não poderiam portanto conferir justificação segundo o confiabilismo do agente. Da mesma forma, o caráter cognitivo não pode ser estranho em qualquer sentido relevante. Pelo contrário, o caráter cognitivo será constitutivo do agente cognitivo em questão na medida em que qualquer agente é constituído pelos vários aspectos do seu caráter. Isto claramente marca a diferença entre confiabilismo processual e confiabilismo do agente, ou seja, enquanto o primeiro explica a justificação em termos de processos de formação de crença, o segundo usa a noção de virtude intelectual ou habilidades cognitivas confiáveis.

Como vimos, este modo de fundamentar a crença justificada e o conhecimento no caráter do agente permite entender como a crença pode ser subjetivamente justificada. Dado que o caráter cognitivo de uma pessoa é composto das várias disposições pelas quais a pessoa forma e mantém suas crenças, ele incluirá disposições para formar certos tipos de crenças perceptivas com base em certos tipos de aparências sensoriais, e incluirá disposições para reter crenças com base em outros. Então, o fato de que uma pessoa tem uma disposição para formar suas crenças com base em alguns motivos, e não em outros, constitui uma espécie de sensibilidade à confiabilidade desses motivos. Além do mais, essa forma de conceber a justificação subjetiva não requer que o sujeito tenha crenças de segunda ordem ou alguma perspectiva cognitiva sobre a confiabilidade de sua crença, como requeri a teoria de Sosa.

Também vimos que apesar do esforço de Greco para apresentar este critério, por meio do qual ele tenta resgatar o confiabilismo processual, sua teoria não escapa a críticas. Uma das últimas que aparece nos quatro epistemólogos mencionados acima diz respeito à condição de estabilidade da virtude. Por meio de contraexemplos diferentes, eles alegam que a estabilidade de um processo não é uma condição necessária para que ele seja uma instância de conhecimento como exigiu Greco.

As objeções destes críticos ao critério de confiabilismo do agente, por um lado, poderiam ser consideradas plausíveis porque elas indicam com clareza até que ponto o critério está fraco ou está forte demais. Mas, por outro lado, nem sempre estas objeções se mostram suficientemente consistentes para rebater o critério do confiabilismo do agente. Elas, às vezes, parecem superficiais demais. Um exemplo disso é a abordagem de Cohen do caso do demônio benevolente para mostrar a fraqueza deste critério. Ele considera que ainda que o jogador fosse ajudado pelo demônio, a disposição estável e confiável seria parte do caráter cognitivo deste jogador. Assim, para Cohen, é algo normal que o demônio coopere com o sujeito, uma vez que todo sujeito possuidor de uma habilidade também precisaria da

cooperação de um ambiente adequado para exercer a dita habilidade. Esta crítica de Cohen não me parece bem fundamentada, porque a intervenção do demônio e a dependência das faculdades das condições ambientais são duas coisas diferentes. Não é natural que nós, seres humanos, sejamos bem sucedidos por meio da intervenção de um demônio já que nós somos seres dotados de capacidade. Ainda que isso possa acontecer como sendo um caso particular, não parece plausível tomá-lo como um contraexemplo. No entanto, é óbvio que o sujeito precise de condições ambientais adequadas para exercer sua habilidade e ser bem sucedido. É algo normal que um bom jogador de futebol precise de boa iluminação para jogar bem. Portanto, a comparação feita por Cohen no intuito de mostrar que o confiabilismo do agente é fraco demais para descartar o problema dos processos estranhos ou fugazes não parece fazer sentido.

No que diz respeito à resposta de Greco aos críticos, embora ele não apresente novos argumentos, suas reafirmações e esclarecimentos servem de reforço para seu critério. Portanto, pode-se constatar que o confiabilismo do agente, ainda que não seja isento a objeções, se mostra capaz de resolver problemas e superar outras abordagens epistemológicas. Este critério de Greco não apenas tenta resgatar o confiabilismo processual dos impasses, senão também libertar o sujeito epistêmico de certas exigências. E, apesar de ser um critério de caráter externalista, procura assumir intuições que são fundamentais ao internalismo, e também tenta incorporar tanto intuições que motivam o confiabilismo da virtude e como intuições que motivam o responsabilismo da virtude. No entanto, resta perguntar se um internalista aceitaria a conciliação nos termos sugeridos por Greco, dispensando o sujeito de ter alguma crença sobre suas crenças ou de saber que sabe, e propondo outra forma de conceber a justificação subjetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSTON, William. *Perceiving God: The Epistemology of Religious Experience*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1991.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. De Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, c1985, 1992.

AUDI, Robert. Intellectual virtue and epistemic Power. In: *Ernest Sosa: and His Critics*. John Greco, ed. USA: Backwell, 2004, p. 3-16.

BAEHR, Jason. *Virtue Epistemology*. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/virtueep/>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

BATTALY, Heather D. Thin Concepts to the Rescue: Thinning the Concepts of Epistemic Justification and Intellectual Virtue. In: *Virtue Epistemology: Assays on Epistemic virtue and Responsibility*. Arbrool Fairweather and Linda Zagzebski, eds. New York: Oxford University Press, 2001, 98-116.

BECKER, Kelly. *Reliabilism*. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/reliabil/>. Acesso em: 16 de março de 2015

BERNECKER, Sven. “Agent Reliabilism and the Problem of Clairvoyance”. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXXVI, n. 1, p. 164-172, 2008.

BONJOUR, Laurence. Externalist Theories of Empirical Knowledge. *Midwest Studies in Philosophy*, v. 5, p. 53-73, 1980.

_____. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

COHEN, Stewart. Justification and Truth. *Philosophical Studies*, v. 46, p. 279-295, 1984.

_____. Greco’s Agent Reliabilism. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, p. 437-443, 2003.

CONEE, Earl; FELDMAN, Richard. The Generality Problem for Reliabilism. *Philosophical Studies*, n. 89, p.1-29, 1998.

ETCHEVERRY, Kátia M., *O fundacionalismo clássico revistado na epistemologia contemporânea*. Porto Alegre 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia)-Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

- FELDMAN, Richard. Reliability and Justification. *Monist*, v. 68, p. 159-174, 1985.
- _____. *Epistemology*. N. Jersey: Prentice Hall, 2003.
- FOLEY, Richard. What's Wrong with Reliabilism? *Monist*, v. 68, p. 188-202, 1985.
- FUMERTON, Richard. Archiving Epistemic Ascent. In: *Ernest Sosa: and his critics*. Ed. John Greco, Massachusetts: Blackwell, 2004, p. 72-85.
- GEIVETT, R. Douglas. Is Simple Reliabilism Adequately Motivated? *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, p. 444-450, 2003.
- GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, n. 23, p.121-123, 1963.
- GOLDMAN, Alvin. A Causal Theory of Knowing. *The Journal of Philosophy*, v. 12, n. 64, p. 357-372, 1967.
- _____. Discrimination and perceptual knowledge. *Journal of Philosophy*, v. 73, n. 20, p. 771-791, 1976.
- _____. What Is Justified Belief? In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979, p. 128-151. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press (1992).
- _____. *Epistemology and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- _____. Strong and Weak Justification. In: TOMBERLIN, James (Org.). *Philosophical Perspectives 13: Epistemology*. Atascadero: Ridgeview, 1988, p. 51-69. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press (1992).
- _____. Reliabilism. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. (Edição 2008) Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/reliabilism/> Acesso em: 26 de março de 2015.
- _____. *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: MA: MIT Press, 1992.
- GRECO, John. *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity*. Cambridge, University Press, 2010.

- _____. Further Thoughts on Agent Reliabilism: Replies to Cohen, Geivett, Kvanvig, and Schmitt and Lahroodi. *Philosophy And Phenomenological Research*. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, p. 466-480, 2003a.
- _____. How to Preserve Your Virtue while Losing Your Perspective. In: *Ernest Sosa: and his critics*. Ed. John Greco, Massachusetts: Blackwell, 2004, p. 96-105.
- _____. *Putting skeptics in their place: the Nature of Skeptical arguments and their role in Philosophical Inquiry*. New York: Cambridge University Press, 2000.
- _____. “Agent reliabilism”. *Noûs*, n. 33, *Supplement: Philosophical Perspectives*, 13, Epistemology, 1999.
- _____. Virtues and Vices of Virtue Epistemology. *Canadian Journal of Philosophy*. V. 23, n. 3, p. 413-432, 1993.
- _____. Virtue Epistemology. In: MOSER, Paul K, Ed. *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 287-314.
- _____; TURRI, John. *Virtue Epistemology*. Disponível em: <http://www.plato.stanford.edu/entries/epistemology-virtue/>. Acesso em: 17 de julho de 2014.
- _____. Knowledge and Success From Ability. *Philosophical Studies*, n. 142, p.17-26, 2009.
- _____. Knowledge as Credit for True Belief. In: DEPAUL, Michael; ZAGZEBSKI, Linda (Orgs.). *Intellectual Virtue: Perspectives from Ethics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2003c, p. 111-134.
- _____. Virtue and Luck, Epistemic and Otherwise. *Metaphilosophy*, v. 34, n. 3, p. 353-366, 2003b.
- _____. The Nature of Ability and The Purpose of Knowledge. *The Metaphysics of Epistemology*, *Philosophical Issues*, n. 17, p. 57-69, 2007.
- HOFMEISTER P., Roberto. Autorização epistêmica e acidentalidade. *Veritas*. Porto Alegre, v.50, n. 4, p. 249-276, 2005.
- KORNBLITH, Hilary. Sosa on Human and Animal Knowledge. In: *Ernest Sosa: And His Critics*. John Greco, ed. USA: Blackwell, 2004, p. 126-134.
- KVANVIG, Jonathan. Simple Reliabilism and Agent Reliabilism. *Philosophy And Phenomenological Research*, v. LXVI, n. 2, p. 451-456, 2003.
- MÜLLER, Felipe de M. Deontologismo epistêmico: uma abordagem subjetivista. In: *Veritas*, v. 50, n. 4, 2005, p. 219-233.
- MEEHAN, Alexander. “Uma defesa de confiabilismo da virtude”, *Aporial*, vol. 22 n. 2, 2012, p. 25-37, 2012.

- MONTMARQUET, James A. *Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility*. USA: Rowman and Littlefield, 1993.
- PLANTINGA, Alvin. *Warrant: The current Debate*. New York: Oxford, 1993.
- POLLOCK, John. Reliability and Justified Belief. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 14, p. 103-114, 1984.
- PRITCHARD, Duncan. Virtue Epistemology and Epistemic Luck. *Metaphilosophy*, vol. 34, n. 1/2, p. 106-130, 2003.
- SACKS, Oliver. *The Man Who Mistook His wife for a hat*. New York: Harper Collins, 1970.
- SOSA, ERNEST. *Knowledge in Perspective: Selected essays in epistemology*. New York: University Press, 1991.
- _____. Virtue Perspectivism: A response to Foley and Fumerton. In: VILLANUEVA, Enrique, Ed. *Philosophical Issues, n. 5, Truth and the Rationality*, Ridgeview, p. 29-50, 1994.
- _____. The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge. *Midwest Studies In Philosophy*, n. 5, p.3-25, 1980. Reprinted in Sosa, 1991.
- _____. Perspectives in Virtue Epistemology: A Response to Dancy and Bonjour. *Philosophical Studies*, v. 78, n. 3, p. 221-235, 1995.
- ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Virtue of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.